

opart ORGANISMO DE PROMOÇÃO DO
ARTISTAS, EPE

 TNSC CNB  COMPANHIA
NACIONAL DE BAILADO

TNSC
TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

opart ORGANISMO DE PROMOÇÃO DO
ARTISTAS, EPE

CN B
COMPANHIA
NACIONAL
DE BAILADO

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

2019

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos do OPART, EPE, apresenta-se informação para compreensão integral da situação económica e financeira desta empresa, da eficiência da gestão e das perspectivas da sua evolução. Pretende ser um relato fidedigno da atividade realizada no ano de 2019.



Conteúdos

Preâmbulo	1
Enquadramento	5
Destaques Financeiros.....	8
Destaques Operacionais.....	13
Investimento.....	15
Linhas Estratégicas e Objetivos	19
Objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos.....	19
Atividade de Produção Artística do OPART	26
Teatro Nacional de São Carlos	26
Companhia Nacional de Bailado	27
FAL	27
Rota das Catedrais.....	28
Cumprimento das Orientações Legais.....	29
Anexos	29
EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo	29
Objetivos de Gestão	31
Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento.....	31
Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso	34
Cumprimento das Recomendações do Acionista	34
Remunerações.....	35
Disposto nos artigos 32.º (utilização de cartões de crédito e comunicações) e 33.º (utilização de viaturas) do Estatuto dos Gestores Públicos.....	40
Frota automóvel.....	40
Despesas não documentadas ou confidenciais	42
Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM n.º 18/2014)	43
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas	43
Contratação Pública	44
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	44
Plano de Redução de Custos.....	45
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	47
Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas.....	48
Deveres Especiais de Informação	48
PBG sites SEE e Empresa	49
Balanço Social.....	50
Mapas Económico-Financeiros	64



Estrutura de Custos.....	64
FSE (Funcionamento Geral)	67
Evolução dos custos: comparação com o ano anterior	68
Rendimentos.....	70
Resultados.....	72
Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas.....	76
Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público	77
Tesouraria.....	82
Gestão do Risco Financeiro	83
Proposta de Aplicação de Resultados.....	85
Contas do Exercício de 2019	86
Anexos	110
Demonstrações de Execução Orçamental 2019	110
Documentação do Fiscal Único.....	111



Preâmbulo

O OPART tem como missão a prestação de um serviço público de âmbito nacional descentralizado, nas áreas da música erudita, ópera e bailado, através da criação e apresentação de produções de reconhecida qualidade artística e técnica, que promovam o conhecimento e a fruição cultural dos cidadãos.

Incumbe, ainda, ao OPART a preservação, a recuperação e a divulgação do património músico-teatral e do bailado clássico.

O OPART tem a seu cargo a gestão de dois teatros, o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), classificado como monumento nacional, e o Teatro Camões (TC), propriedade da empresa Estamo, S.A. . Está ainda afeto à gestão do OPART, um edifício, sito na Rua Vítor Cordon n.º 20, em Lisboa, propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, onde funcionam os Estúdios Victor Córdon.

Compete ao Conselho de Administração tomar as providências necessárias à conservação do património afeto ao desenvolvimento da sua atividade e ao OPART, E.P.E cabe suportar todas as despesas de conservação e beneficiação com o mesmo.

Neste contexto, submeteram-se à Tutela, durante o ano de 2019, diversos documentos relativos à intervenção integrada e urgente no conjunto edificado do Teatro Nacional de São Carlos, bem como foi identificado no Plano de Atividades e Orçamento para 2020, a necessidade de intervenções urgentes e inadiáveis associadas à segurança de pessoas e bens, nomeadamente as que dizem respeito à cortina de ferro, questões elétricas, melhoria das instalações sanitárias e outras valências relacionadas com o tópico de segurança.

Ainda relacionado com a segurança de pessoas e bens, importa referir a ocorrência de um acidente com a pala do Teatro Camões (em 2019) situação que obrigou ao



encerramento temporário do Teatro. Esta reparação extraordinária foi efetuada durante o mês de julho de modo a permitir o retomar da atividade o mais rápido possível. Bem como a ocorrência de um acidente em dezembro de 2019, durante o espetáculo do Quebra-Nozes, com uma vara de cena, que felizmente sem consequências físicas, obrigou ao cancelamento de três espetáculos até à sua substituição para segurança de todos. De referir também a realização de uma empreitada para substituição de condutas de águas quentes no Teatro Camões, e por a realização de obras de reforço da estrutura do pano de ferro do Teatro Nacional de São Carlos, considerada uma situação bastante preocupante como referido.

O ano de 2019 foi também o ano da consolidação do trabalho desenvolvido nos Estúdios Victor Córdon, junto da comunidade de artistas em início de carreira e em estreita ligação com as escolas de formação superior, universidades e politécnicos, que trabalham na área da música e da dança.

Em 2019 foi dado seguimento ao projeto Residências Artísticas nas Escolas, desenvolvido pela CNB – Companhia Nacional de Bailado e TNSC - Teatro Nacional de São Carlos em parceria com o Gabinete de Educação Estética e Artística do Ministério da Educação, com atividades em vários agrupamentos escolares em todo o território nacional continental.

Prosseguiu também em 2019 a atividade itinerante da Companhia Nacional de Bailado, que tão bem a caracteriza, bem como também se promoveu a circulação pelo país e pelos teatros municipais a Orquestra Sinfónica Portuguesa e o Coro do Teatro Nacional de São Carlos, dentro das limitações existentes.

Em julho de 2019 o OPART programou e realizou a 11^a edição do Festival ao Largo, uma iniciativa que desde 2009 e sem interrupção, apresenta no Largo de São Carlos, com entrada livre, uma série de espetáculos de música e dança com os agrupamentos



artísticos do OPART (Orquestra, Coro e Bailarinos) mas também com a colaboração de diversos agrupamentos convidados.

Em 2019, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 697.779€, e um EBITDA de 916.551€. Em termos de gastos operacionais, o OPART apresentou valores abaixo do ano transato em cerca de 1,3 % e abaixo dos 21% face a 2010.

O OPART presta um serviço público, recebendo, por isso, uma compensação financeira, atribuída pelo Estado, destinada a assegurar a cobertura dos custos específicos resultantes do cumprimento das obrigações desse serviço público. No que diz respeito à IC e FFC, em 2019, estes subsídios tiveram, no total, em 2019, um acréscimo de 1,14% face a 2018.

Quer na dimensão humana, com três corpos artísticos residentes, quer na dimensão patrimonial, com dois teatros e um edifício de estúdios, o OPART assume uma responsabilidade singular de prestação de um serviço público na área da música e da dança, ao mesmo tempo que se assume como o principal empregador público do subsetor das artes do espetáculo.


O ano de 2019, cuja atividade se relata neste R&C, é bem o espelho dos desafios e das responsabilidades que o OPART – Organismo de Produção Artística, EPE enfrenta enquanto instituição nacional de referência.

Por fim não podemos deixar de referir que nos últimos meses tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid – 19, tendo sido decretado pela Organização Mundial de Saúde, já no decurso do ano de 2020, o estado de pandemia mundial. Em Portugal, em resposta a esta situação e tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde têm vindo a implementar um conjunto de


PREÂMBULO

iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido económico Português. Pelo que o Conselho de Administração do OPART EPE. está a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, tem um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos nas demonstrações financeiras futuras.

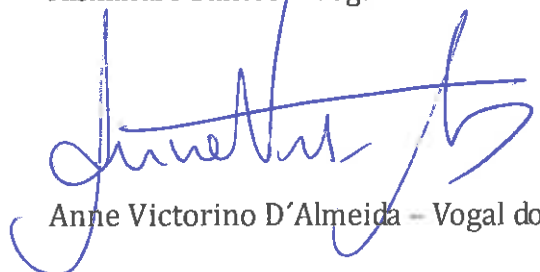
Lisboa, 23 de julho de 2020



Conceição Amaral – Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Santos – Vogal Financeiro do Conselho de Administração



Anne Victorino D'Almeida – Vogal do Conselho de Administração



Enquadramento

O Relatório de Gestão e Contas que agora se apresenta diz respeito ao ano de 2019.

No quadro das orientações definidas pelo Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE) e dos objetivos no tocante à modernização administrativa, à melhoria da qualidade dos serviços públicos com ganhos de eficiência, foi criado, em 2007, através do Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril, o Organismo de Produção Artística - OPART, EPE. Assim, foram reunidos o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB) numa única entidade pública empresarial.

Continuando a funcionar como centros de produção autónomos, cada qual dotado da sua própria direção artística, passa a existir uma administração comum, que procederá à aprovação dos respetivos planos de atividades e orçamentos plurianuais, ocupar-se-á da gestão financeira e de pessoal, e assegurará a coordenação e complementaridade mais efetivas dos meios disponíveis para uma produção e uma programação de elevada qualidade nas áreas da música, da ópera e da dança. O OPART, EPE, visa, deste modo, proporcionar, a ambas as entidades, condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe, disponibilizando novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respetivas identidades artísticas e operacionalidade.

Em 2012, foi criado, através do Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 de setembro, publicado em Diário da República, 1.ª série, n.º 174, o Agrupamento Complementar de Empresas (ACE), o GESCULT – Serviços Partilhados da Cultura, A.C.E, constituído por 5 (cinco) entidades públicas empresariais que participam como agrupadas.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 36/2013 de 11 de março, relativo às regras de execução do Orçamento de Estado para 2013, a vigência do Decreto-Lei n.º 208/2012 de 7 de setembro ficou suspensa, tendo sido repristinado o Decreto-Lei n.º 160/2007 de 27 de abril. Foi revogado pela Lei de Orçamento de Estado para 2016 (artigo 215.º, n.º 2, da Lei n.º 07-A/2016 de 30 de março).



O declínio dos níveis de financiamento por parte do Estado nos últimos anos, colocou esta organização em difícil situação de sustentação financeira da sua atividade: com o aumento dos custos de produção artística e a manutenção nos seus quadros de cerca de 370 trabalhadores, têm sido apresentados resultados com um acentuado passivo financeiro.

Por outro lado, entre 2010 e 2016, as constantes alterações das Administrações, para além das próprias alterações de tutelas setoriais, e o facto de desde 2013 e até setembro de 2016 não ter existido Diretor Artístico para o TNSC, provocaram uma evidente instabilidade interna, que se traduziu na ausência de uma programação e temporadas que deveriam refletir um projeto artístico coerente; ausência de uma liderança; diluição dos procedimentos e regras; na ausência de uma política com linhas de orientação estratégica bem definidas e alinhadas com um quadro de objetivos com metas quantificáveis; na alteração da estrutura orgânica sem o correspondente desenho e comunicação interna; na ausência de um sistema adequado de controlo interno, entre outros. E não fácil nem célere a reversão destas situações.

Em 2011, aquando da elaboração do Orçamento de Estado para 2012, o OPART, EPE passou a figurar como entidade pública reclassificada (EPR), passando a inserir-se na esfera do Orçamento de Estado e sujeita às regras de execução orçamental, ainda que num regime simplificado. Deste modo, passou a ser gerida por 2 (dois) sistemas contabilísticos: por defeito, enquanto entidade pública empresarial, regemo-nos pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), e, em excesso, por um regime aplicável às EPR de controlo da execução orçamental. Até final de 2017, não havendo no mercado sistemas compatíveis com estas duas realidades, a situação foi sendo colmatada pela utilização de ferramentas como o Excel e Access, que não estavam interligadas com o anterior *software* de gestão PHC, o que originou que, em grande parte, a Direção Financeira e Administrativa estivesse reduzida a um papel de meros executantes e não



de controlo e gestão exigidos, sem grande confiança nos dados introduzidos e resultados, existindo uma grande sobrecarga nos “reports”, de carácter obrigatório, legal e regulares (vários ao longo de cada mês), que somos obrigados a relatar, seja de forma desmaterializada ou não.

Em 2017 lançou-se um ajuste direto, procedimento em conjunto com o Teatro Nacional D. Maria II e Teatro Nacional São João, inserido no âmbito da Medida Simplex “Sistema de Gestão Integrada dos Teatros Nacionais”, ao abrigo do Acordo Quadro de Licenciamento de software e serviços conexos (ESPAP 2015) para “Aquisição, parametrização e implementação de software de gestão, bem como os respetivos serviços de assistência técnica e manutenção corretiva e evolutiva” que desse resposta, em primeira linha, à implementação do SNC-AP. Este SW ERP vem, ainda, colmatar o deficiente controlo interno.

Tendo apenas sido efetuado a integração do saldo transitado, solicitada em abril de 2017 para reforço da despesa necessária a esta adjudicação, em novembro de 2017, só nessa altura foi possível outorgar o contrato e dar início à implementação e parametrização. Assim, um trabalho desenhado para ser efetuado em 6 meses, com testes e correções, foi efetuado no início do ano de 2018 e “em andamento”.

O ano de 2018 foi um ano de adaptação ao novo SW ERP, parametrizações e correções. Foi o ano em que foi homologado o Regulamento Interno da Estrutura, atualizado face ao existente e elaborado em 2007. Procedeu-se à atualização do Código de Ética e Conduta, com adição do regulamento do assédio no trabalho.

No ano de 2019, o OPART, EPE teve alguns constrangimentos com o pessoal, levando mesmo a alguns dias de greve que obrigaram ao cancelamento de uma produção de ópera totalmente esgotada e que colocou em risco também a realização do Festival ao Largo - FAL 2019. No entanto, o novo Conselho de Administração que entrou em



funções em julho de 2019, conseguiu chegar a acordo com o sindicato e os trabalhadores, e a greve foi levantada no próprio dia de realização do primeiro concerto do FAL. No entanto as récitas canceladas e esgotadas, devido à greve, trouxeram alguns constrangimentos financeiros nomeadamente com devoluções de bilhetes.

Destaques Financeiros

Olhando para o EBITDA e Resultados Líquidos desde 2010, verificamos que em 2010, apesar de um volume de negócios 50% mais elevado que o atual, um financiamento público superior em 1,6% e um apoio mecenático na ordem de 1 milhão e quinhentos mil euros (74% acima do atual), tendo em conta os Gastos com Pessoal e FSE, sobre os quais ainda não haviam sido tomadas medidas de contenção, obteve-se um EBITDA de -217.713,44€ e um Resultado Líquido de -560.454,02€.

Em 2011, o valor do EBITDA de 320.742€ e de um Resultado Líquido de 29.782€, só foi possível com a aplicação de medidas de contenção, nomeadamente as reduções remuneratórias (com impacto, também nas aquisições de serviços) e o não pagamento de subsídio de férias e de natal que levaram a uma redução de 16% na Despesas com Pessoal e de 13% nos FSE, uma vez que em termos de subsídios à exploração (que inclui IC e Mecenato) sofremos uma redução de 4% (-829.692€) e, em termos de volume de negócios, uma redução de 17% (-401.969€). De se referir que em 2011 aumentámos a provisão em cerca de 1.610.000€ derivado do processo judicial relativo ao despedimento do Maestro Zoltán Pesko.

Em 2012, apesar da redução de 19% de FSE face a 2011 (30% face a 2010) e de 12% das Despesas com Pessoal face a 2011 (26% face a 2010), porque ao nível de volume de negócios sofremos uma redução de 42% face a 2011 (52% face a 2010) e ao nível de subsídios de exploração uma redução de 18% face a 2011 (21% face a 2010), o EBITDA foi de -111.208€ e o Resultado Líquido de -392.954€.



Em 2013, obteve-se um EBITDA positivo de 797.506€ e um Resultado Líquido positivo de 515.131€, apenas em resultado da reversão da provisão relativa ao processo judicial do Maestro Zoltán Pesko, de cerca de 2.500.000€. Não fora isso, teríamos um EBITDA negativo acima do 1.400.000€ e um Resultado Líquido de cerca de 1.800.000€ negativo (considerando-se, mesmo assim, uma reversão de 300.000€). Os subsídios à exploração reduziram em 3% face a 2012 e 23% face a 2010, sendo que a IC (que se manteve idêntica à de 2012) apresenta uma redução de 25% face a 2011 e de 27% face a 2010. Em termos de Despesas com Pessoal, estas aumentaram, face a 2012, 23%, dado ter sido considerado inconstitucional o não pagamento dos subsídios de férias, e os FSE apresentaram uma redução de 20% face a 2012 e de 43% face a 2010. Ainda devido ao facto de se ter que pagar os subsídios de férias, valor não previsto em orçamento, foi necessário outorgar um contrato de empréstimo com o Estado de 900.000€ dadas as dificuldades de tesouraria para fazer face a esse pagamento. A partir de 2013 o TNSC ficou sem Diretor Artístico e sem uma programação regular.

Em 2014 obteve-se um EBITDA positivo de 506.022€ e um Resultado Líquido de 239.712€ graças ao aumento no apoio do Fundo de Fomento Cultural para 2.500.000€ e obtenção de outros apoios no montante de 464.300€, o que elevou os subsídios à exploração para 16.654.139€, mais 1.486.400€ do que em 2013 (aumento de 10%). Também houve uma redução de 6% relativamente aos Gastos com Pessoal, mantendo-se o nível dos FSE. A ausência de um Diretor Artístico no TNSC teve impacto no volume de negócios que reduziu em 6% face a 2013.

Em 2015, verificou-se um aumento de 32% no volume de negócios, resultado da contratação de programador artístico que apresentou uma Programação regular e coesa (que implicou necessariamente aumento nos FSE, mais 15% face a 2014). Também se verificou um aumento de 500.000€ no apoio do FFC que gerou um aumento de 1% nos subsídios à exploração. O aumento do volume de negócios e de subsídios à exploração,



num total de 3% (+584.142€) permitiu fazer face ao aumento de FSE e Gastos com Pessoal num total de 6% (+1.075.266€) resultado, essencialmente, da reversão de 20% das reduções remuneratórias). O EBITDA atingiu os 225.547€ e o Resultado Líquido, 17.932€.

Em 2016, apesar do aumento de 1% da IC (0,5% de aumento no total dos subsídios à exploração), voltámos a registar uma quebra no volume de negócios de 26%. Assim, no total de financiamento (próprio e público), tivemos uma redução de 296.479€ (-1,6%), enquanto que, face à reversão total das reduções remuneratórias (ainda que gradual e por trimestre) e ao pagamento de indemnizações, sofremos um aumento de 5% nas Despesas com Pessoal (+661.575€) – neste valor também está refletido as contratações ao abrigo da Lei n.º 4/2008 e diretamente relacionadas com a atividade artística - e, tendo em conta a estabilização de uma programação e da nomeação de um Diretor Artístico para o TNSC, registámos um aumento de 7% (+ 278.543€) nos FSE, num total de 940.118€ (+ 5%). Ora, a quase manutenção do financiamento público, acrescido de redução do volume de negócios, não conseguiu fazer face ao aumento dos gastos com Pessoal e ao aumento de FSE, fruto da dinamização da atividade artística. De chamar a atenção que a degradação do edificado e equipamentos, sem que tenha havido nos últimos anos investimentos para a sua recuperação/substituição, tem onerado os gastos com reparações e conservações que, de pontuais, passaram a constantes e de montante considerável, sem que se resolva o problema de raiz, agravando-o. Desta forma, a inexistência de financiamento suficiente para fazer face a todos estes custos (as Despesas com Pessoal retomam os níveis de 2010 e, cada vez mais, é difícil impor reduções nos FSE, especialmente porque, se se pretende aumentar o volume de negócios, tem de se aumentar e diversificar a atividade artística), não permite um orçamento financeiramente equilibrado e deparamo-nos com um EBITDA de - 1.065.960€. Parece-nos também relevante o facto de, em termos de contabilidade orçamental, termos integrado o saldo de gerência de 2015 (cerca de 1.070.000€) como crédito especial, aumentando o nosso orçamento de despesa, sendo que, em termos de



princípio da especialização e da contabilidade financeira, as receitas do saldo de gerência estão refletidas nos resultados de 2015 e não 2016.

Em 2017, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 274.866,37€, e um EBITDA de 445.408,38€. A proposta de orçamento de atividades do OPART para o ano de 2017, foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1379 da Direção-Geral do Orçamento (DGO) e com base na atribuição do montante de 15.614.807€ de Indemnização Compensatória e 3.000.000€ de apoio do Fundo de Fomento Cultural (FFC). Contudo, na fase de discussão do Orçamento de Estado 2017, verificámos que o orçamento de despesa e receita, carregado em agosto, havia sido alterado e aumentado o valor da IC para 17.402.830€. Numa fase posterior, também foi alterado o montante a transferir por parte do FFC, que, de 3.000.000€ inscritos e aprovados em sede de OE 2017, foi firmado o compromisso de 1.900.000€. Assim, o aumento efetivo de cerca de 1,5 milhões foi absorvido pelo aumento de Despesas com Pessoal e aumento do IVA. Face a estas dificuldades, no final do ano, foi transferido mais 281.351€ do FFC.

Em 2018, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 723.802,27€, e um EBITDA de 925.670,10€. Em termos de gastos operacionais apresentamos valores abaixo do ano transato em cerca de 5 % e abaixo dos 17% face a 2010. No que diz respeito à IC e FFC, estes subsídios tiveram um acréscimo de 0,9% face a 2017. Também no FFC, ao valor protocolado de 1.917.100€, derivado da redução inesperada e em maio, do apoio mecenático da EDP, no final do ano foi transferido mais 250.000€ do FFC.

A proposta de orçamento de atividades do OPART para o ano de 2019, foi efetuada com base nas instruções emanadas pela Circular Série A n.º 1390 da Direção-Geral do Orçamento (DGO).



Entre os principais resultados da área administrativo-financeira, note-se que o prazo médio de pagamento a fornecedores, que foi reduzido de 38 dias em 2018 para 20 dias no final de 2019. Este ano com a inclusão do apoio do FFC na IC e com a transferência da IC trimestralmente (a partir do terceiro trimestre) permitiu ter mais tesouraria de forma regular para cumprir os prazos de pagamento. O mecenato da EDP manteve-se nos mesmos valores que em 2018, assim como o apoio ao FAL por parte do Millennium BCP.

Relativamente aos gastos com FSE, que continuam reduzidos em 40% face a 2010, em grande medida devido à redução do orçamento para programação artística, apresenta o montante de 3.582.585,39€ (mais 8,4% face a 2018).

Verifica-se um aumento do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, mas provocado pelos efeitos da greve, que originou uma redução de volume de negócios de pelo menos 180.000€ provocado pela devolução de bilheteira. Apesar dos gastos operacionais terem aumentado em cerca de 236.000€ o volume de negócios previa-se por volta do 1.160.477€ (mais 7% que em 2018). Infelizmente a greve fez com que o volume de negócios não passasse dos 980.477€ tendo uma redução de 9% face a 2018.

Em virtude de um protocolo com a marca de automóveis Nissan, o OPART teve o apoio de 4 viaturas, 3 das quais elétricas, que asseguraram o apoio à atividade da organização.

Em termos financeiros, ressalva-se o facto de termos alcançado 15% de redução dos custos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com Pessoal) em 2019 face a 2010.

No que diz respeito à aplicação do disposto no art. 32º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Estatuto do Gestor Público, não foram utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da



empresa e não houve lugar a reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

Destaques Operacionais

O ano de 2019 foi o ano de nomeação de uma nova Administração, a 04 de julho, por dissolução da anterior.

A 03 de setembro de 2019 foi nomeada Diretora Artística do TNSC Elisabete Matos, tendo substituído o anterior DA, Patrick Dickie cujo mandato terminou em agosto de 2019.

Por deliberação do Conselho de Administração, de 27 de julho de 2007, foi aprovado o Regulamento Interno do OPART - Organismo de Produção Artística, E. P. E., previsto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril.

Passados dez anos da aprovação daquele Regulamento Interno, importou introduzir alguns ajustamentos na orgânica do OPART – Organismo de Produção Artística, E. P. E., com base na experiência colhida desde a criação desta Entidade, pelo que, consultadas as organizações representativas dos trabalhadores nos termos do artigo 99.º do Código do Trabalho, foi deliberado pelo Conselho de Administração a alteração ao regulamento Interno do OPART – Organismo de Produção Artística, E. P. E., o qual foi homologado por S. Exa. o Secretário de Estado da Cultura em 08 de maio de 2018.

Assim, e de acordo com o artigo 5.º dos Estatutos do OPART, E.P.E., são órgãos o Conselho de Administração e o Fiscal Único. A estrutura orgânica integra, obrigatoriamente, o Diretor Artístico do TNSC e o Diretor Artístico da CNB e, ainda, Gabinete de Apoio ao Conselho de Administração; Direções e respetivos sectores e gabinetes do TNSC; Corpos Artísticos do TNSC e respetivos (as) Maestros/Maestras

titulares; Direções e respetivos sectores e gabinetes da CNB; Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB; Estúdios Víctor Córdon e Direções e Gabinetes comuns.

A estrutura orgânica é constituída por Direções, Gabinetes e Sectores ou unidades equiparadas

O Teatro Nacional de São Carlos tem as seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e sectores, e corpos artísticos próprios:

- a) Direção de Produção TNSC;
- b) Direção Técnica TNSC;
- c) Direção de Cena TNSC;
- d) Direção de Estudos Musicais TNSC;
- e) Direção do Coro e Orquestra TNSC;
- f) Maestro/Maestrina Titular do Coro do TNSC;
- g) Coro do TNSC;
- h) Maestro/Maestrina Titular da Orquestra Sinfónica Portuguesa;
- i) Orquestra Sinfónica Portuguesa.

A Companhia Nacional de Bailado tem as seguintes direções seguintes direções, das quais podem depender gabinetes e sectores, e elenco artístico:

- a) Direção de Produção CNB;
- b) Direção Técnica CNB;
- c) Direção de Cena CNB;
- d) Elenco de Bailarinos e Equipa Artística da CNB.

A estrutura orgânica do OPART, E.P.E. integra as seguintes Direções Comuns e um Gabinete comum:

- a) Direção Financeira e Administrativa;



- b) Direção de Recursos Humanos;
- c) Direção de Manutenção;
- d) Direção de Comunicação e Marketing.
- e) Gabinete de Informática.

Integram, ainda o OPART, os Estúdios Víctor Córdon que são uma plataforma de desenvolvimento de projetos de criadores e intérpretes, dependente dos(as) Diretores(as) Artísticos(as) do TNSC e da CNB, promovendo a formação, residências e parcerias com outras entidades. Os Estúdios Víctor Córdon são equiparados a Gabinete.

Investimento

O OPART nos termos do Decreto-Lei n.º 160/ 2007 de 27 de abril, desenvolve a sua atividade artística, em permanência, em dois teatros, na cidade de Lisboa: o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC), único teatro de ópera do país, e o Teatro Camões (TC), onde se apresenta a temporada regular da Companhia Nacional de Bailado desde 2003.

Estão afetos ao OPART os seguintes conjuntos edificados: Teatro Nacional de São Carlos, Teatro Camões e Estúdios Víctor Córdon.

O Teatro Nacional de São Carlos, inaugurado em 1793, encontra-se classificado como Monumento Nacional, pelo Decreto nº 2/96, DR, 1.ª série, n.º 56, de 6 março. O São Carlos permanece a única sala de espetáculos construída exclusivamente para a produção e audição operáticas, em Portugal, e é uma referência patrimonial absoluta e insubstituível da tradição construtiva europeia aplicada a salas de espetáculos musicais, no século XVIII.

Ao longo dos seus 225 anos de existência, o Teatro Nacional de São Carlos foi sendo alvo de diversas campanhas de obras de manutenção do edificado, mas também de



transformação do construído, sendo a mais importante a que ocorreu nos anos 1940. Estas obras de grande extensão transformaram significativamente o edificado, sob a orientação da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

O Teatro Nacional de São Carlos carece de uma intervenção integrada e urgente, em diversas zonas do complexo edificado, com respeito pelo valor patrimonial, mas assegurando, de forma informada, os padrões contemporâneos de segurança das pessoas e do edificado. De facto, deteta-se, atualmente, em São Carlos, uma elevada degradação e desqualificação de espaços e uma desatualização de redes técnicas, circunstâncias que impedem que se possa responder aos atuais padrões de segurança das instalações. De referir, ainda, um evidente desajuste entre as possibilidades operativas do conjunto edificado no século XVII e o uso a que está agora sujeito, em pleno século XXI.

O OPART, apesar de dotado de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, e de lhe caber suportar todas as despesas de conservação e beneficiação, carece dos meios financeiros, mas tem efetuado um esforço em obras de reparação, embora não deixem de ser mínimas e insuficientes.

Desde 2002 que a Companhia Nacional de Bailado se apresenta num espaço próprio, o Teatro Camões (TC), propriedade da ESTAMO, S.A. e arrendado por esta ao GEPAC (Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais).

Os Estúdios Víctor Cordon, situam-se num edifício propriedade da Câmara Municipal de Lisboa, cedida ao OPART a título de arrendamento.

Foi efetuado um levantamento exaustivo e elaborado um Plano Geral de Intervenções (PGI) no TNSC, em 2016, tendo sido definidos quatro Eixos Prioritários:

- Segurança de pessoas e instalações - privilegia as questões de segurança de acordo com as normas em vigor, mas em respeito pelo edificado e pela sua dimensão patrimonial classificada;
- Requalificação funcional do imóvel - identifica espaços que deverão ser alvo de intervenção qualificada e que adequem os espaços a novas funções. Identifica redes técnicas a qualificar ou a introduzir *ab initio*;
- Valorização patrimonial - privilegia o restauro e conservação do edificado, dos elementos decorativos mas também de áreas técnicas de elevado valor patrimonial;
- Alteração de usos - identifica usos a eliminar e promove a introdução de novas práticas associadas a uma cultura de prevenção e segurança de pessoas e instalações.

Assim, e independentemente de uma intervenção integrada que procure repor os níveis de segurança de pessoas e instalações em padrões corretos, é urgente proceder a intervenções sectoriais e específicas no TNSC para se garantir a sustentabilidade da utilização do Monumento Nacional em termos funcionais, de qualidade patrimonial e de segurança de pessoas e bens.

O PGI foi remetido à tutela sectorial e discutido juntamente com a Direção Geral do Património Cultural (DGPC), tendo sido aceite a sua pertinência e relevância. Encetou-se várias reuniões de trabalho com a tutela e DGPC e aprofundou-se outros documentos. Foram dadas orientações para se dar início a alguns procedimentos.

As principais adjudicações de 2019, em termos de investimentos, estão patentes no quadro seguinte:

Descrição	Valor S/iva
Armários A*L*P:1950*950*500MM	539,10 €
BROTHER - IMPRESSORA	186,45 €
Equipamento de Som	7.331,91 €
InvoiceExpress- Software Faturação(EVC)	300,00 €
Licenças ADOBE-Software e sistemas de informação	1.596,00 €
Disco 2,5"(2unid.) e Toshiba 3.5"(3Unid.)	2.403,28 €
Toshiba Disco 3,5"	30,00 €
Televisão Plana e Suporte	1.901,48 €
Tallescope Model 50524-Escadas de plataforma	4.000,00 €
Hard Disk HPE 900GB 10K 12Gb	749,00 €
Peças Truss- Torre de Elevação de Iluminação	3.479,36 €
Cadeira Giratória com 3D 2965	187,00 €
Secretárias - IKEA	204,87 €
Cadeiras - IKEA	97,53 €
Primavera-Renov.Cont.Software	14.821,26 €
Cadeiras Topstar Open Poin SY	272,22 €
Renovação da Licença de Software Wysiwyg	155,00 €
Cornetm Vincent Bach S ML prateada	2.580,53 €
Licenças Antivírus	1.119,00 €
2Discos HDD WD RED PRO 8-1Thoshiba Thunderbolt 3 Dock	870,95 €
Clarinete Sib Selmer Previlège	3.319,47 €
Armários 100*198*42	331,62 €
Mesa de Passar a Ferro com Caldeira de Ferro	1.615,00 €
Licença Adobe Creative Cloud MLP1 1-9 12M GOV	814,00 €
Equipamento de som	39.999,79 €
Projectores LED	39.960,00 €
Microfone Stereo DPA SMK4061	740,00 €

129.604,82 €



Linhas Estratégicas e Objetivos

No seguimento do referido em anos anteriores, as drásticas reduções de IC verificadas nos últimos anos, tornaram difícil ao OPART assumir uma estratégia ou política a médio prazo. Esta realidade obrigou a que ações visando a persecução da missão acometida ao OPART, tivessem que ser permanentemente reajustadas face aos recursos que se conseguiam obter.

Objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos

Nos termos do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 160/2007, de 27 de abril, os direitos, obrigações e objetivos do OPART são definidos em contrato-programa, de duração trienal, a celebrar com a tutela.

Nos Estatutos do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro), vem referido que, na gestão das empresas públicas, são observadas as orientações fixadas nos termos do artigo 11.º o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro. Também refere que um dos deveres dos gestores públicos e, em especial, dos que exerçam funções executivas, é cumprir os objetivos da empresa definidos em contratos de gestão.

Em 2013, o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, que havia sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, foi revogado através do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro. Nele, vem estabelecidos os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas.

Diz o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que as orientações estratégicas para as empresas públicas correspondem ao exercício da função política do Governo que, por resolução do Conselho de Ministros, define e aprova o conjunto de medidas ou diretrizes relevantes para o equilíbrio económico e financeiro do setor empresarial do Estado. No âmbito do setor empresarial do Estado, as orientações setoriais são emitidas com base



nas orientações estratégicas, e, compete exclusivamente aos ministérios setoriais, definir e comunicar a política setorial a prosseguir.

As empresas públicas às quais tenha sido confiada a prestação de serviço público ou serviço de interesse geral celebram obrigatoriamente, para esse efeito, com a entidade pública que lhes tenha confiado a prestação desse serviço, contrato respeitante à remuneração da atividade prosseguida, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto. As empresas públicas adotam metodologias que lhes permitam melhorar continuamente a qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes e ou utentes.

De referir que desde 2010, não tinha sido celebrado qualquer contrato-programa com a Tutela.

No entanto, em 2016 deu-se início ao processo de definição dos objetivos estratégicos e setoriais, já propostos e em discussão com a Tutela da Cultura. E no final de 2018, foi assinado pelo Conselho de Administração 3 exemplares do Contrato-Programa, tendo o mesmo sido remetido a visto do Tribunal de Contas.

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

ORGANISMO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA, ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL - OPART, EPE
Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão prossegue fins de interesse público e tem por objeto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projectos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha dos meios pessoais e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. O OPART, E. P. E., visa, deste modo, proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Sectorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Sectorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos					2021 previsto
			Unid.	2017 real	2018 real	2019 real	2020 previsto	
EFECÁCIA								
Criação Nacional	Número de Produções Próprias	TNSC	Unid.	4	4	6	4	4
		CNB	Unid.	16	16	14	11	11

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, Empresa Pública Empresarial - OPART, I.P.
 Teatro Nacional de São Carlos e Companhia Nacional de Bailado

Missão: prosseguir fins de interesse público e tem por objecto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projectos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha dos meios pessoais e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. O OPART, E. P. E., visa, deste modo, proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionais.

Política Sectorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa de comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Sectorial	Indicadores Específicos	Entidade	Unid.	2017		2018		2019		2020		2021	
				real	previsto	real	previsto	real	previsto	previsto	previsto		
Serviço (ao) Público	Número de sessões/récitas	TNSC	Unid.	96	90	99	90	99	90	90	90	90	90
		CNB	Unid.	29	34	27	30	27	30	30	30	30	30
			Unid.	29	32	31	30	31	30	30	30	30	30
	Número de espectadores (sem convites)	TNSC	Unid.	62.371	62.861	61.320	69.000	61.320	69.000	69.000	69.000	69.000	69.000
		CNB	Unid.	19.337	23.250	15.157	19.980	15.157	19.980	19.980	19.980	19.980	19.980
			Unid.	32.219	37.832	36.532	33.000	36.532	33.000	33.000	33.000	33.000	33.000
Número de Beneficiários	OPART	Unid.	60.611	32.438	40.780	60.000	40.780	60.000	60.000	60.000	60.000	60.000	
	Global	Unid.	137.967	104.681	112.522	130.000	112.522	130.000	130.000	130.000	130.000	130.000	

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA - Entidade Pública Empresarial - OPART, EPE
 Teatro Nacional de São Carlos e Bailado Nacional de São Carlos

MISSÃO: prossegue fins de interesse público e tem por objecto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projectos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha dos meios pessoais e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. O OPART, E. P. E., visa, deste modo, proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionais.

Política Sectorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena fruição e participação ativa da comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Sectorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos					2012 previsto
			Unid.	2017 real	2018 real	2019 real	2020 previsto	
Território Nacional	Número de sessões/réctas	TNSC	Unid.	8	10	6	8	8
		CNB	Unid.	107	16	12	35	35
	N.º de Teatros Municipais ou equivalentes fora de Lisboa	TNSC	Unid.	7	6	5	6	6
		CNB	Unid.	34	7	5	25	25
Educar com (a) cultura	Número de sessões/réctas	OPART	Unid.	279	183	123	200	200
		OPART	Unid.	18.864	5.298	4.865	10.000	10.000
	Número de Beneficiários	OPART	Unid.	17.212	4.961	4.795	5.000	5.000

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

ORGANISMO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA: EM DEBATE DA JORNADA TEMÁTICA: OPART, EPE
 Espaço Teatral de Referência e Contribuição Nacional do Rio de Janeiro

Missão: prosseguir fins de interesse público e tem por objecto a prestação de serviço público na área da cultura músico-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o ballet. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Balletto constituem projectos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha dos meios pessoais e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. O OPART, E. P. E., visa, deste modo, proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absorver, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionais.

Política Sectorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Vivir (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e à plena inclusão e participação ativa de comunidade (acessibilidade)
- Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Sectorial	Indicadores Específicos	Entidade	Unid.	2017 real	2018 real	2019 real	2020 previsto	2021 previsto	
Eficiência	Taxa de Ocupação da Sala	TNSC	Lírica	%	81%	73%	77%	86%	86%
		CNB	Sinfónica - CCB	%	66%	76%	75%	70%	70%
	Taxa de Comites	TNSC	Teatro Cambés	%	56%	64%	69%	60%	60%
		CNB	Lírica	%	6%	6%	9%	6%	6%
	Volume de Negócios	CNB	Sinfónica - CCB	%	5%	40%	13%	5%	5%
		OPART	Teatro Cambés	%	18%	19%	11%	11%	11%
	Autonomia Financeira	OPART	Vna = Vnap + Vnoal	Unid.	1.614.758	1.514.523	1.313.483	1.357.423	1.398.146
		OPART	Receltas Próprias/Total de Receltas = [Vna / (Vna + Apolos Públicos)]	%	8,0%	7,0%	6,8%	8,3%	9,0%
	Eficiência Social (esforço público por beneficiário)	OPART	Apolos Públicos/Total de Beneficiários	€	142	169	160	140	140

LINHAS ESTRATÉGICAS E OBJETIVOS

OLGA ARAÚJO DE FREITAS, M. A. (1978) - O TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS E A COMPANHIA NACIONAL DE BALILLO (1978) - O TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS E A COMPANHIA NACIONAL DE BALILLO (1978) - O TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS E A COMPANHIA NACIONAL DE BALILLO (1978)

Missão: prossegue fins de interesse público e tem por objecto a prestação de serviço público na área da cultura musical-teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. O Teatro Nacional de São Carlos e a Companhia Nacional de Bailado constituem projectos artísticos autónomos, com identidade própria, sem prejuízo da coordenação, articulação e partilha dos meios pessoais e materiais de produção e programação no âmbito do OPART, E. P. E. O OPART, E. P. E., visa, deste modo, proporcionar a ambas as unidades de produção condições para o pleno exercício da missão de serviço público que lhes cabe. Longe de se lhes sobrepor ou de as absover, disponibiliza novos instrumentos de gestão que reforçam as suas respectivas identidades artísticas e operacionalidade.

Política Sectorial

- PS 1 Criação Nacional
- PS 2 Serviço (ao) Público
- PS 3 Território Nacional
- PS 4 Educar com (a) cultura
- PS 5 Eficiência
- PS 6 Viver (a) cultura

Orientações específicas

TNSC

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Criar um serviço educativo
- Desenvolver estratégias conducentes à democratização do acesso e a plena fruição e participação ativa de comunidade (acessibilidade)

Definir um plano geral de intervenção para o edifício monumento nacional e dar início ao inventário do espólio, bem como estabelecer o programa de conservação preventiva e restauro do mesmo

CNB

- Reforçar a relação com o território nacional afirmando a sua identidade e missão como organismo cultural nacional
- Reforçar o serviço educativo

Política Sectorial	Indicadores Específicos	Entidade	Indicadores Específicos	Unid.	2017 Real	2018 Real	2019 Real	2020 Previsto	2021 Previsto
QUALIDADE	Democratização e acessibilidade	OPART	Iniciativas de responsabilidade social e promoção da igualdade implementadas de acordo com a lista anexa (**)	Unid.	99	125	136	99	99

(*) VNa = Volume de Negócios
 VNaop = Volume de negócios do serviço público (vendas e prestações de serviços e outros ganhos directamente resultantes de actividades de serviço público - a saber: venda de bilhetes, mecenato, patrocinios, publicidade, etc.)
 VNaot = Volume de negócios de outras actividades (liquido) (vendas e prestações de serviços e outros ganhos de actividades não englobadas no serviço público de duração dos gastos directos com essas prestações (frente casa, bombeiros, etc.) - a saber: aluguer de espaços para actividades para fins comerciais ou fora da missão. Se os gastos directos superarem os ganhos o valor a considerar é zero
 Apolos Públicos = IC + FCC + Outras transferências da Administração Pública

(**) FAL
 Envios Gerais Solidários
 Entradas Gratuitas
 Site - acessibilidades e cumprimento de normas
 Programas de sala - leitura fácil

(***) Os valores previstos para 2019 não contemplam as eventuais influências que a greve de trabalhadores do passado mês de Junho de 2019 possa provocar



Atividade de Produção Artística do OPART

Teatro Nacional de São Carlos

Entidade/Atividade	junho	julho	agosto	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	maio	total anual
TNSC													196
Concerto Câmara - Salão Nobre e Foyer													21
Concertos de Câmara - Salão Nobre	1		2										3
Concertos Série OSP - Foyer	1	2	1		1								5
Concerto Para Famílias - Salão Nobre e Foyer		1								1	1		3
Bernstein e a Música Americana - Foyer					2	1							3
Festival Cantabile							2						2
Concertos Série Antena 2 - Foyer	1			1				1	1	1			5
Concerto Coral-Sinfónico													3
Concerto Igreja Loreto		1											1
Concerto de Páscoa-Parsifal-Porto e TNSC				2									2
Concerto Sinfónico													15
Concerto Ano Novo - Almada	1												1
Concerto Sinfónico - CCB	1												1
Concerto Sinfónico - TNSC		1											1
Concerto Sinfónico - Caldas Da Rainha e CCB		2											2
Concerto - Direção Musical Pedro Neves		1											1
Dias da Música CCB				2									2
Concerto para Violino CCB					1								1
Festival de Música de Setúbal					2								2
Concerto de Abertura Temporada - CCB							1						1
Concerto Sinfónico CCB									1				1
Concerto Sinfónico - TNSC									1				1
Concerto "The Messiah, HWV 56" - CCB											1		1
Ópera													21
Alceste	5												5
O Castelo do Barba-Azul e A Voz Humana CCB			3										3
L'Étoile				4									4
La Gazza Ladra - Versão Concerto					2								2
La Bohème						0							0
La Forza Del Destino - TNSC e Porto									6				6
Orfeo Ed Euridice										1			1
Co-Produções													3
Festival de Sintra - Coro e OSP							1						1
Metropolis . Teatro São Luiz									1				1
Fernando Tordo e Convidados - TNSC									1				1
Projeto Pedagógico													19
Residências Artísticas nas Escolas		2	6	3	6	2	4	4	5	10	20		19
Visita ao Teatro	12	10	13	22	10	4	4	4	5	10	20		114

ATIVIDADE DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA DO OPART



Companhia Nacional de Bailado

Entidade/Actividade	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total Geral
CNB												140
Dança Clássica												25
Dom Quixote - TC e Porto			12				3					15
Quebra Nozes - TC + Almada											10	10
Dança Contemporânea												32
No Escuro do Cinema Descalço os Sapatos	1									1		2
A Perna Esquerda de Tchaikovsky		1		1								2
Ballet Nacional da China			2									2
Na Substância do Tempo - CPBC				4								4
Savalliana (Excerto)				1								1
Dia Mundial da Música "Romeu e Julieta (Pas de Deux)+Side Story"-CCB				1								1
Dia Mundial da Dança "A Perna Esquerda..."-Aveiro				1								1
Annette, Adele e Lee + Ma drugada - TC + Almada+Gulmares					5			1				6
Guangdong Modern Dance Company						1						1
Quinze Bailarino e Tempo Incerto - China e Almada						2	2					4
Nós como Futuro						0						0
Hans van Manen									4			4
Le Chef d'Orquestra										4		4
PAD - Projeto Pedagógico												17
PAD - Dom Quixote		1										3
Open House 2019								2				2
Danças tu e Danço Eu									4	3		7
Dança Debaixo de Água											1	1
Dançar com PK								1	1	1	1	4
ESTÚDIOS Vitor Cordon												59
Conferência Encontros para o Futuro			1									1
Conversas sobre o Treino em Dança por Luis Xarez	1	1	1	1	1	1						6
Bar Aberto	3	3	2	2	2	2						14
Abrigo	1	3	3	2	1	2						12
Programa Território II							3					3
...POR...							5				5	10
Kick Off								5				5
Treino - Boca Summer Scholl								8				8
Visita ao Teatro									4	3		7

FAL

FAL 2019 - 11ª Edição		Sessões
CNB		3
Romeu e Julieta (<i>Pas de Deux</i>) + Side Story + Lento para Quateto de Cordas + Dom Quixote (II ato [2ª cena] e III ato)		
TNSC		12
Coro do TNSC e OSP - Wonderful Town		
Capella Cracoviensis - Coro e Orq. De Câmara - Halka		
Banda Sinfónica da GNR		
Orquestra Metropolitana de Lisboa		
Orquestra Sinfónica Portuguesa - Uma Noite de Verismo		
Música Popular Brasileira		
Orquestra do Conservatório Regional de Artes do Montijo - Fados e Zarzuelas		
Orquestra Gulbenkian		
Orquestra Sinfónica Jovem de Macau		
Total Geral		15



Rota das Catedrais

Rota das Catedrais 2019		Sessões
TNSC		8
Coro do TNSC - Santarém, Beja, Elvas e Leiria		
Orquestra Clássica do Sul - Faro		
Orquestra Filarmónica das Beiras - Viseu		
Orquestra do Norte - Braga e Miranda do Douro		
Total Geral		8

Cumprimento das Orientações Legais

Anexos

EPNF – Cumprimento das Orientações Legais – Quadro Resumo

Cumprimento das Orientações Legais - ZNF				Cumprimento			Quantificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
				S	N	NA	Verificação	
Objetivos do Serviço / Plano de Atividades e Orçamento								
Objetivo	Indicador		Meta 2016	S	N	NA		
Serviço Nacional	Número de Processos Próprios	TASC	4	X			4	
		CNE	11	X			11	
Serviço ao Público	Número de sessões de atendimento	TASC	80	X			80	
		des.ques. Lines	30		X		27	Por motivo de greve de trabalhadores
		des.ques. S.tribina	26	X			31	
		CNE	90		X		82	Por motivo de greve de trabalhadores
	Número de esquadras de atendimento	TASC	61.000		X		47.000	Por motivo de greve de trabalhadores
		des.ques. Lines	13.000		X		13.000	Por motivo de greve de trabalhadores
		des.ques. S.tribina	31.000	X			36.000	
		CNE	89.000		X		41.000	Por motivo de greve de trabalhadores
	Número de S.tribinas	OPART	120.000		X		114.000	
		Número de sessões de atendimento em trânsito	TASC	4		X		4
Número de Testes Únicos de Qualidade em Trânsito	TASC		4	X			3	
	CNE	2		X		3		
Educação de adultos		Número de sessões de atendimento	OPART	20		X	20	
	Número de S.tribinas		OPART	10.000		X	4.000	
Atividades de apoio para a criação de empresas comunitárias		des.ques. em contexto escolar	OPART	4.000		X	4.000	
	Educação		Taxas de Ocupação do Sítio	TASC - Lines	84%		X	77%
TASC - S.tribina CCE		80%		X		70%		
CNE - Teste Carões		80%		X		80%		
Taxas de Qualidade		TASC - Lines	8%		X	9%		
		TASC - S.tribina CCE	8%		X	10%	Concorda com taxa atingida e a consequente melhoria	
		CNE - Teste Carões	11%	X		11%		
Número de Negócios	OPART	1.871.000		X		1.811.000	Por motivo de greve de trabalhadores	
	Atividade Financeira	OPART	7%	X		7%		
Educação Social / Apoio público ao cidadão	OPART		60		X	60	Legislação	
		Número de atividades culturais	OPART		30	X	30	
Número de atividades culturais	OPART				30	X	30	

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações Legais - 2019	Cumprimento			Qualificação/Inibição	Justificação/Referência ao ponto do Relatório
	E	N	N/A		
Grau de execução do orçamento carregado no SI-GO/SOE				90,00%	
Gestão do Risco Financeiro					
Límites de Crescimento do Endividamento					
Evolução do PMP a fornecedores				20	
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Atrasos")					
Recomendações do acionista na última aprovação de contas:					
Proceder ao Inventário dos bens móveis culturais					Foi reacionado em 2019 os ofícios da DGTF com a aprovação dos R&C 2015 e R&C 2016. Continua a não ser possível cumprir a recomendação de levantamento e catalogação do patrimônio, bem como implementação de um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais, por ausência de recursos financeiros e humanos.
Implementar um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais					
Promover a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro					
Dar cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado					
Promover as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2014 e 2015, que, segundo a DGTF e IGF, não cumpriu, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro.					
Maximizar o volume de negócios e promover a implementação de medidas adicionais de redução de gastos					
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão					
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2018					
Fiscalização (CF/ROCFU) - reduções remuneratórias vigentes em 2018 (se aplicável)					O Fiscal Único auferiu 1.100€ até outubro de 2019 quando o OPART teve conhecimento da nomeação de um novo FU
Auditor Externo - redução remuneratória vigentes em 2017 (se aplicável)					
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 16.º e 23.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e 135.º do DL n.º 33/2018 de 15 de maio					
EGP - artigo 32.º e 33.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito					
Reembolso de despesas de representação pessoal					
Valor máximo das despesas associadas a comunicações					
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço					
Despesas não documentadas ou confidenciais - n.º 2 do artigo 16.º do RJSP/E e artigo 11.º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais					
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens					
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção					
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa					Cumprimento do Código da Contratação Pública. O CCP é aplicado, havendo, contudo, situações em que há lacunas na tramitação processual, por dificuldades de aplicabilidade a fornecedores de bens e serviços estrangeiros.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas					Não existiam empresas participadas
Contratos submetidos a visto prévio do TC					Faço ao seu valor, nenhum dos contratos celebrados durante o ano de 2018 foi sujeito a visto do TC
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação					Não se verificaram auditorias do TC
Parque Automóvel					
N.º de Viaturas					O OPART, EPE não dispõe de viaturas próprias
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 55.º da Lei 114/2017 e artigo 145.º do DL 33/2018)					Justificação no texto do Relatório e Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 135.º da Lei 114/2017)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP					No final do 2019, as disponibilidades depositadas no IGCP atingiram 96%.
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial					
Juros auferidos em incumprimento de UTE e entregues em Receita do Estado					Não foram efetuadas aplicações financeiras temporárias (CEDIC's) junto do IGCP, as únicas que o OPART costuma efetuar, por dificuldades de tesouraria



Objetivos de Gestão

Aos objetivos está inerente a fidelização e atração de novo público, a redução de custos, sem descuidar a qualidade, e um projeto artístico sólido e coerente, apoiado na nossa missão e serviço público.

Sobre este ponto vide o título sobre Linhas Estratégicas e Objetivos.

Gestão do Risco Financeiro e Limite de crescimento do endividamento

Anos	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Encargos Financeiros (€)	0,00	0,00	0,00	0,00	12.957,50	13.206,00
Taxa Média de Financiamento (%)					1,44%	1,47%

Passivo Remunerado	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	Variação 19/18	
	valores (€)							valor	%
Financiamentos obtidos (Correntes e Não Correntes)							900.000,00		
- dos quais concedidos pela DGTF							900.000,00		
Aumentos de Capital por dotação									
Aumentos de Capital por conversão créditos									
Endividamento ajustado									

Foi celebrado um empréstimo de médio e longo prazo, entre o Estado Português e o OPART, no montante de 900.000€, outorgado em 2013, e com o objetivo de fazer face a despesas correntes inadiáveis, resultantes de acréscimo de custos com remunerações.

O Orçamento de Despesas com Pessoal para 2013, cumprindo o previsto na LOE 2013 e diretrizes superiores para a elaboração do orçamento de Pessoal, não contemplava o pagamento de subsídio de férias, medida esta, entretanto, considerada inconstitucional por Acórdão do Tribunal Constitucional, pelo que o OPART estava perante uma insuficiência de Tesouraria.

Em informação n.º 1569/2013 de 9 de dezembro, a Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) salientou que o empréstimo teria de ser a médio e longo prazo, uma vez que não seria possível à empresa reembolsar o valor até final de 2013, referindo, ainda, que



essa mesma dificuldade colocar-se-ia em 2014, uma vez que na proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2014, bem como no carregamento do OE 2014, esta despesa não havia sido contemplada, pois estes documentos já haviam sido elaborados e submetidos, antes da concessão de autorização e da formalização do empréstimo.

Assim, a DGTF propunha o reembolso do empréstimo em 2015 e que deveria ser contemplado este reembolso no OE 2015, pressupondo-se que a IC de 2015 seria acrescida nesse montante. Ora, tal não aconteceu, apesar de na proposta de Orçamento da DGTF esta estar a contemplar uma receita proveniente do OPART relacionada com a amortização do empréstimo e respetivos juros. Sem o reforço da IC de 2015, o OPART não teve condições de incluir no seu orçamento este reembolso, pois isso poria em causa a atividade do OPART.

Acontece que o prazo de pagamento do empréstimo era até ao dia 31 de março de 2015. Este foi renegociado, já em 2015, pelo que o seu reembolso e pagamento de juros seria efetivado até setembro de 2016.

Foi solicitado ao OPART, através do Ofício 5029/DGTF, de 16 de setembro, o pagamento do montante de 935.890,50€, relativo ao empréstimo, adicionado de juros, celebrado em 2013.

No Orçamento de 2016 também não foi dado ao OPART qualquer reforço para fazer face a este pagamento. Assim, mais uma vez ficou-se a impossibilidade de efetuar o pagamento na data estipulada, quer por ausência de dotação em despesa quer por ausência de tesouraria.

Assim, em 2016, encontrando-se o OPART se em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios, situação que tem sido reportada em sucessivos pareceres e relatórios,



nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo nosso Fiscal Único, propusemos, em agosto de 2016, um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000 € por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o art.º 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Foi também proposto, que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ mais juros.

Os encargos financeiros não incluem a especialização dos juros do empréstimo de 900.000€ obtido junto da DGTF. Esses juros ascendiam em 31 de dezembro de 2016 a 35.890,50€.

Em 14 de junho de 2017, através de despacho conjunto, foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital.

O OPART aguarda ainda a aprovação do R&C de 2017 e 2018 para que se possa obter o parecer do ROC nomeado para o efeito e fazer a alteração dos estatutos e o registo do aumento de capital.

Prazo médio de Pagamento a Fornecedores e pagamentos em atraso

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2019	2018	Var. 2019/2018	
			valor	%
Prazo (dias)	20	38	-18	-47,4%

Mapa da posição a 31/12/2019 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17 de maio

Dividas Vencidas (€)	0-90 dias	Dividas vencidas de acordo com o art.1º DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	52.912,64	0,00	0,00	0,00	0,00
Aq. de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	52.912,64	0,00	0,00	0,00	0,00

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

Cumprimento das Recomendações do Acionista

Foram, em 2015, aprovados os Relatórios e Contas de 2013 e 2014. Em 2019 foram aprovados os Relatório e Contas de 2015 e 2016. Contudo, relativamente às recomendações efetuadas, em sede da aprovação emitida em 2015, continua a não ser possível cumprir a recomendação de levantamento e catalogação do património, bem como implementação de um sistema de controlo interno que assegure a fiabilidade dos registos contabilísticos dos bens móveis culturais, por ausência de recursos financeiros e humanos.

Foi possível a redução do Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores para 20 dias, nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

Promoveram-se as necessárias diligências para a reposição dos montantes auferidos pelos membros do Conselho de Administração, em 2012, 2014 e 2015, que, segundo a

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

DGTF e IGF não cumprira, o n.º 21 da RCM n.º 16/2012 de 14 de fevereiro. O Conselho de Administração em funções, dissolvido em 29 de fevereiro de 2016, repôs os montantes em causa. O Dr. João Villa-Lobos, vogal desde 2011 a dezembro de 2013, também efetuou a reposição. O Maestro César Viana ainda não repôs e todas as tentativas de contacto não tiveram sucesso. A reposição do Dr. António José Falcão e Dr. João Consolado, Presidente e Vogal, respetivamente, nomeados de 18 de fevereiro 2014 a 31 de dezembro de 2016, mas demitidos em 29 de janeiro de 2015, aconteceu por encontro de contas de um processo em tribunal que teve a sua conclusão em 2019 no qual o OPART, EPE foi condenado a pagar as remunerações dos anos que não auferiram por terem sido demitidos antes de cumprirem um ano de mandato

Remunerações

Foram aplicadas as orientações relativas às remunerações vigentes em 2019, quer quanto aos Órgãos Sociais e Fiscal Único, quer quanto aos restantes trabalhadores.

Conselho de Administração

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO (2)			N.º de Mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
01/03/2016 - 03/07/2019	Presidente	Carlos Manuel dos Santos Vargas	RCM n.º 6/2016	01-03-2016	n.a.	---	---	1
01/03/2016 - 03/07/2019	Vogal	Sandra Maria Afluquerque e Castro Simões	RCM n.º 6/2016	01-03-2016	Não	---	---	1
01/03/2016 - 03/07/2019	Vogal	Samuel Costa Lopes do Rego	RCM n.º 6/2016	01-03-2016	n.a.	---	---	1
04/07/2019 - 25/10/2019	Presidente	André Mccz Caldas	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	n.a.	---	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Alexandre Miguel da Costa Mendes de Silva Santos	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	n.a.	---	---	1
04/07/2019 - 31/12/2021	Vogal	Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	RCM n.º 108A/2019	04-07-2019	Não	---	---	1
19/12/2019 - 31/12/2021	Presidente	Maria da Conceição Alves Amaral	RCM n.º 193A/2019	19-12-2019	n.a.	---	---	1

(1) Indicar Resolução (R)/AG/DUE/Despacho (D)

(2) Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem - prevista no n.º 8 do artigo 28.º do EGP; indicar entidade pagadora (O-Origem/D-Destino)

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA [nome]	Acumulação de Funções		
	Entidade	Função	Regime
	[identificar]	[identificar]	[Público / Privado]
Carlos Manuel dos Santos Vargas	Universidade Nova de Lisboa	Docente	Público

Membro do CA (Nome)	EGP			
	Fixado [S/N]	Classificação [A/B/C]	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento mensal	Despesas Representação
Carlos Manuel dos Santos Vargas	S	C	4.578,20	1.578,91
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	S	C	3.662,50	1.308,13
Samuel Costa Lopes do Rego	S	C	3.662,50	1.308,13
André Moz Caldas	S	C	4.578,20	1.583,65
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	S	C	3.662,50	1.465,02
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	S	C	3.662,50	1.465,02
Maria da Concelção Alves Amaral	S	C	4.578,20	1.831,28

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual (€)				
	Fixa (1)	Varável (2)	Valor Bruto (3)=[1]+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Carlos Manuel dos Santos Vargas	46.009,73	9.121,87	55.131,60	2.457,75	52.673,85
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	37.263,74	9.998,52	47.262,26	1.990,13	45.272,13
Samuel Costa Lopes do Rego	37.263,68	9.465,51	46.729,19	1.990,08	44.739,11
André Moz Caldas	24.012,73	409,92	24.422,65	1.200,65	23.222,00
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	31.370,10	0,00	31.370,10	1.568,47	29.801,62
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	31.370,10	0,00	31.370,10	1.568,37	29.801,72
Maria da Concelção Alves Amaral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			236.285,90	10.775,45	225.510,45

(1) O valor da remuneração fixa corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(4) redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA (Nome)	Benefícios Sociais (€)							
	Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social		Encargo Anual Seguro de Saúde	Encargo Anual Seguro de Vida	Outros	
	Valor / Dia	Montante pago Ano	Identificar	Encargo Anual			Identificar	Valor
Carlos Manuel dos Santos Vargas	5,05	530,25	Seg. Social	12.267,90				
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	5,05	595,90	Seg. Social	10.641,46				
Sarmuel Costa Lopes do Rego	5,05	611,05	Seg. Social	10621,65				
André Moz Caldas	5,05	409,05	Seg. Social	5.423,45				
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	5,05	631,25	Seg. Social	7.436,30				
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	5,05	631,25	C.G.A.	7.436,30				
Maria da Conceição Alves Amaral	5,05	0,00	Seg. Social	0,00				
		1.737,20		22.909,36	0	0		0

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas Remanescentes	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[R.€]
Carlos Manuel dos Santos Vargas	N								
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	N								
Sarmuel Costa Lopes do Rego	N								
André Moz Caldas	N								
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	N								
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	N								
Maria da Conceição Alves Amaral	N								

O OPART não dispõe de viaturas próprias, utilizando, a título gratuito através de cedência, três viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços. As referidas viaturas não estão afetadas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Membro do CA (Nome)	Plano Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Carlos Manuel dos Santos Vargas	0			0	O OPARTeño dispõe de viaturas próprias, utilizando, a título gratuito através da cedência, três viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços. As referidas viaturas não estão afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	0			0	
Samuel Costa Lopes do Rego	0			0	
André Moz Caldas	0			0	
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	0			0	
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida	0			0	
Maria da Conceição Alves Amaral	0			0	
				0	

Membro do CA (Nome)	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com viagens (€)
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Carlos Manuel dos Santos Vargas			1.050,93			1.050,93
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões			500,36			500,36
Samuel Costa Lopes do Rego			50,20			50,20
André Moz Caldas			237,84	Deslocação viatura própria	172,08	409,92
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos			0,00			0,00
Ana de Medeiros Harlé Victorino d'Almeida			0,00			0,00
Maria da Conceição Alves Amaral			0,00			0,00
						1.601,49

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Fiscalização

Fiscal Único

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de Inscrição na OROC	Nº Registo na OMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2014-2016	Fiscal Único	António Manuel Castanho Miranda Ribeiro	778	20160411	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 14750/2014	05-12-2014			9
2014-2016	Suplente	Adelino Lopes Aguiar	644	20160288	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 14750/2014	05-12-2014			9
2019-2021	Fiscal Único	Dr. João Amaro Santos Cipriano (João Cipriano & Associados Lda)	631	20160277	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			
2019-2021	Suplente	Dra. Andréia Sofia Sena Barreira (João Cipriano & Associados Lda)	1739	20161349	Despacho Conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e cultura 1323/2019	14-08-2019			

Durante o ano de 2019 foi nomeado um novo fiscal único. O OPART, EPE teve conhecimento desta nomeação apenas no mês de novembro de 2019, embora o despacho tivesse data de agosto de 2019

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2019 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2019 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
António Manuel Castanho Miranda Ribeiro	14.883,00		14.883,00		0		0
Adelino Lopes Aguiar	0		0		0		0
João Cipriano & Associados Lda	0		0		0		0

(1) inclui IVA

Não foram atribuídos aos Órgão Sociais, prémios de gestão, nos termos do art. 41.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e art. 19.º da LOE 2017.



Disposto nos artigos 32.º (utilização de cartões de crédito e comunicações) e 33.º (utilização de viaturas) do Estatuto dos Gestores Públicos

No que diz respeito à aplicação do disposto no art. 32.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, do Estatuto do Gestor Público, não foram utilizados cartões de crédito nem outros instrumentos de pagamento tendo por objeto a realização despesas ao serviço da empresa e não houve lugar a reembolsos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações manteve-se de acordo com o Despacho n.º 14751/2014, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 236 de 5 de dezembro de 2014, não podendo exceder 80,00€ e onde se inclui o telefone móvel, o telefone domiciliário e a internet.

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações(€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carlos Manuel dos Santos Vargas	80,00	1.651,90	O excesso foi debitado e justificado no final do mandato
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	80,00	178,82	
Samuel Costa Lopes do Rego	80,00	147,12	
André Moz Caldas	80,00	123,37	
Alexandre Miguel Santos	80,00	158,28	
Ana de Medeiros Haré Victorino d'Almeida	80,00	0,00	
Maria da Conceição Alves Amaral	80,00	0,00	
		2.259,49	

Frota automóvel

O OPART, EPE não dispõe de viaturas próprias, tendo celebrado no passado um protocolo de parceria com a BMW Portugal, Lda., através do qual a referida empresa cedia anualmente, a título gratuito, duas viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços do OPART, EPE. Em 2016 o protocolo foi alterado e passaram a ceder 3 (três) viaturas. Este protocolo cessou em fevereiro de 2017. A partir de julho de 2017 foi celebrado outro protocolo, desta vez com a Nissan que fornece gratuitamente 3 viaturas, 2 delas veículos elétricos, ao TNSC.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A CNB até junho de 2016 utilizava uma viatura Honda de 1996, registada em nome do TNSC, impossibilitada de se deslocar à Baixa de Lisboa. A mesma viatura já não garantia condições de segurança e foi abatida em julho de 2016. Em 2017 a CNB teve acesso a uma viatura cedida pelo Benfica, por contrapartida de um aluguer de espaço. No final de 2018 a Nissan efetuou uma adenda ao protocolo e passou também a fornecer uma viatura elétrica de transporte à CNB.

As referidas viaturas não estão afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento.

Membro do CA (Nome)	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal	Gasto Anual com Rendas	Prestações Contratuais Remanescentes
	[S/N]	[S/N]	[€]	[Identificar]			[€]	[€]	[€]
Carlos Manuel dos Santos Vargas	N								
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	N								
Samuel Costa Lopes do Rego	N								
André Mox Caldas	N								
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	N								
Ana de Medeiros Haré Victorino d'Almeida	N								
Maria da Conceição Alves Amaral	N								

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Carlos Manuel dos Santos Vargas	0			0	O OPART não dispõe de viaturas próprias, utilizando, a título gratuito através de cedência, três viaturas para utilização no âmbito da prestação de serviços. As referidas viaturas não estão afetas especificamente a nenhum colaborador, seja trabalhador ou membro do Conselho de Administração, para efeitos de uso pessoal e que represente um benefício ou regalia que se traduza numa vantagem acrescida ao seu rendimento
Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões	0			0	
Samuel Costa Lopes do Rego	0			0	
André Moz Caldas	0			0	
Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos	0			0	
Ana de Medeiros Haré Victorino d'Almeida	0			0	
Maria da Conceição Alves Amaral	0			0	
				0	

Apesar de não haver viaturas afetas ao Conselho de Administração apresenta-se as despesas com a frota existente:

	2019 Execução	2018 Execução	Var. 2019/2018	
			Valor	%
Gastos com a frota automóvel (€)	6.067,44	6.734,34	-666,90	-10%
reparações	14,99	0,00	14,99	0%
combustíveis	3.668,23	4.444,45	-776,22	-17%
seguros	0,00	0,00	0,00	0%
lugares de viaturas ligeiras de passageiros	226,62	634,61	-405,99	-64%
portagens	1.468,40	1.499,88	-31,48	-2%
lavagens	260,60	30,00	230,60	769%
estacionamento	426,60	125,40	301,20	240%
IUC	0,00	0,00	0,00	0%
N.º de Veículos	3	3	0	0%

Despesas não documentadas ou confidenciais

Não são realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.



Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens (medida 2 da RCM n.º 18/2014)

Não existem diferenças injustificadas nas remunerações pagas a homens e mulheres. Todos os anos é elaborado o Balanço Social que consta nos Relatórios e Contas. A igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres é um dos princípios pelo qual o OPART se rege nas suas linhas de atuação gestionária. O OPART tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos.

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Desde dezembro de 2009, encontra-se implementado o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do OPART, que prevê e descreve o sistema de controlo de riscos relevantes para a empresa.

Em 2013 foi elaborado o respetivo relatório anual sobre a execução do plano de prevenção de riscos de corrupção. Mas, desde essa data, isso já não aconteceu, resultado da instabilidade interna: constantes mudanças nas Administrações e Tutelas, bem como ausência de recursos técnicos e humanos, qualificados.

O atual Conselho de Administração pretende rever e atualizar o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção, Conflitos de Interesses e Infrações Conexas e de modo a que se efetue a monitorização periódica. Contudo, tal tarefa, por questões de imparcialidade, dimensão da organização e ausência de recursos internos adequados, só poderá ser feita por consultoria externa. Para tal, torna-se necessário prever verba no orçamento.



Contratação Pública

Dando cumprimento ao estipulado no Código de Contratação Pública, o OPART recorre à utilização de meios eletrónicos e de transmissão de dados, contribuindo para uma simplificação e desmaterialização dos processos aquisitivos. É utilizada plataforma eletrónica de aquisição de bens e serviços e empreitadas. Tendo em vista a aplicação das normas relativas à contratação pública, o OPART tem na sua estrutura organizativa um setor destinado a centralizar todas as aquisições de bens e serviços.

Os procedimentos e formulários são atualizados sempre que alterações legislativas assim o obriguem. Com o novo SW ERP em implementação, os procedimentos de aquisição são geridos e controlados de forma responsável e fiável.

Não foram realizados procedimentos que obrigassem a fiscalização e visto prévio do Tribunal de Contas

Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas

Considerando as experiências no passado, nem sempre a adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas é vantajosa. No entanto em 2019 aderiu-se ao acordo de quadro para os serviços de limpeza.



Plano de Redução de Custos

PRC	2019 Exec.	2018 Exec.	2017 Exec.	2016 Exec.	2019/2018	
					Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	916.551	925.670	445.408	-1.065.960	-9.119	-1%
(1) CMVMC	1.128	1.534	2.865	3.728	-406	-26%
(2) FSE	3.582.585	3.304.276	3.834.956	4.135.819	278.309	8%
(3) Gastos com o pessoal corrigidos dos encargos I, II e III	14.825.271	14.909.270	15.061.875	14.759.072	-83.999	-1%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	42.883	205.430	279.631	91.243	-162.547	-58%
(3.ii) Impacto da reversão das reduções remuneratórias				373.278	0	#DIV/0!
(3.iii) Impacto da aplicação dos artigos 18.º e 23.º da LOE 2018 e artigo 136.º do DLEO 2018 ^c					0	#DIV/0!
(4) Gastos Operacionais ^{a)} = (1)+(2)+(3)	18.408.984	18.215.080	18.899.696	18.898.619	193.904	1%
(5) Volume de negócios (VN) ^{b)}	980.371	1.087.940	1.128.004	1.071.240	-107.569	-10%
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	1878%	1674%	1675%	1764%	703%	12%
(i) Gastos com Comunicações (I St)	32.325	31.981	31.782	29.397	344	1%
(ii) Gastos com Deslocações e Alojamento (FST)	159.300	106.366	117.149	130.556	52.934	50%
(iii) Gastos com Ajudas de custo (G C/ Pessoal)	64.849	57.935	109.722	78.213	6.914	12%
(iv) Gastos com as viaturas ^{c)}	6.067	6.704	15.673	21.795	-637	-9%
Total = (i) + (ii) + (iii) + (iv)	262.541	202.986	274.325	259.961	59.555	29%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	373	380	389	372	9	-2%
N.º Órgãos Sociais (OS)	3	3	3	3	0	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	17	16	17	19	-1	-6%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	253	361	369	350	-8	-2%
N.º Trabalhadores/N.º CD	21	23	22	18	1	6%
N.º de viaturas	3	3	3	3	0	0%

a) Para aferir o grau de cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais (CMVMC + FSE + Gastos com pessoal) não são considerados os gastos com as indemnizações por rescisão, o efeito da reversão das reduções remuneratórias, nem o efeito do disposto nos artigos 20.º e 21.º da LOE 2017.

b) O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração e das indemnizações compensatórias.

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

O número de trabalhadores que deve ser considerado para análise do efetivo são os gestores públicos, os trabalhadores com contrato individual de trabalho, a prestar serviço efetivo ou em suspensão/licença superior a 30 dias, e os trabalhadores de outros serviços e organismos da Administração Pública a prestar serviço em regime de cedência de interesse público, também em efetividade de funções ou em situação de suspensão (ex. baixa médica).

A evolução do efetivo é apresentada nos quadros seguintes:

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Efetivo	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
(1) Nomeados - Gestores Públicos	2	2	3	3	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho	374	372	357	380	370	387	379	367
2.1) a prestar serviço efetivo	356	358	343	362	360	371	366	358
2.2) ao serviço de outras entidades	4	4	3	3	3	3	3	2
2.3) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	14	10	11	15	7	13	10	7
(3) Requisitados a outras entidades	4	3	2	2	2	2	1	2
3.1) a prestar serviço efetivo	4	3	2	2	2	1	1	2
3.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias						1	0	0
(4) Prestação de Serviço	8	11	11	12	11	10	10	9
(5) Programa de Voluntariado e Estágios		5	12	4	7	3	3	2
Total (1+2.1+2.3+3)	376	373	359	382	372	389	380	370

	2016	2017	2018	2019
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3	3	3	3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)	320	311	304	330
2.1) a prestar serviço efetivo	310	297	292	321
2.2) ao serviço de outras entidades	3	3	3	2
2.3) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	7	11	9	7
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)	50	76	75	37
3.1) a prestar serviço efetivo	50	74	74	37
3.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	0	2	1	0
(4) Requisitados a outras entidades	2	2	1	2
4.1) a prestar serviço efetivo	2	1	1	2
4.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	0	1	0	0
(5) Prestação de Serviço	10	10	10	9
(6) Programa de Voluntariado e Estágios	6	3	3	2
Total (1+2.1+2.3+3+4)	372	389	380	370

Efetivo	OPART	TNSC	CNB	TOTAL
(1) Nomeados - Gestores Públicos	3			3
(2) Com Contrato Individual de Trabalho (Indeterminado)				330
2.1) a prestar serviço efetivo	33	209	79	321
2.2) ao serviço de outras entidades	2			2
2.3) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias	3	2	2	7
(3) Com Contrato Individual de Trabalho (A Termo/Comissão Serviço)				37
3.1) a prestar serviço efetivo	1	14	22	37
3.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias				0
(4) Requisitados a outras entidades				2
4.1) a prestar serviço efetivo		1	1	2
4.2) em suspensão/Licenca Superior a 30 dias				0
(5) Prestação de Serviço	2		7	9
(6) Programa de Voluntariado e Estágios		2		2
Total (1+2.1+2.3+3+4)				370

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

De referir o esforço efetuado nos últimos anos para redução dos quadros de pessoal em que 2017 e 2018 foram efetuadas 7 rescisões, respetivamente, e em 2019 apenas 1 rescisão na área técnica. Por forma a minimizar o impacto orçamental e na tesouraria, a maior parte dos acordos efetuados foram celebrados com pagamentos mensais, sem exceder as remunerações mensais que eram pagas.

Saídas	Ano			Total 2017-2019
	2017	2018	2019	
acordo de rescisão	7	7	1	15
Área Administrativa	2	2		4
Área Artística - CNB	5	2		7
Área Artística - Coro				0
Área Artística - OSP		2		2
Área Técnica		1	1	2
despedimento por justa causa	1	0	0	1
Área Artística - Coro	1			1
falecimento	0	1	0	1
Área Técnica		1		1
reforma	4	6	6	16
Área Administrativa	1			1
Área Artística - CNB	1			1
Área Artística - Coro		1	1	2
Área Artística - OSP	1	1	2	4
Área Técnica	1	3	3	7
iniciativa trabalhador	0	0	2	2
Área Artística - CNB			1	1
Área Técnica			1	1
Total Geral	12	13	9	34

Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Quanto ao cumprimento ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, as disponibilidades em IGCP a 31.12.2019 atingem os 95%.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS



Banca Comercial*	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	11.575,56	5.922,03	248.783,58	8.089,54
Total	11.575,56	5.922,03	248.783,58	8.089,54
Juros auferidos**				

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

Divulgação das recomendações resultantes de Auditorias do Tribunal de Contas

Não foram realizadas auditorias pelo Tribunal de Contas nos últimos 3 anos.

Deveres Especiais de Informação

Foram prestadas todas as informações solicitadas pelas tutelas.

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

PBG sites SEE e Empresa

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação				Comentários
	S	N	N.A.	Data de atualização	
Estatutos	X				mantém-se o DL 160/2007 de 27.04
Caracterização da Empresa	X				não atualizada, pelo menos desde 2010
Função de tutela e accionista	X			julho' 2011	atualizada
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais					
Identificação dos órgãos sociais	X			2016	
Estatuto remuneratório fixado	X			2016	
Divulgação das remunerações auferidas pelos órgãos sociais	X			2016	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do conselho de Administração	X			2016	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos órgãos sociais	X			2016	
Esforço Financeiro Público	X			2016	
Ficha Síntese	X			2015	
Informação Financeira histórica e atual	X			2015	
Princípios de Bom Governo					
Regulamentos Internos e externos a que a empresa está sujeita	X			2018	Novo Regulamento Interno homologado em 08/05/2018; em elaboração o Regulamento de Pessoal
Transações relevantes com entidades relacionadas	X			2017	
Outras transações	X			2017	
Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:					
Económico	X			2017	
Social	X			2017	
Ambiental	X			2017	
Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	X			2017	
Código de ética	X			2018	atualizado, com introdução da prevenção e combate ao assédio no trabalho



Balanço Social

No âmbito do processo de reestruturação organizacional iniciado em 2015, manteve-se como objetivo no ano de 2019 a reorganização interna da entidade em termos das diversas unidades orgânicas e o esforço na adequação dos recursos humanos às necessidades da atividade. No âmbito deste processo, destaca-se a homologação do novo Regulamento Interno, ocorrida no ano de 2018, com a consequente reafecção de pessoal às novas unidades orgânicas, a negociação de acordos de cessação e o desenvolvimento de trabalho com vista à atualização do regulamento interno de pessoal e de regulamentos específicos.

Evolução do Efetivo 31.12.2019

Evolução do Efetivo	31.12.2019
Órgãos de Gestão	
Nomeados - Gestores Públicos	3
Com Contrato Individual de Trabalho	
A prestar serviço efetivo	358
Ao serviço de outras entidades	2
Em Suspensão/ Licença sup. 30 dias	7
Cedidos de outras entidades	
Contrato de trabalho em funções públicas	2
Em situação de Prestação de Serviço	
Em regime de tarefa/ avença	9
Programa de Voluntariado/ Estágios	
Voluntários	1
Estágios Profissionais	0
Estágios Curriculares	1
Universo Laboral Total	383
Ao Serviço (a)	372

(a) inclui pessoal ausente, voluntários e estagiários



Verifica-se uma diminuição do universo de colaboradores face ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2018 o OPART contava com um universo laboral total de 396 trabalhadores enquanto em 31 de dezembro de 2019 este número ascendia aos 383 trabalhadores.

Para análise da caracterização do efetivo ter-se-á em conta 363 colaboradores, procedendo-se à exclusão dos que se encontravam ao serviço de outras entidades, em licença sem retribuição ou situação de suspensão superior a 30 dias, dos prestadores de serviço, dos voluntários e dos estagiários.

Caracterização do Efetivo

Distribuição por Área de Atividade

Atendendo à sua missão (prestação de um serviço público na área da música erudita da ópera e do bailado), das três áreas de atividade que caracterizam a entidade, a área artística – constituída pelos elementos afetos à Orquestra Sinfónica Portuguesa, ao Coro do TNSC e ao Elenco Artístico da CNB – mantém-se como a mais representada, sendo composta por 249 trabalhadores, o que representa atualmente 69% do efetivo em análise.

A **área técnica/produção** é composta pelo grupo de trabalhadores que presta apoio técnico na execução dos espetáculos e que reunia, em 31.12.2019, cerca de 67 dos trabalhadores (18%). A área de suporte, composta pelos trabalhadores afetos aos serviços centrais, representava na mesma data cerca de 13% do efetivo (47 trabalhadores).



Figura I – Distribuição do efetivo por área de atividade

Os **Corpos Artísticos** residentes contam com 70 trabalhadores pertencentes ao Elenco Artístico da CNB, 69 trabalhadores integrados no Coro do TNSC e 95 trabalhadores a desempenhar funções na OSP:

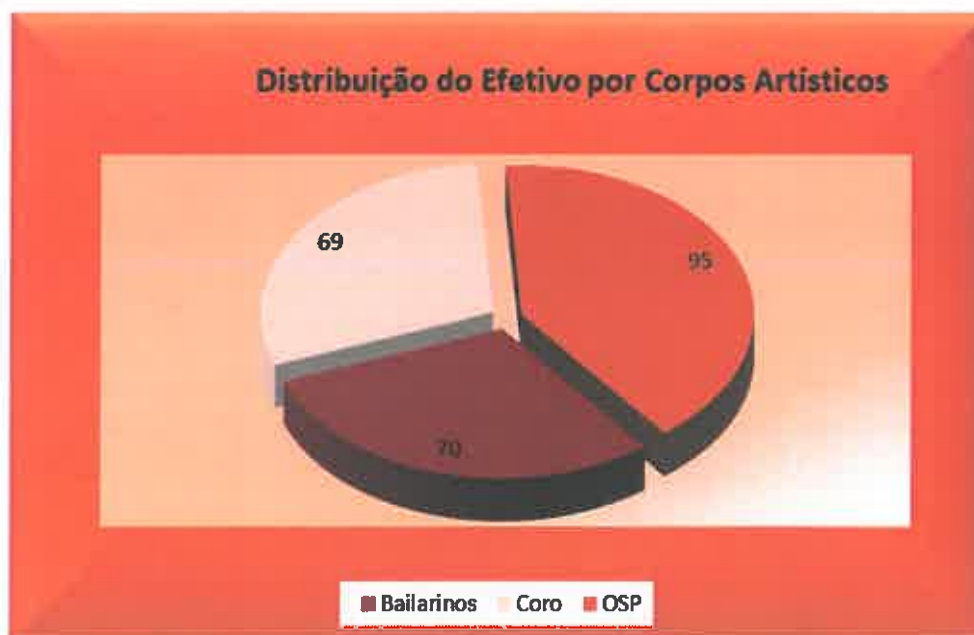


Figura II – Número de trabalhadores por Corpo Artístico

Distribuição e caracterização por grupo etário



A estrutura etária dos trabalhadores do OPART situa-se no intervalo compreendido entre os 0-20 e os > 70 anos de idade, sendo que o trabalhador mais novo tem 19 anos e o mais velho 70 anos de idade. Uma análise simples por escalões etários permite verificar que as faixas etárias com mais trabalhadores se situam nos escalões 45-49 anos, 50-54 anos e 55-59 anos, com 59, 69 e 65 trabalhadores respetivamente. A maior parte dos trabalhadores tem idade superior a 45 anos (65%), sendo que, destes, 53% tem idades compreendidas entre os 45 e os 59 anos.

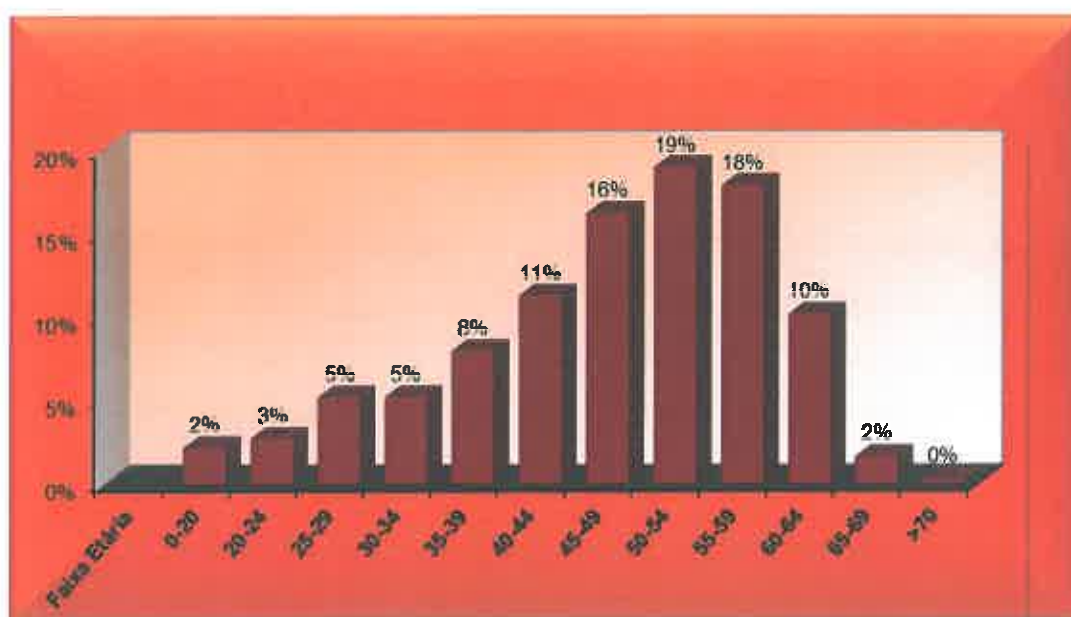


Figura III – Distribuição geral por Faixas Etárias

Verifica-se ainda que a idade média tem vindo a aumentar progressivamente e uma análise mais cuidada permite concluir que, desde 2011, existe uma tendência de envelhecimento gradual no efetivo do OPART, que só não é mais acentuada devido à baixa idade do Elenco Artístico CNB, face à idade dos outros trabalhadores. A média etária tem aumentado gradualmente, situando-se nos 46,6 anos em 2017, nos 46,98 em 2018 e nos **47,19** em 2019.



Relativamente ao índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos), situa-se atualmente nos 30,03%, assistindo-se a um aumento de cerca de 3,3% face a 2018 (29,08%).

A estrutura etária do **Elenco Artístico da CNB** situa-se no intervalo compreendido entre os 0-20 anos e os 55-59 anos de idade¹, com a seguinte distribuição:

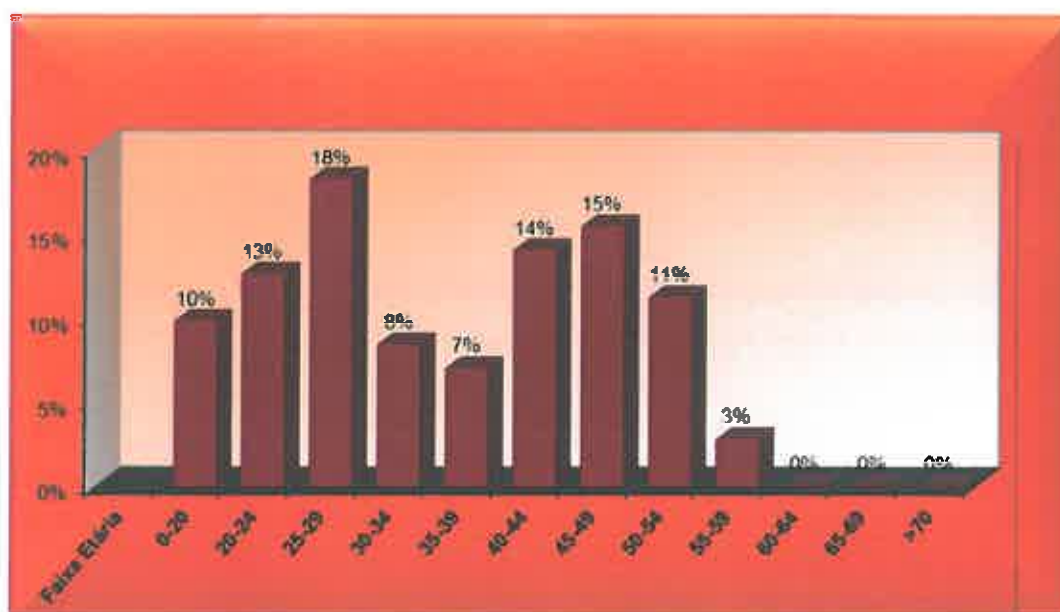


Figura IV – Distribuição do Elenco da CNB por Faixas Etárias

No Elenco Artístico da CNB o trabalhador mais novo tem 19 anos e o mais velho tem 56 anos de idade. Verifica-se que 43% dos Bailarinos tem mais de 40 anos e idade e 29% tem idade superior a 45 anos.

¹ Salienta-se que a idade mínima de acesso à pensão de reforma pelos trabalhadores do bailado é de 55 anos de idade



Relativamente ao **Coro do TNSC**, observa-se a seguinte distribuição por faixas etárias:

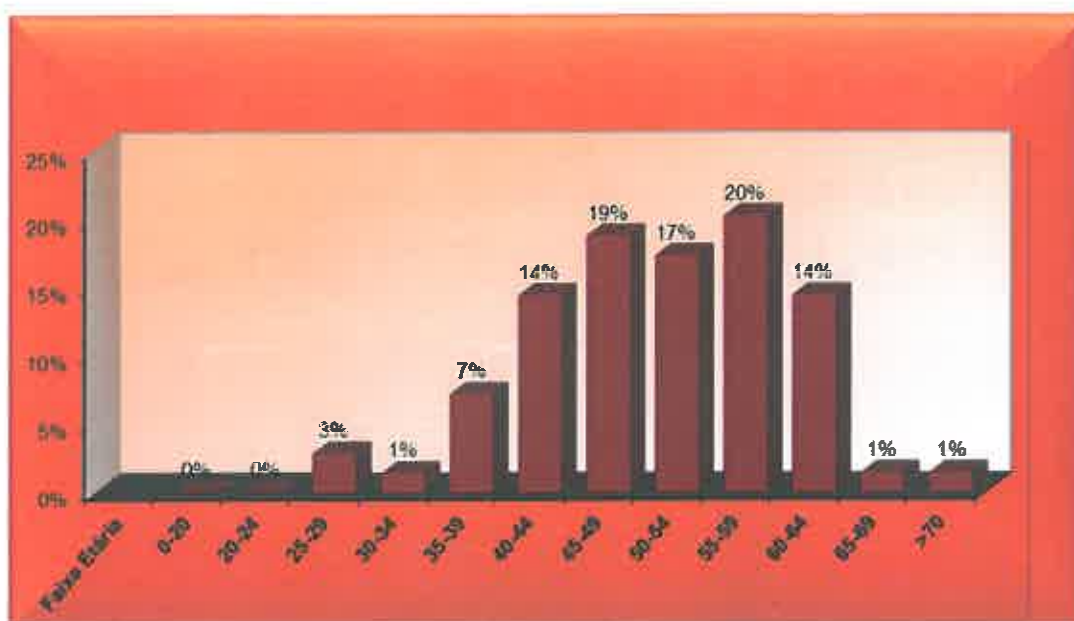


Figura V – Distribuição do Coro do TNSC por Faixas Etárias

No Coro do TNSC o trabalhador mais novo tem 27 anos e o mais velho tem 70 anos de idade. O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) do Coro situa-se atualmente nos 38%, sendo de referir que 53% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Relativamente à **OSP**, observa-se a seguinte distribuição de trabalhadores por faixas etárias:

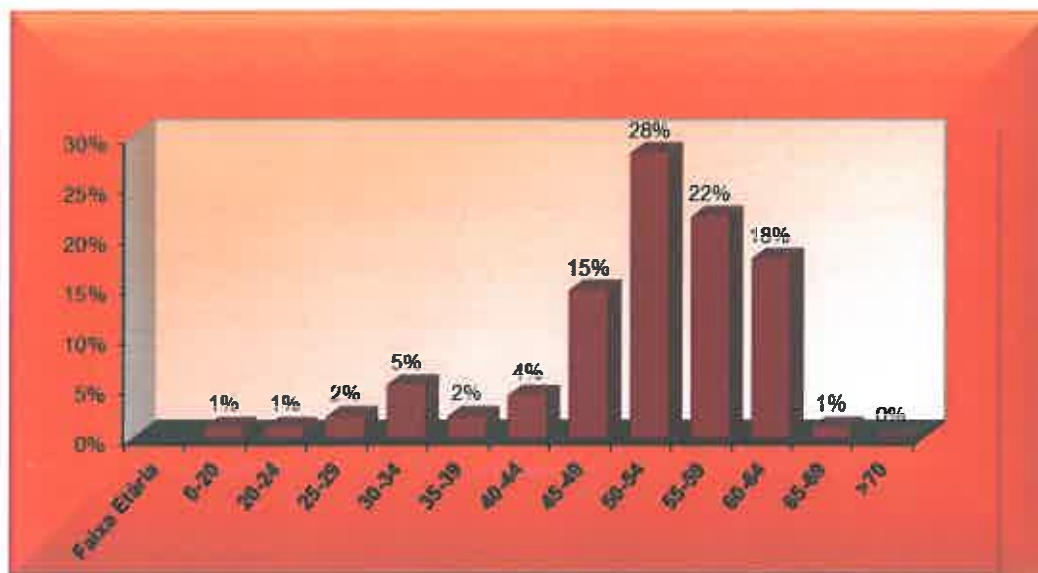


Figura VI – Distribuição da OSP por Faixas Etárias

Na OSP o trabalhador mais novo tem 20 anos e o mais velho tem 65 anos de idade. O índice de envelhecimento (trabalhadores com idade superior a 55 anos) da OSP situa-se atualmente nos 41%, sendo de referir que 69% dos trabalhadores têm idade superior a 50 anos de idade.

Admissões e Cessações

Atendendo às restrições impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, que impedem as Entidades Públicas Empresariais de proceder à contratação de pessoal sem prévia autorização, o OPART procede anualmente ao pedido de autorização excecional para proceder à contratação dos reforços necessários para a produção dos espetáculos de ópera e bailado estabelecidos em cada temporada. Este tipo de contratação específica das áreas artística e técnica/ produção, efetuada ao abrigo da Lei n.º 4/2008 (profissionais do espetáculo), apenas tem implicações na movimentação anual, não representando um acréscimo real do efetivo da entidade.



Pelo exposto, a caducidade do contrato mantém-se como o principal motivo de cessação da relação laboral no OPART.

No ano de 2019, registou-se um total de 268 admissões e 279 cessações; a área Artística recebeu cerca de 85% das admissões e das cessações, seguindo-se a área Técnica/Produção com 12% das admissões e 11% das cessações e a área de suporte com 3% das admissões e 4% das cessações, respetivamente. Tendo em atenção a especificidade da missão do OPART não fará sentido analisar a taxa de cobertura, ou a taxa de rotação.

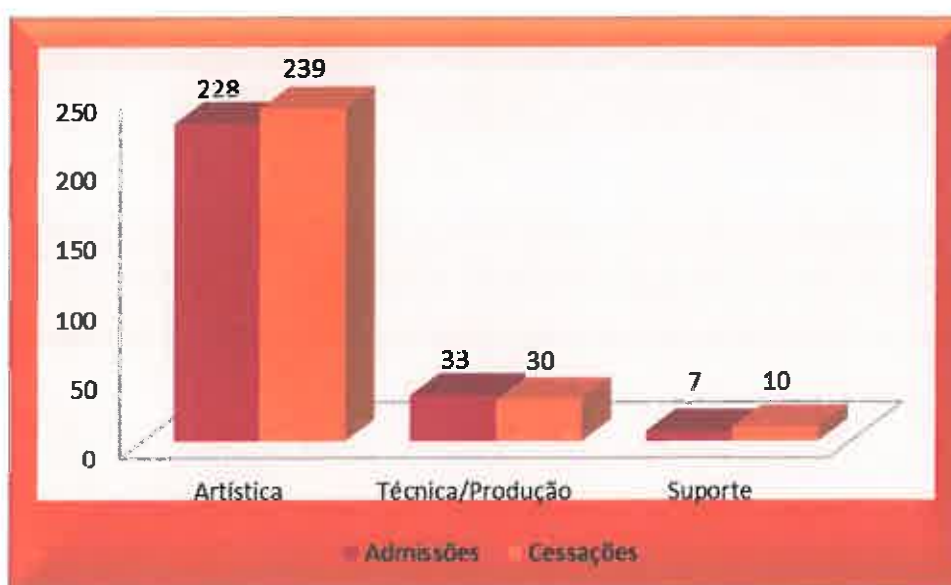


Figura VII – Admissões e Cessações

Diversidade e Oportunidade - Igualdade entre Homens e Mulheres

O OPART tem pautado a sua atuação na política de gestão de recursos humanos pelo tratamento semelhante dos colaboradores de ambos os sexos. Atualmente, cerca de 51% do efetivo é representado por homens e 49% está assegurado por mulheres, mantendo-se um nível adequado na equidade entre homens e mulheres no universo laboral, conforme já registado em anos anteriores.

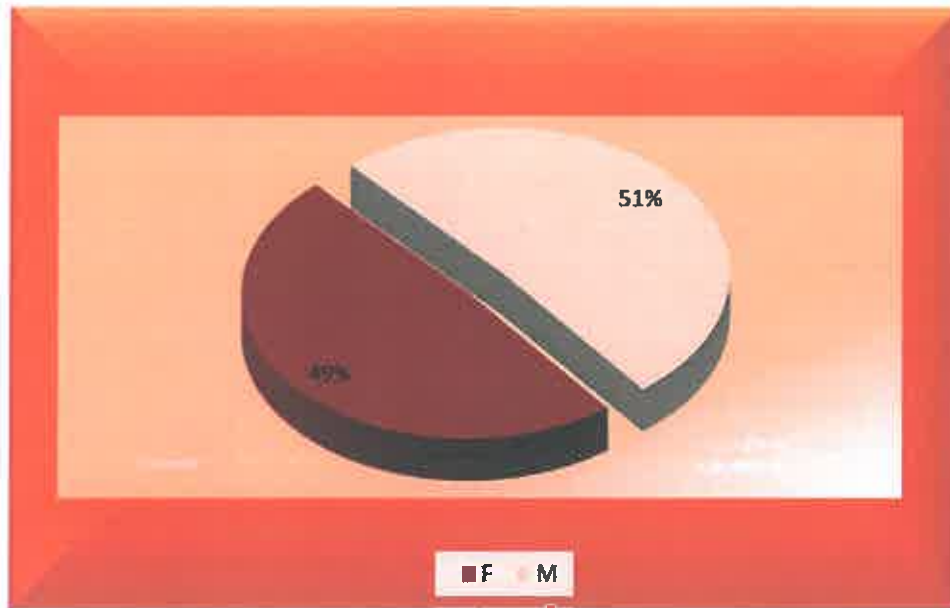


Figura VIII – Efetivo por Género

Continua a verificar-se a inexistência de desvios significativos no que diz respeito às diferenças de Remuneração Líquida entre Homens/Mulheres, conforme Indicadores de RH – acesso ao emprego por igualdade de género abaixo, que evidenciam o grau de cumprimento do princípio da não discriminação por sexo no acesso ao emprego:

1.º Indicador

Retribuição média mensal das mulheres = 97,99%
Retribuição média mensal

2.º Indicador

Mulheres com cargos de Direção (1.ª linha) = 50%
Cargos de Direção (1.ª linha)

3.º Indicador



Número de Colaboradores Mulheres = 49%
Número de Colaboradores

Da contagem dos trabalhadores por escalão etário e género identificou-se que a idade média dos trabalhadores femininos se situa nos 47 anos, enquanto nos trabalhadores masculinos este valor é de 48 anos: a faixa etária dos 55-59 anos é a mais expressiva no sexo masculino, enquanto no sexo feminino o grupo etário 45-49 anos e 50-54 anos são os mais preponderantes.



Figura IX – Distribuição do efetivo por grupo etário

Acidentes de Trabalho

O ano de 2019 termina com um registo total de 36 ocorrências (15 homens e 21 mulheres), número consideravelmente inferior ao verificado em 2018. Do total de acidentes ocorridos, 20 resultaram em incapacidade temporária - absoluta e parcial - para o desempenho do trabalho, sendo este número também bastante inferior ao verificado em 2018.



Verifica-se que o maior número de sinistros voltou a ocorrer na área artística, seguindo a tendência observada ao longo da maioria dos anos. Em 2019 a área artística contou com um total de 24 ocorrências, sendo a maior incidência de sinistros atribuída Incapacidade Temporária para o Trabalho (absoluta e parcial). Destes 24 incidentes, a maioria ocorreu com Bailarinos (14 acidentes), o que se justifica pelas exigências físicas associadas ao desempenho do trabalho.

Do total de acidentes ocorridos resultaram 682 dias de ausência ao trabalho por Incapacidade Temporária Absoluta, 559 dos quais referentes à área artística (198 dias no Elenco Artístico da CNB e 361 dias no Coro e OSP).



Figura X – Ocorrências de acidentes de trabalho 2018- 2019

Trabalho Suplementar

Durante o ano de 2019, os trabalhadores do OPART efetuaram 6.041 horas de trabalho suplementar, sendo 2.512 destas realizadas por trabalhadores do género feminino e 3.528 realizadas por trabalhadores do género masculino.

O trabalho suplementar foi realizado maioritariamente pela área Técnica/ Produção (4.471 horas) e pela área de suporte (1.570 horas), não tendo existido trabalho suplementar na área artística.

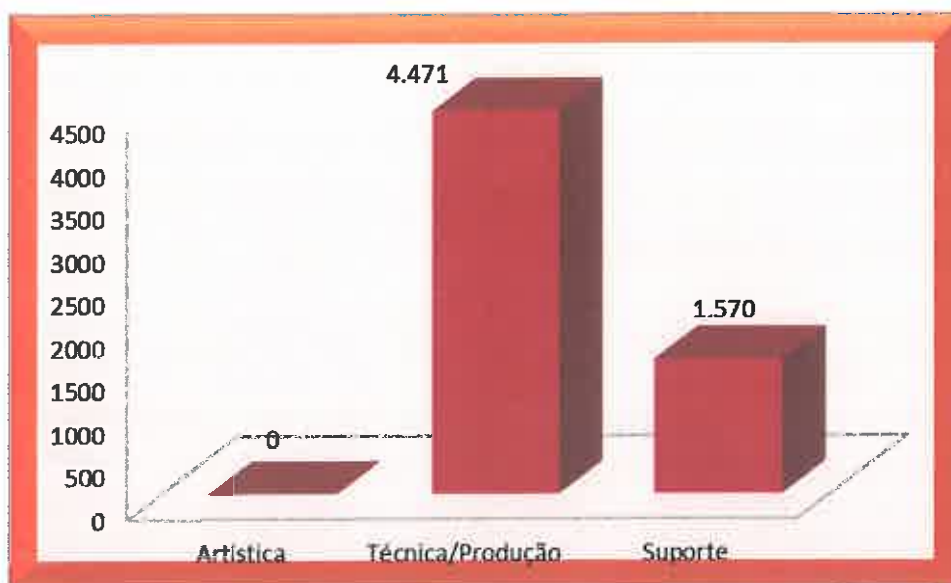


Figura XI – Horas de Trabalho Suplementar 2019

Estágios

Oportunidades de Estágios Curriculares

No ano de 2019 foi possível acolher 22 estagiários, provenientes de instituições de ensino variadas, que integraram as equipes do TNSC e da CNB. Manteve-se, em 2019, o objetivo de privilegiar a colaboração com instituições de ensino, permitindo aos alunos a formação em contexto de trabalho, imprescindível à sua aprendizagem, mantendo-se a tendência observada em 2016 quanto à duração dos estágios, que se têm vindo a realizar por períodos mais longos.

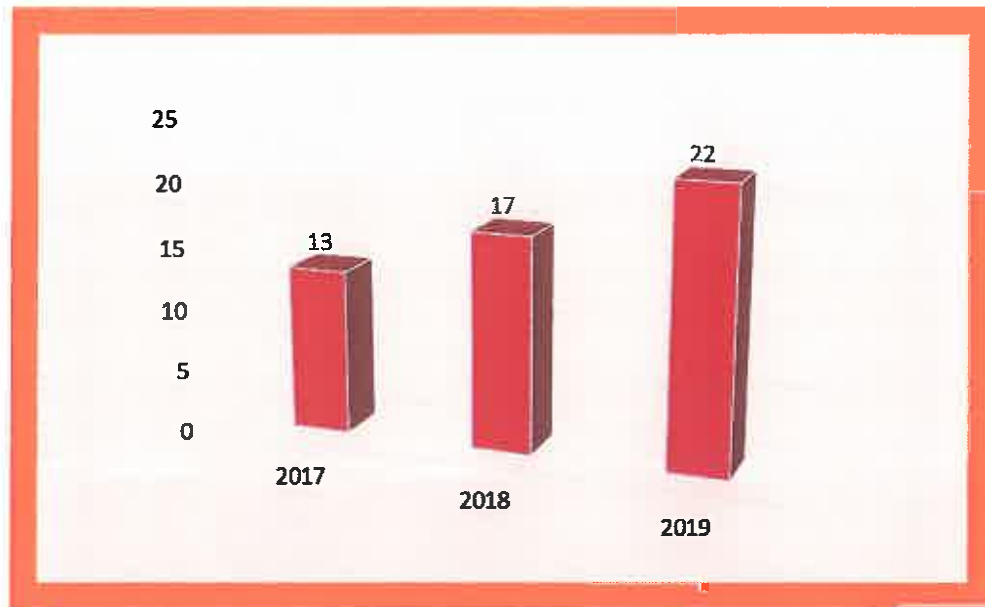


Figura XII – Estágios Curriculares – 2017-2019

Oportunidade de Estágios Profissionais

Tendo em atenção que a Portaria que procedeu à criação da medida Estágios Emprego que visa integrar jovens desempregados em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado em entidades com ou sem fins lucrativos, de direito privado ou público, não permite ao OPART apresentar-se como entidade promotora de estágios, está vedada a oferta de estágios profissionais na entidade.



Programa de Voluntariado

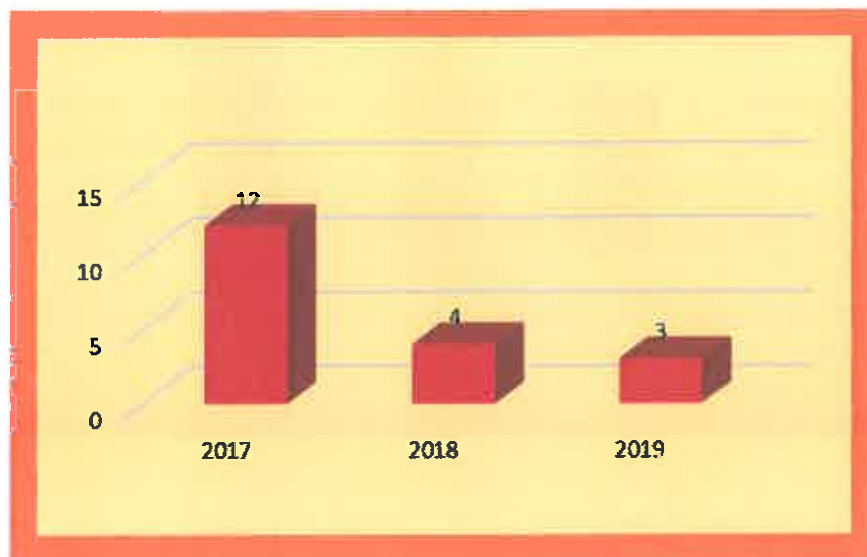


Figura XIII – Evolução do Programa de Voluntariado no OPART

O OPART teve o privilégio de acolher 3 voluntários nas suas diversas áreas de atividade, num programa que pretende manter os princípios que o fundamentam: participação, solidariedade, cooperação, complementaridade, gratuidade, responsabilidade e convergência proporcionando continuamente aos voluntários os benefícios de formação cultural e de desenvolvimento de competências e ainda, a sua integração em projetos institucionais de referência. Contudo, a evolução demonstra e aponta para uma necessidade de reformulação do programa, orientando-o para participações em áreas específicas.



Mapas Económico-Financeiros

Estrutura de Custos

Durante o ano de **2019**, o valor total de gastos atingiu cerca de 18,639 milhões de euros, dos quais 86,4% afetos ao funcionamento geral do OPART (estrutura), 13,4% relativos à produção artística e 0,2% referentes à prestação de serviços, como seja, a título de exemplo, o aluguer de instalações para a realização de eventos.

Gastos	Unid: euros						Variação 2019/2018	
	2017		2018		2019		Absoluta	Relativa
	valor	peso	valor	peso	valor	peso		
Estrutura	15.475.578	78,4%	16.167.868	87,8%	16.103.897	86,4%	-63.971	-0,4%
Produção	4.227.466	21,4%	2.213.080	12,0%	2.497.610	13,4%	284.530	12,9%
Prestação de Serviços*	35.076	0,2%	28.018	0,2%	38.220	0,2%	10.202	36,4%
Total	19.738.120	100,0%	18.408.966	100,0%	18.639.727	100,0%	230.761	1,3%

Gastos	Unid: euros						Variação 2019/2018	
	2017		2018		2019		Absoluta	Relativa
	valor	peso	valor	peso	valor	peso		
Custo das mercadorias vendidas	2.865	0%	1.534	0%	1.128	0%	406	-26%
Fornecimentos e serviços externos	3.834.956	19%	3.304.276	18%	3.582.585	19%	278.309	8%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.198.237	31%	1.320.871	40%	1.339.151	37%	18.280	1%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	2.636.719	69%	1.983.405	60%	2.243.434	63%	260.029	13%
<i>FSE Projeto GOV</i>	-	0%	-	0%	-	0%	-	#DIV/0!
Gastos com o pessoal	15.341.506	78%	14.909.270	81%	14.868.154	80%	41.116	0%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	13.781.756	90%	14.664.561	98%	14.615.211	98%	49.350	0%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	1.559.749	10%	244.709	2%	252.943	2%	8.234	3%
<i>Pessoal GOV</i>	-	0%	-	0%	-	0%	-	#DIV/0!
Outros gastos e perdas	112.260	1%	51.666	0%	34.094	0%	17.572	-34%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	81.262	72%	48.085	93%	32.861	96%	15.224	-32%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	30.998	38%	3.581	7%	1.233	4%	2.348	-66%
Gastos de depreciação e de amortização	155.304	1%	139.330	1%	129.955	1%	9.375	-7%
Provisões e imparidades	290.644	1%	1.948	0%	2.033	0%	85	4%
Juros e gastos similares suportados	585	0%	942	0%	21.779	0%	20.837	2212%
Total	19.738.120	100%	18.408.966	100%	18.639.727	100%	230.761	1%

Relativamente aos **gastos com a estrutura**, salientam-se os gastos com pessoal os quais atingiram um montante de 14,615 milhões de euros (98% do Pessoal) e os fornecimentos e serviços externos no valor de 1,339 milhões de euros (37% dos FSE).

Quando analisamos os **gastos com a produção artística**, verifica-se que a estrutura de gastos inverte-se, sendo que os fornecimentos e serviços externos representam 63%



(cerca de 2,243 milhões de euros) e os gastos com pessoal atingem um valor percentual de 2% (0,252 milhões de euros).

Enquanto se verifica uma contenção face a 2018, de FSE (+1%) e Pessoal (-0,33%) da estrutura, também é possível verificar que houve um aumento (13%) de FSE associados à programação, face a 2018. Em termos de Gastos com Pessoal associados à Programação Artística, os valores também aumentaram face a 2018 (3%).

No que diz respeito aos restantes gastos houve poupanças, exceção feita para os juros e gastos similares.



Quanto a sua composição, verifica-se que **os gastos com o pessoal**, atingiram um valor de cerca de 14,8 milhões de euros, os quais representam 80% do valor do total dos gastos, seguindo-se os fornecimentos e serviços externos, no montante de cerca de 3,6 milhões de euros (19%), seguindo-se os **gastos de depreciação e de amortização**, no valor de 129.955€ (1%), e **outros gastos e perdas**, no montante de 34.094€ (0,18%). Os restantes gastos (custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, provisões e imparidades e juros e gastos similares suportados), apresentam um valor global residual (24.939€)

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Unid: euros

Gastos Operacionais	2010	2016	2017	2018	2019	Variação (2019/2018)		Variação (2010/2019)		
						Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa	
CMVMC	3.262	3.728	2.865	1.534	1.128	-	406	-26%	2.134	-65%
Fornecimentos e serviços externos	5.938.921	4.135.819	3.834.956	3.304.276	3.582.585	278.309	8%	2.356.336	-40%	
Gastos com o pessoal	15.875.300	14.759.072	15.341.506	14.909.270	14.868.154	-41.116	0%	-1.007.146	-6%	
Total	21.817.484	18.898.619	19.179.327	18.215.080	18.451.867	236.787	1%	-3.365.617	-15%	

Unid: euros

Gastos	Estrutura		Prestação Serviços		Produção		Total	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
61 - Custo Mercadorias Vendidas	1.128	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1.128	0,0%
611 - Mercadorias	1.128	100,0%	0	---	0	---	1.128	100,0%
62 - Fornec. Serv. Externos	1.317.754	8,2%	21.397	64,3%	2.243.434	89,8%	3.582.585	19,2%
621 - Subcontratos	8.700	0,7%	0	0,0%	170.600	7,6%	179.300	5,0%
622 - Serviços especializados	586.567	44,5%	8.909	41,6%	1.240.704	55,3%	1.836.180	51,3%
623 - Materiais	98.922	7,5%	2.023	9,5%	154.974	6,9%	255.919	7,1%
624 - Energia e fluidos	236.111	17,9%	137	0,6%	459	0,0%	236.708	6,6%
625 - Deslocações, estadas e transportes	44.319	3,4%	55	0,3%	169.166	7,5%	213.540	6,0%
626 - Serviços diversos	343.134	26,0%	10.273	48,0%	507.531	22,6%	860.939	24,0%
63 - Pessoal	14.603.381	90,7%	11.829	35,6%	252.943	10,1%	14.868.154	79,8%
631 - Remunerações dos órgãos sociais	228.747	1,6%	0	0,0%	0	0,0%	228.747	1,5%
632 - Remunerações do pessoal	11.347.331	77,7%	11.688	98,8%	237.652	94,0%	11.596.671	78,0%
633 - Benefícios pós-emprego	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
634 - Indemnizações	40.442	0,3%	0	0,0%	0	0,0%	40.442	0,3%
635 - Encargos sobre remunerações	2.692.934	18,4%	141	1,2%	15.261	6,0%	2.708.336	18,2%
636 - Seguros de acid. no trab. e doenc. prof.	248.347	1,7%	0	0,0%	0	0,0%	248.347	1,7%
637 - Gastos de acção social	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
638 - Outros gastos com o pessoal	45.581	0,3%	0	0,0%	30	0,0%	45.611	0,3%
639 - Outros encargos sociais	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
64 - Gastos de depreciação e de amortização	129.955	0,8%	0	0,0%	0	0,0%	129.955	0,7%
642 - Activos fixos tangíveis	89.337	68,7%	0	0,0%	0	0,0%	89.337	68,7%
643 - Activos intangíveis	40.618	31,3%	0	0,0%	0	0,0%	40.618	31,3%
65 - Perdas por imparidade	2.033	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2.033	0,0%
651 - Em dívidas a receber	2.033	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	2.033	100,0%
67 - Provisões do período	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
673 - Processos judiciais em curso	0	#DIV/0!	0	0,0%	0	0,0%	0	#DIV/0!
68 - Outros gastos e perdas	32.861	0,2%	40	0,1%	1.192	0,0%	34.094	0,2%
681 - Impostos	21.819	66,4%	40	100,0%	1.192	100,0%	23.051	67,6%
684 - Perdas em inventários	29	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	29	0,1%
688 - Outros	11.014	33,5%	0	0,0%	0	0,0%	11.014	32,3%
69 - Gastos e perdas de financiamento	21.779	0,1%	0	0,0%	0	0,0%	21.779	0,1%
691 - Juros suportados	21.779	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	21.779	100,0%
698 - Outros gastos e perdas de financiamento	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total Geral	16.108.891	100,0%	33.267	100,0%	2.497.570	100,0%	18.639.727	100,0%



FSE (Funcionamento Geral)

Os encargos com o funcionamento geral desdobram-se pelas seguintes rubricas:

Designação	Valor	Unid: euros
		Peso %
FSE	179.299,98	5,00%
Subcontratos	179.299,98	5,00%
Serviços especializados	1.836.179,82	51,25%
Trabalhos especializados	315.200,58	8,80%
Publicidade	83.302,26	2,33%
Vigilância e segurança	179.499,65	5,01%
Honorários	998.780,52	27,88%
Comissões	16.450,14	0,46%
Conservação e reparação	184.369,12	5,15%
Outros serviços especializados	58.577,55	1,64%
Materiais	255.919,16	7,14%
Ferramentas e utensílios desgaste ráp.	57.714,58	1,61%
Livros de documentação técnica	20,04	0,00%
Material de escritório	9.571,10	0,27%
Artigos de oferta	268,00	0,01%
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pe	11.528,60	0,32%
Medicamentos e artigos para a saúde	1.438,43	0,04%
Outros materiais	175.378,41	4,90%
Energia e fluidos	236.707,83	6,61%
Electricidade	194.508,96	5,43%
Combustíveis	3.686,23	0,10%
Água	15.821,17	0,44%
Outros	22.691,47	0,63%
Deslocações, estadas e transportes	213.540,17	5,96%
Deslocações e estadas	159.299,73	4,45%
Transporte de pessoal	6.084,00	0,17%
Transportes de mercadorias	48.156,44	1,34%
Outros	0,00	0,00%
Serviços diversos	860.938,43	24,03%
Rendas e alugueres	311.331,46	8,69%
Comunicação	32.324,63	0,90%
Seguros	23.488,31	0,66%
Royalties e Propriedade Industrial	199.721,60	5,57%
Contencioso e notariado	2.563,00	0,07%
Despesas de representação	2.945,79	0,08%
Limpeza, higiene e conforto	111.040,03	3,10%
Outros serviços	177.523,61	4,96%
Total	3.582.585,39	100,00%



Da análise do quadro anterior, salienta-se que os **serviços especializados**, assumem um peso de 51% do total dos fornecimentos e serviços externos afetos à estrutura, dos quais se salienta os honorários, os trabalhos especializados, a vigilância e segurança e os gastos com conservação e reparação.

A componente de **serviços diversos** representa 24% dos fornecimentos e serviços externos despendidos com o funcionamento geral do OPART, dos quais se destacam as Rendas e Alugueres, Royalties e Propriedade Industrial e Outros Serviços.

Os encargos com **subcontratos** atingem 5%.

Os encargos com a **energia e fluídos** atingem 6,6% da referida tipologia de gastos, destacando-se os gastos com eletricidade.

Evolução dos custos: comparação com o ano anterior

Já quando procedemos à análise comparativa dos gastos ocorridos durante o ano de 2019 com os gastos do ano transato, verifica-se um aumento no valor total de 230.761€, os quais representam um 1,3%. Todo este aumento, fruto do aumento da IC para 2019, foi aplicado na produção (12,9% de aumento). Na estrutura até houve uma ligeira redução de cerca de 0,4%.

Gastos	2018		2019		Variação 2019/2018	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Estrutura	16.167.868	87,8%	16.103.897	86,4%	-63.971	-0,4%
Produção	2.213.080	12,0%	2.497.610	13,4%	284.530	12,9%
Prestação de Serviços*	28.018	0,2%	38.220	0,2%	10.202	36,4%
Total	18.408.966	100,0%	18.639.727	100,0%	230.761	1,3%

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS



Gastos	2018		2019		Variação 2019/2018	
	valor	peso	valor	peso	Absoluta	Relativa
Custo das mercadorias vendidas	1.534	0%	1.128	0%	406	-26%
Fornecimentos e serviços externos	3.304.276	18%	3.582.585	19%	278.309	8%
<i>FSE Estrutura e Prestação Serviços</i>	1.320.871	40%	1.339.151	37%	18.280	1%
<i>FSE Variáveis c/ Produção</i>	1.983.405	60%	2.243.434	63%	260.029	13%
<i>FSE Projeto GOV</i>	=	0%	=	=	=	#DIV/0!
Gastos com o pessoal	14.909.270	81%	14.868.154	80%	- 41.116	0%
<i>Pessoal Estrutura e Prestação Serviços</i>	14.664.561	98%	14.615.211	98%	49.350	0%
<i>Pessoal Variáveis c/ Produção</i>	244.709	2%	252.943	2%	8.234	3%
<i>Pessoal GOV</i>	=	0%	=	0%	=	#DIV/0!
Outros gastos e perdas	51.666	0%	34.094	0%	- 17.572	-34%
<i>Outros Gastos Estrutura e Prestação Serviços</i>	48.085	93%	32.861	96%	15.224	-32%
<i>Outros Gastos Variáveis c/ Produção</i>	3.581	7%	1.233	4%	- 2.348	-66%
Gastos de depreciação e de amortização	139.330	1%	129.955	1%	- 9.375	-7%
Provisões e imparidades	1.948	0%	2.033	0%	85	4%
Juros e gastos similares suportados	942	0%	21.779	0%	20.837	2212%
Total	18.408.966	100%	18.639.727	100%	230.761	1%

Ao analisarmos o quadro anterior, constata-se que a tipologia de gastos que sofreu um maior acréscimo face ao ano anterior foi a com os FSE da produção (260.029€), representando um aumento de 13%. Os FSE de estrutura tiveram um ligeiro aumento de 1% perfeitamente normal face a conjuntura atual. Em termos de Gastos com Pessoal, e no que diz respeito à Produção, tivemos também um acréscimo de 3% (8.234€), e um decréscimo de estrutura 49.350€; -0,34%).

O CMVMC, os outros gastos e perdas, gastos de depreciação e amortização e provisões e imparidades, tiveram todos um decréscimo.

Programação*	Unid: euros										
	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
TNSC	5.209.218	3.952.106	3.328.149	1.487.500	1.177.797	1.179.855	1.859.614	2.189.145	2.944.937	1.468.057	1.628.572
CNB	762.438	1.096.367	771.870	835.250	917.807	943.860	892.648	1.049.031	1.141.504	595.585	652.337
EVC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31.441	50.816
OPART	410.130	469.073	309.659	392.631	252.437	292.305	154.409	134.578	110.027	117.997	165.886
Total Programação	6.381.787	5.517.545	4.409.678	2.715.380	2.348.042	2.416.020	2.906.671	3.372.754	4.196.468	2.213.080	2.497.610

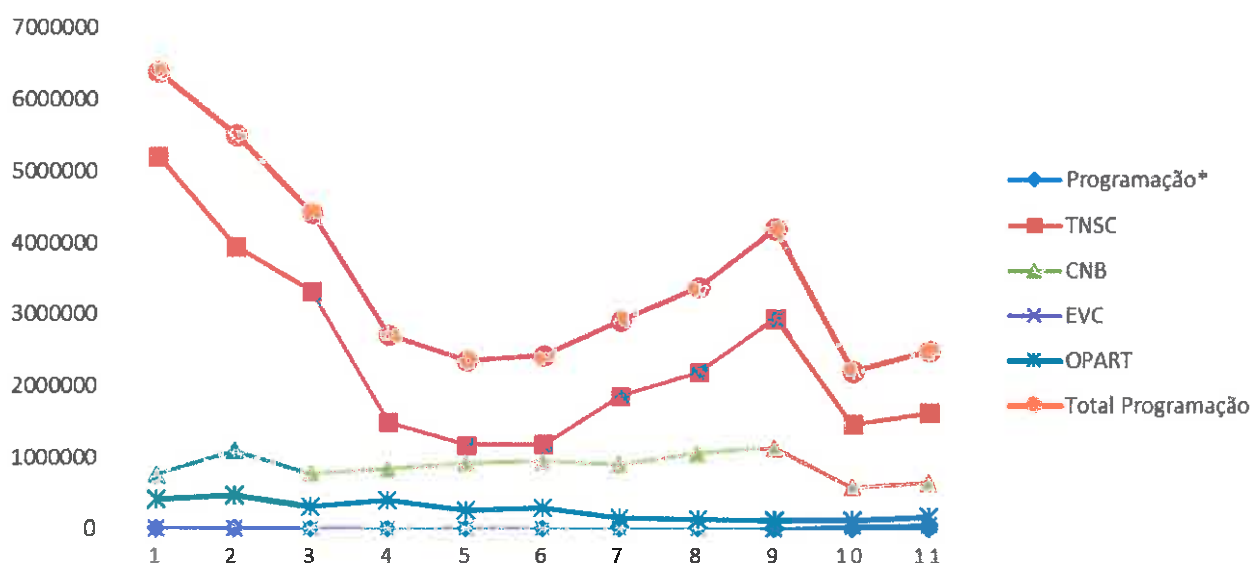
Relativamente à produção artística quando comparamos os seus gastos com os ocorridos em 2018, verifica-se que os mesmos aumentaram 11% relativo ao TNSC e 10% CNB, e um acréscimo de 41% relativamente ao OPART fruto do projeto "Rota das



Catedrais”. Nestes 2 últimos anos temos também os EVC com produção própria e com um aumento de 62% de 2018 para 2019.

Ainda neste contexto e dos dados apresentados, resulta que a produção artística sofreu um ligeiro aumento depois de ter tido uma queda no último ano. De salientar que face aos valores totais para programação no ano de 2009 o OPART, EPE teve uma redução no seu orçamento de cerca de 61%.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS COM A PRODUÇÃO



Rendimentos

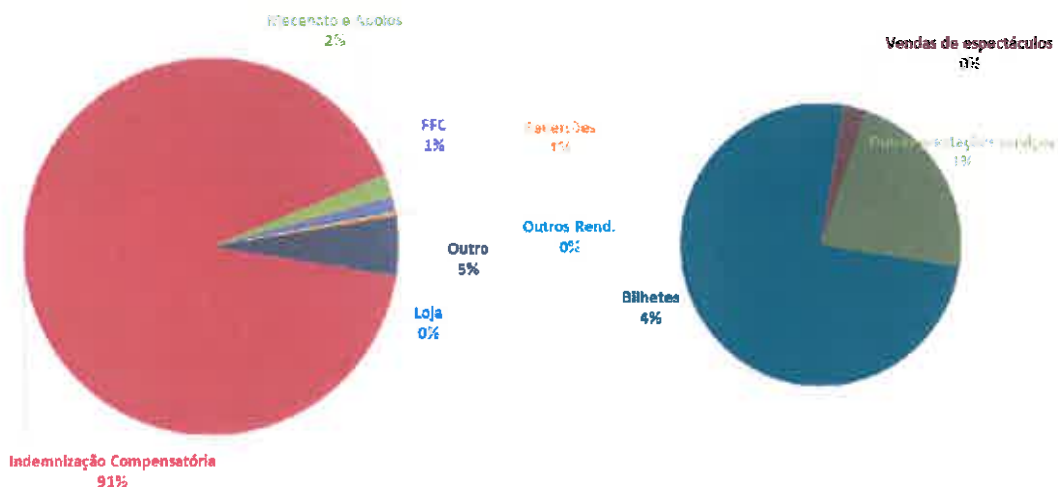
Quanto à estrutura de rendimentos, durante o ano de 2019, salienta-se que a Indemnização Compensatória atingiu um valor de cerca de 17,7 milhões de euros, representando 91% do montante total dos rendimentos, que o apoio do Fundo de Fomento Cultural auferido foi no montante de 0,200 milhões de euros (1%) e que o mecenato e outros apoios recebidos atingiram um valor de 379.731€ (2%). Em 2019 o apoio do Fundo Fomento Cultural foi absorvido pela IC. No entanto face a greve durante



o ano de 2019 houve necessidade do FFC reforçar o orçamento do OPART,EPE em 200.000€ não previstos inicialmente.

Rendimentos	Unid.: euros						Variação 2019/2018		2019	2018	2017	2016
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Absoluta	Relativa	Peso %	Peso %	Peso %	Peso %
Vendas	1.096.921	1.444.773	1.071.240	1.128.004	1.087.940	980.371	-107.570	-4%	5%	6%	6%	6%
Bilhetes	606.734	987.377	830.640	827.784	852.977	735.165	-117.812	3%	4%	4%	4%	4%
Vendas de espetáculos	129.273	66.740	86.400	112.946	34.465	25.000	-9.465	-69%	0%	0%	1%	0%
Outras prestações serviços	356.330	386.666	151.062	184.956	198.194	218.205	20.011	7%	1%	1%	1%	1%
Loja	4.584	3.991	3.139	2.317	2.304	2.001	-303	-1%	0%	0%	0%	0%
Indemnização Compensatória	13.325.059	13.325.059	13.464.431	15.396.717	15.539.673	17.709.603	2.169.930	1%	91%	81%	77%	72%
FFC	2.500.000	3.000.000	3.000.000	2.181.351	2.167.100	200.000	-1.967.100	-1%	1%	11%	11%	16%
Mecenato e Apolos	829.080	565.369	503.052	489.691	226.582	379.731	153.149	-54%	2%	1%	2%	3%
Outros Rendimentos e ganhos	27.687	43.448	16.444	23.646	137.822	48.340	-89.481	483%	0%	1%	0%	0%
Reversões	6.150	227.235	36.119	808.230	36.190	86.500	50.310	-96%	0%	4%	4%	0%
Total	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	209.238	-4%	100%	100%	100%	100%

Quanto ao valor da bilheteira durante o ano de 2019 foi de 735.165€, ou seja, apenas representou 3% do total dos rendimentos obtidos, apresentando um decréscimo, face a 2018, na ordem dos 14%. O motivo principal foi a greve de trabalhadores que obrigou ao cancelamento de uma produção de ópera esgotada e com necessidade de devolução dos bilhetes ao público.





Quando comparamos os rendimentos alcançados durante o ano de 2019 com os obtidos durante o ano transato, verifica-se um aumento no valor de cerca de 209 mil euros (1%). Efetivamente, este aumento resulta do apoio do FFC bem como da DGPC e Millennium BCP ao projeto “Rota das Catedrais”.

Verifica-se que o esforço público aumentou 1% face a 2018, mas face a 2015 aumentou 9,7%.

Bilheteira	Unid: euros						Variação 2019/2018	
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Absoluta	Relativa
	Teatro Nacional São Carlos	304.619	565.168	601.722	583.438	665.667	489.499	-176.168
Ópera	233.204	498.652	524.451	543.398	580.635	417.619	-163.017	-28%
Concertos	71.415	66.516	77.271	40.040	85.032	71.880	-13.151	-15%
Companhia Nacional Bailado	247.235	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	40.274	22%
Bailados	247.235	377.528	199.873	194.635	183.798	224.072	40.274	22%
OPART / Prest. de Serviços	54.881	44.681	29.044	19.225	3.512	21.594	18.082	515%
Total	606.735	987.377	830.640	797.297	852.977	735.165	-117.812	-14%

Quanto à bilheteira verificou-se um decréscimo de 117.812€, a qual representa -14%. O decréscimo verifica-se apenas no Teatro Nacional de São Carlos que viu uma das suas produções do ano mais esgotadas, cancelada por motivos de greve.

Rendimentos	Unid: euros								Variação 2019/2018	
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Absoluta	Relativa
	Estrutura	15.277.477	17.376.956	16.236.730	16.640.441	16.544.798	18.805.110	18.022.908	18.299.876	276.967
Produção	1.853.761	1.486.585	1.493.430	1.915.106	1.468.260	1.090.940	1.050.318	994.563	-55.755	-5%
Prestação de Serviços	81.175	194.322	54.736	50.338	78.228	131.589	122.080	110.106	-11.974	-10%
Total	17.212.413	19.057.864	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	209.238	1%

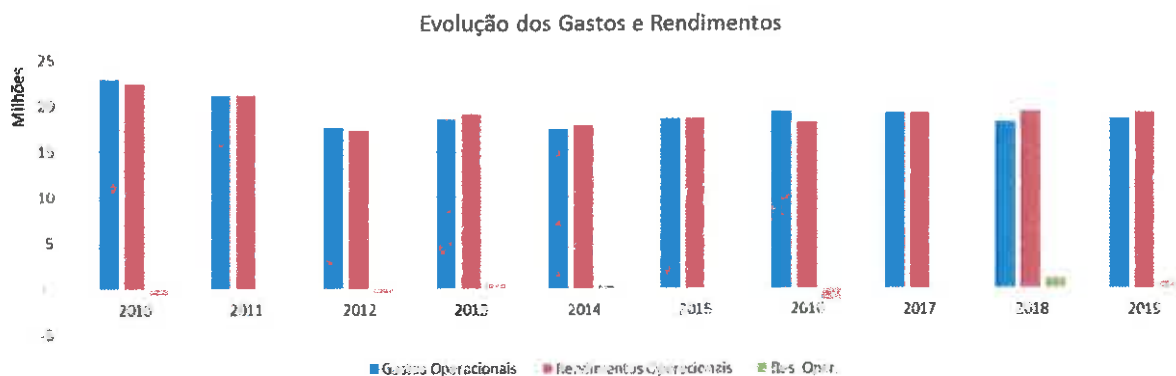
Resultados

Da análise ao quadro seguinte, resulta claramente que desde 2010 se verifica uma redução progressiva dos rendimentos do OPART, acompanhada, necessariamente, por uma redução dos seus gastos. Assim, desde 2010 verifica-se que se operou um

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

decrécimo de cerca de 3,1 milhões de euros nos rendimentos (-14%), enquanto que os gastos sofreram uma redução de 4,5 milhões de euros (-21%),

	Unid: euros										Variação (2019/2010)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Absoluta	Relativa
	Gastos Operacionais	22.953.171	21.086.785	17.580.464	18.475.625	17.483.502	18.550.036	19.319.544	19.179.327	18.215.080	18.451.867	- 4.501.304
Rendimentos Operacionais	22.402.260	21.108.157	17.211.293	19.054.365	17.784.274	18.605.885	18.091.286	19.159.117	19.318.152	19.269.705	- 3.132.555	-14%
Res. Oper.	-550.911	21.372	-369.171	578.741	300.772	55.849	-1.228.258	-20.210	1.103.072	817.838	1.653.983	-300%



	Unid: euros										Variação (2019/2010)	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Absoluta	Relativa
	Gastos Totais	22.953.201	21.087.370	17.584.729	18.490.613	17.510.460	18.575.059	19.338.572	19.738.120	18.408.967	18.639.727	- 4.313.474
Rendimentos Totais	22.402.346	21.125.810	17.212.413	19.057.864	17.784.897	18.605.885	18.091.286	20.027.639	19.195.307	19.404.545	- 2.997.801	-14%
Resultado Líquido	-550.855	38.440	-372.317	567.251	274.437	30.825	-1.247.286	289.519	786.340	764.818	1.315.673	-243%

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

ORGANISMO DE PRODUÇÃO ARTÍSTICA, EPE

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA SIN	em euros										Variação 2019/2018	Variação 2019/2018	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019			
	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real	Real		
+	2.370.557,81	1.968.588,45	1.140.227,19	1.273.246,02	1.096.920,79	1.444.773,27	1.071.240,01	1.128.003,78	1.087.940,44	980.477,36	980.477,36	-9,9%	-38,6%
+	19.758.811,95	15.928.919,72	15.800.874,75	15.167.739,41	16.654.139,48	16.890.428,70	16.987.483,22	18.067.759,98	17.933.354,79	18.280.334,01	18.280.334,01	2,0%	-7,4%
+	18.200.043,40	17.758.289,71	13.325.059,30	13.325.059,30	13.325.059,30	13.325.059,30	13.464.439,98	15.396.872,84	15.538.872,84	17.706.802,98	17.706.802,98	14,0%	-2,7%
+	0,00	0,00	1.851.810,20	1.415.000,00	2.500.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	390.000,00	2.187.180,00	200.000,00	200.000,00	-90,8%	8811/01
+	1.011.500,00	883.850,01	388.360,00	371.840,00	394.780,00	400.000,00	400.000,00	390.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	0,0%	-90,1%
+	546.188,65	286.000,00	25.746,25	55.840,11	484.300,18	165.380,40	103.052,28	88.891,08	128.582,15	279.731,03	279.731,03	121,0%	-48,8%
-	3.282,32	3.055,31	3.752,59	4.127,12	6.591,65	6.309,33	3.728,28	2.855,23	1.534,44	1.127,99	1.127,99	-26,5%	-65,4%
-	5.938.921,43	5.165.702,31	4.184.361,56	3.367.590,90	3.342.112,98	3.857.276,34	4.135.819,18	3.834.956,42	3.304.275,80	3.582.585,39	3.582.585,39	8,4%	-39,7%
-	15.875.300,19	13.313.628,52	11.716.317,73	14.381.890,84	13.537.394,13	14.097.487,22	14.759.071,90	15.341.505,57	14.909.269,96	14.868.153,85	14.868.153,85	-0,3%	-6,3%
-	48.951,47	32.991,77	53.524,23	1.957,31	16.856,79	25.575,66	6.359,01	6.458,73	1.947,91	2.032,52	2.032,52	4,3%	-95,9%
+	0,00	19.923,69	7.274,58	2.985,00	6.140,10	5.411,47	4.782,61	12.183,55	1.190,08	106,63	106,63	-91,0%	#DIV/0!
-	270.365,87	1.880.976,08	975.973,82	106.846,81	42.547,48	15.963,23	137.900,91	284.184,96	0,00	0,00	0,00	#DIV/0!	-100,0%
+	43.916,46	49.657,00	308.656,38	2.526.576,95	10,00	221.823,00	31.336,39	796.046,80	35.000,00	66.383,15	66.383,15	148,8%	96,7%
+	229.173,62	141.067,75	145.159,92	83.818,04	27.063,88	43.448,23	16.443,87	23.645,83	137.821,62	48.233,61	48.233,61	-65,0%	-79,0%
-	482.162,00	391.070,47	388.570,45	414.458,53	332.648,73	377.715,78	112.387,06	112.259,75	52.608,82	34.088,87	34.088,87	-35,2%	-92,9%
-	-217.713,44	320.742,15	-111.207,58	797.506,31	506.022,48	225.547,14	-1.065.960,24	445.408,38	925.670,10	916.551,14	916.551,14	-1,0%	-521,0%
-	333.197,97	259.370,32	257.963,23	218.765,60	205.250,07	169.698,31	162.298,61	155.304,33	139.330,38	129.954,55	129.954,55	-6,7%	-61,0%
-	-550.311,41	21.371,83	-369.170,79	578.740,71	300.172,41	55.848,83	-1.228.258,85	290.104,05	786.339,72	786.596,59	786.596,59	0,0%	-302,8%
+	96,11	17.853,74	1.119,70	3.498,51	622,96	25.023,56	19.027,46	584,84	0,00	21.778,89	21.778,89	#DIV/0!	-100,0%
-	29,45	595,57	4.285,55	14.988,07	26.959,28	30.855,27	-1.247.286,31	289.519,21	786.339,72	764.817,70	764.817,70	-2,7%	-338,8%
-	-550.854,75	38.440,00	-372.316,64	567.251,15	274.437,09	30.855,27	-1.247.286,31	289.519,21	786.339,72	764.817,70	764.817,70	-2,7%	-338,8%
-	9.589,27	8.659,04	20.637,59	52.120,36	34.725,57	12.892,84	20.618,09	14.652,84	82.537,45	67.088,72	67.088,72	7,2%	988,4%
-	-560.454,02	29.781,96	-382.954,23	518.130,79	239.711,52	17.932,43	-1.287.904,40	274.066,37	723.802,27	697.778,98	697.778,98	-3,6%	-214,5%
CMVMC + FSE + DP	21.817.483,94	18.482.386,14	15.904.431,88	17.753.598,66	16.886.098,76	17.951.062,89	18.898.619,36	19.179.327,22	18.215.080,30	18.451.867,23	18.451.867,23	-4,0%	-16,9%



Do ponto de vista económico, o OPART apresentou um Resultado Líquido do exercício de 697.778,98€, e um EBITDA de 916.551,14€.

A preocupação constante do OPART em otimizar a sua estrutura de funcionamento geral, racionalizando os gastos com a sua estrutura fixa, não permitiu, contudo, a desejada canalização de recursos para a atividade artística, conforme comprova a repartição dos custos pelos grandes agrupamentos, com a Programação a apresentar um peso de aproximadamente 13,4%.

O carácter fixo dos custos de pessoal de estrutura não permite canalizar recursos desta rubrica para financiar a atividade. Dadas as dificuldades de autofinanciamento, via receitas próprias, a atividade só é financiada através de subsídios provenientes das tutelas.

É notória a redução de receitas de bilheteira, que passa de 1.054.306€, em 2011, para 638.544€ em 2012, 676.188€ em 2013, 606.734€ em 2014 e, com uma recuperação em 2015 de 987.377€. Em 2018 volta novamente a cair para os 852,977€ e em 2019 novamente com um decréscimo de 13,8% para 735.165€. Fruto disso foi a devolução de bilheteira provocada pela greve de trabalhadores que obrigou ao cancelamento de vários espetáculos.

A missão de serviço público do OPART tem inerente a atribuição de uma Indemnização Compensatória por parte do Estado, sendo pertinente avaliar a eficácia social da organização através da mensuração do esforço financeiro do Estado por cada beneficiário das atividades desenvolvidas no âmbito da sua missão.

EFICIÊNCIA SOCIAL	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Var. 2019/2010	Var. 2019/2018
Indemnização Compensatória (s/IVA) (a)	18.287.614,56 €	17.756.269,71 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.325.059,29 €	13.464.430,96 €	15.396.716,92 €	15.539.672,57 €	17.709.602,98 €	-3,16%	13,96%
Nº de Beneficiários da atividade do OPART (b)	123.628	93.917	109.873	104.601	170.800	140.020	127.602	137.967	104.681	112.522	-8,98%	7,49%
Eficiência Social = (a) / (b)	147,92 €	189,06 €	121,28 €	127,39 €	78,02 €	95,17 €	105,52 €	111,60 €	148,45 €	157,39 €	6,40%	6,02%



O peso das receitas próprias do OPART mantem o mesmo nível na ordem dos 8%, considerando o Esforço Financeiro Público efetuado (em termos de IC e FFC). O CA do OPART tem envidado todos os esforços para potenciar os proveitos do seu “core business” e encontrar novas fontes de rendimento.

O OPART terminou o ano de 2019 com uma taxa de cobertura (receitas de bilheteira vs. custos diretos de programação) de 31%.

Execução Orçamental: Despesas vs. Receitas

	Dotação Comgista 2018	Execução 2018	Orçamento inicial (aprovado) 2019	Dotação Comgista 2019	Execução 2019	
					valor	%
SALDO	503.602 €	960.357 €	1.061.922 €	- 1 €	220.610 €	
Despesa	21.374.924 €	20.543.700 €	21.322.755 €	23.671.016 €	21.330.472 €	90,1%
01 Despesas com Pessoal	15.314.170 €	14.735.449 €	15.102.866 €	15.982.081 €	879.215 €	15.960.529 € 99,9%
02 Aquisição de bens e serviços	3.955.972 €	3.720.853 €	5.040.145 €	5.169.108 €	128.963 €	3.960.963 € 76,6%
03 - Juros	939 €	538 €	- €	- €	- €	
06 Impostos (IVA) e outros	1.900.744 €	1.900.205 €	890.000 €	2.226.596 €	1.336.596 €	1.251.404 € 56,2%
06 Reserva Outras receitas			50.744 €			
07 Investimento	203.099 €	186.655 €	239.000 €	293.231 €	54.231 €	157.576 € 53,7%
Amortizações líquidas					- €	
Receita	21.878.526 €	21.524.057 €	22.404.677 €	23.671.016 €	1.266.339 €	21.551.082 € 91,0%
IC	17.559.830 €	17.559.830 €	20.011.851 €	20.011.851 €	- €	18.772.179 € 93,8%
SEC/Fundo Fomento	2.167.100 €	2.167.100 €		200.000 €	200.000 €	200.000 € 100,0%
Bilheteira TNSC/CNB	1.045.394 €	1.073.529 €	1.424.386 €	1.424.386 €	- €	779.275 € 54,7%
Iniciativas (inclui FAL)	130.000 €	86.100 €	100.000 €	100.000 €	- €	86.100 € 86,1%
Mecenato CNB	300.000 €	100.000 €	100.000 €	100.000 €	- €	100.000 € 100,0%
Outros mecenatos	75.000 €	- €	150.000 €	150.000 €	- €	109.446 € 73,0%
Projetos Comerciais TNSC/CNB	100.000 €	36.296 €	300.000 €	300.000 €	- €	208.498 € 69,5%
Outras Receitas (apoios 2020 para intervenções edificio)					- €	
Outras Receitas	230.540 €	230.540 €	318.440 €	318.440 €	- €	229.245 €
Saldo transitado	270.662 €	270.662 €		1.066.339 €	1.066.339 €	1.066.339 € 100,0%



Avaliação e acompanhamento da prestação do serviço público

Relativamente ao modo de desempenho do serviço público, tendo em consideração os objetivos e resultados a alcançar fixados, este pode ser aferido no ponto relativo às Linhas Estratégicas e Objetivos, página 19 e seguintes.

Relativamente à identificação dos custos incorridos com a prestação do serviço público, assim como do valor de cada uma das variáveis que contribuem para o apuramento da indemnização compensatória, há que considerar os seguintes pressupostos:

O valor da indemnização compensatória (IC) incorpora:

- a) Os custos incorridos com a prestação de serviço público, incluindo os custos de estrutura inerentes, os custos variáveis relativos à concretização das atividades de interesse geral e os investimentos necessários à prossecução do serviço público e à manutenção e conservação das infraestruturas a seu cargo;
- b) Os proveitos resultantes do cumprimento das obrigações de serviço público;
- c) Os proveitos resultantes de outras atividades desenvolvidas fora do âmbito do interesse geral, deduzidos dos custos diretos incorridos com as mesmas.

O custo incorrido com a prestação do serviço público (CSP):

$$\text{CSP} = \text{GE} + \text{GP} + \text{RAF}$$

Sendo:



GE Gastos de Estrutura

Corresponde aos gastos gerais de funcionamento incluindo os relativos ao quadro de pessoal aprovado no orçamento de estado, nos seguintes termos:

i) Gastos com Pessoal de estrutura:

- Gastos com pessoal previsto no quadro de pessoal aprovado.

- Devem ser excluídas:

=> As contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado;

=> Os encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário).

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.

ii) Gastos Gerais de Estrutura:

- Gastos destinados a assegurar o normal funcionamento da entidade (gastos gerais com os edifícios e demais instalações e gastos gerais com o funcionamento dos serviços).

GP Gastos de Produção:

Gastos diretos com as produções artísticas e demais atividades integradas na missão, destinadas ao cumprimento do serviço público contratualizado e ao alcance das metas definidas no presente contrato-programa.

Incluem-se nestes gastos os gastos com pessoal relativos a:

=> Contratações pontuais fora do quadro de pessoal aprovado

=> Encargos extra com a programação e demais atividade (p.e. trabalho extraordinário)

- Serão contabilizadas numa conta analítica específica as contratações pontuais e os encargos extra com a programação e demais atividade.



RAF Reposição de Ativos Fixos (líquidos)

Montante de aquisições de ativos fixos tangíveis ou intangíveis líquidos das vendas e dos financiamentos específicos obtidos para a sua aquisição (a fundo perdido ou reembolsáveis).

- No caso de aquisições financiadas através de recurso ao endividamento, aprovado pelas tutelas, ou qualquer outro tipo de fundos reembolsáveis o reconhecimento ocorre nas datas do reembolso dos respetivos financiamentos e não na data de aquisição.

São considerados apenas os Ativos Fixos que:

=> Se destinem a assegurar o estado de conservação das infraestruturas;

=> Se relacionem diretamente e sejam necessários à prestação do serviço público;

=> Se destinem a melhorar ou ampliar as infraestruturas e constem do plano de investimentos aprovado; e

=> Se destinem a fazer face a situações imponderáveis e inadiáveis.

- Estes investimentos devem ser registados em contas analíticas ou patrimoniais específicas.

Fórmula de cálculo da Indemnização Compensatória (IC):

$$IC = CSP - VNsp - OSE - MgOA$$

Sendo:



CSP **Custo incorrido com a prestação do serviço público referido no ponto anterior**

$$CSP = GE + GP + RAF$$

VNsp **Volume de Negócios do serviço público de interesse geral**

Vendas e prestações de serviços e outros ganhos diretamente resultantes das atividades de serviço público (p.e. venda de bilhetes, mecenato, patrocínios, publicidade, apoios à atividade), exceto os subsídios atribuídos por entidades públicas.

- Estes ganhos devem ser registados em contas analíticas ou contas de ganhos específicas.

OSE **Outros subsídios do Estado**

Subsídios atribuídos por entidades públicas para além da indemnização compensatória.

MgOA **Margem liberta por outras atividades:**

Vendas e prestações de serviço e outros ganhos de atividades não englobadas no serviço público (p.e. aluguer de espaços para atividades com fins comerciais ou fora da missão), deduzido dos gastos diretos com estas prestações.

Se os gastos diretos superarem os ganhos o valor a considerar é zero.

- Estes ganhos e os gastos devem ser registados em contas analíticas específicas.

Exclusões Não são considerados, nas variáveis indicadas, gastos de depreciações e de amortizações. Os gastos financeiros apenas são considerados se a aprovação das operações que lhe deram origem, pelas tutelas, o mencionarem expressamente.



Os cálculos efetuados âmbito dos instrumentos previsionais de gestão foram:

GE	16 835 186 €
GP	2.176 206 €
RAF	75 000 €
CSP	19 086 392 €
VNsp	- 1 213 543 €
OSE	0 €
MgOA	- 163 246 €
IC (2019)	17 709 603 €

Os incorridos na execução de 2019:

		2019
Gastos de Estrutura	GE	15.954.362
Gastos com pessoal		14.615 211
Gastos gerais de estrutura		1.339.151
Gastos de Produção	GP	2.497.610
Investimento	RAF	136.150
Custos do Serv. Público	CSP	18.588.122
Vendas	VNsp	1.313.483
Outros Subsídios de Estado	OSE	246.619
Outras receitas	MgOA	48.340
Indemnização Compensatória	IC	16.979.680



Tesouraria

O recebimento da Indemnização Compensatória (IC) apresentou um aumento de 14%, face a 2018 (2.169.930€), pois passou a incluir a verba que vinha para programação pelo Fundo de Fomento Cultural (em 2018 de €2.167.100). Em termos de modalidade de pagamento: pagamento foi numa base mensal até junho e trimestral desde meio do ano, a partir da transferência de verbas pela entidade coordenadora do Programa 09, a Secretaria Geral da Presidência de Conselho de Ministros. Até 2018 o valor da IC praticamente só cobria as Despesas com Pessoal e o IVA a entregar ao Estado e outras obrigações fiscais. A partir de 2019 com a incorporação do valor do FFC na IC passou a ter também uma componente de programação.

Com a greve que ocorreu durante o ano de 2019 que obrigou o cancelamento de espetáculos e perda de receita houve necessidade de um reforço adicional de 200.000€ do FFC para compensar essa perda de receita própria.

Um dos objetivos essenciais do CA e da Direção Artística deve ser a promoção de um equilíbrio saudável dos fluxos monetários, procurando uma maior adequação entre o momento da despesa e a sua receita, não obstante as contingências muito específicas da atividade artística, a par do cumprimento dos prazos estipulados no programa “Pagar a Tempo e Horas” para com terceiros, permitindo alcançar a imagem de credibilidade que o OPART deve almejar. A atividade artística tem a particularidade de grande parte dos custos incorrerem antes da estreia dos espetáculos, pelo que, é essencial a libertação das *tranches* das indemnizações compensatórias e subsídio do FFC atempadamente.

O OPART encerrou o ano com um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 20 dias, abaixo da meta dos 30 dias do programa “Pagar a Tempo e Horas”. Efetivamente o recebimento regular de uma IC e de verbas do FFC quando existem é indispensável para atingir estes valores de prazo médio de pagamento, o mais baixo dos últimos anos.



Gestão do Risco Financeiro

Dando cumprimento ao Despacho nº 101/2009-SETF de 30 de janeiro e Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril, o OPART, EPE, vem prestar a seguinte informação:

1. O OPART efetuou, em 2013, um empréstimo de 900.000€ junto da DGTF. É endividamento de médio prazo, o qual seria reembolsado por conta do acréscimo, naquele montante, da Indemnização Compensatória (IC) a receber do Estado Português em 2016. Como tal não aconteceu, e porque o OPART se encontrava em falência técnica, como resultado do acumular de prejuízos em vários exercícios e que conduziram à deterioração dos capitais próprios, situação reportada em sucessivos pareceres e relatórios, nomeadamente na Certificação de Contas do exercício de 2015, pelo nosso Fiscal Único, foi proposto, em agosto de 2016, um aumento de Capital faseado em 3 anos de 1.000.000€ por ano, num total de 3.000.000€, de acordo com o art. 35.º do Código das Sociedades Comerciais. Foi igualmente proposto, que o primeiro reforço de 1.000.000€ fosse concretizado em 2016, considerando como reforço o empréstimo de 900.000€ mais juros. Em junho de 2017 foi aceite considerar-se o empréstimo mais encargos como aumento de capital. O recurso a este tipo de crédito apenas acontece em situações limite, como o acréscimo de despesas, nomeadamente pessoal, por causas não imputáveis à entidade e devido à redução das subvenções do Estado Português, nomeadamente da IC;
2. Uma vez que o empréstimo acordado é remunerado a uma taxa de juro fixada pela DGTF, tornou-se desnecessário o recurso a qualquer instrumento de gestão de cobertura de risco de taxa de juro; Entretanto em 2018 foi autorizada a incorporação deste valor de empréstimo em Capital Próprio mas o mesmo não se pode registar junto da conservatória por as contas dos exercícios de 2017 e 2018 se encontrarem por aprovar pelas tutelas;



3. O OPART efetua aplicações financeiras esporádicas e de curto prazo em CEDIC's, sem qualquer volatilidade de taxa de juro e de risco de incumprimento por parte do emitente, uma vez que é o IGCP. No ano 2019 não foram feitas aplicações devido ao facto de não termos dinheiro disponível para tal;
4. Em 2018, foram gerados resultados líquidos de 723.802,277€. Em 2019 apresentamos resultados líquidos de 697.778,98€;
5. Em termos de operações em moeda estrangeira, estas são praticamente inexistentes, não existindo qualquer risco cambial;
6. O OPART pratica o provisionamento de 100% dos valores reclamados em processos judiciais em curso e em coimas, totalizando. Em 2019 esse valor é zero;
7. Regemo-nos pelo princípio da transparência financeira: a nossa contabilidade é organizada nos termos legais, e de forma que permita identificar claramente todos os fluxos financeiros, operacionais e económicos existentes;
8. Não há realização de quaisquer despesas não documentadas;
9. Não existem quaisquer dívidas em situação de mora quer à Fazenda Pública, quer à Segurança Social ou a quaisquer outros Entes Públicos.

A Indemnização Compensatória que o OPART recebe do Estado Português, tendo em conta o serviço público que presta, assume uma enorme importância ao nível das receitas. A atividade do OPART é altamente sensível à variável IC. Qualquer alteração no valor desta variável terá um impacto muito significativo na sustentabilidade de toda atividade das entidades geridas pelo mesmo.

MAPAS ECONÓMICO-FINANCEIROS

Em 2019 vigorou o Código de Ética no OPART e o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão que já existia.

Proposta de Aplicação de Resultados

Face ao resultado líquido do exercício no montante de 697.778,98€, o Conselho de Administração propõe que seja distribuído da seguinte forma:

Para Resultados Transitados 697.778,98€;

Lisboa, 23 de julho de 2020

O Conselho de Administração do OPART, EPE



Maria da Conceição Amaral - Presidente do Conselho de Administração



Alexandre Miguel Santos - Vogal Financeiro do Conselho de Administração



Ana Victorino D' Almeida - Vogal do Conselho de Administração

Contas do Exercício de 2019

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: EUR

BALANÇO em 12 de 2019

Rubricas	Notas	2019	2018
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		497.733,09	458.367,37
Ativos Intangíveis		37.833,48	69.645,94
	Subtotal	535.566,57	528.013,31
Ativo corrente			
Inventários		71.056,59	69.475,24
Clientes, contribuintes e utentes		39.664,00	41.445,54
Estado e outros entes públicos		123.995,19	21.506,00
Outras contas a receber		52.405,72	35.564,34
Diferimentos		65.371,66	29.973,11
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos		220.610,58	750.034,34
	Subtotal	623.095,77	945.001,57
Total do Ativo		1.158.662,33	1.473.014,88
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital		4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas		1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados		-6.753.933,15	-9.334.163,42
Outras variações no Património Líquido		892,11	1.963,69
Resultado líquido do período		697.773,98	723.902,27
Total do Património Líquido		-2.541.461,13	-3.064.696,52
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	251.664,95
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		935.850,50	935.850,50
	Subtotal	935.850,50	255.684,95
Passivo corrente			
Fornecedores		54.392,36	63.012,64
Estado e outros entes públicos		67.039,72	379.566,62
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		2.250.159,53	2.126.402,51
Diferimentos		359.664,33	293.845,19
	Subtotal	2.764.213,98	4.269.016,45
Total do Passivo		3.700.064,48	4.550.701,41
Total do Património Líquido e Passivo		1.158.662,33	1.455.008,35

O Diretor de Gestão

O Contabilista Público

Contabilidade - (c) Primavera BSS

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO

OPART - Organismo de Produção Artística, EPE

Demonstração individual das alterações no património líquido em 31 de dezembro de 2019

DESCRIÇÃO	NOTAS	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade-mãe					Interesses que não controlam	Total do Património Líquido		
		Capital/Património Realizado	Outras reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização			Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período
POSICÃO NO INÍCIO DE JANEIRO DE 2019	6	4.000.000,00	1.543.800,93	-9.334.153,42	0,00	0,00	1.853,69	723.802,27	0,00	-3.064.696,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00
Primeira adoção de novo referencial contabilístico										
Alterações de políticas contabilísticas										
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										
Aplicação do resultado final em 31 de Dezembro de 2018				723.802,27						-723.802,27
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis										
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										
Ajustamentos por impostos diferidos				-173.592,00						-951,59
Outras alterações reconhecidas no património líquido	7			-8.783.933,15						892,11
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8									697.778,98
RESULTADO INTEGRAL	9-7+8	0,00	0,00	-8.783.933,15	0,00	0,00	892,11	697.778,98	0,00	698.671,09
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital/património										
Realizações de prémios de emissão										
Distribuições										
Entradas para cobertura de perdas										
Outras operações	10									
POSICÃO NO FIM DE DEZEMBRO DE 2019	6+7+8+10	4.000.000,00	1.543.800,93	-8.783.933,15	0,00	0,00	892,11	697.778,98	0,00	-2.541.461,13

Francisco José Salazar Franco

Conceição Amaral

Alexandre Santos

Anne Victorino

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Vogal do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

Presidente do Conselho de Administração
OPART, E.P.E.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Moeda: EUR
Contribuinte: STARBUCKS

Demonstração dos resultados por naturezas em 12 de 2019

Conta	Rendimentos e Gastos	Notas	2019	2018
Pos	Neg			
70		Impostos, contribuições e taxas	0,00	0,00
71		Vendas	2.200,85	2.204,36
72		Prestações de serviços e concessões	978.269,78	1.005.636,16
75		Transferências e subsídios com/para terceiros	19.216.334,01	17.833.354,79
73		Variação de inventários da produção	0,00	0,00
74		Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1.127,89	-1.524,44
	62	Fornecimentos e serviços externos	-3.582.525,39	-3.304.275,60
	63	Gastos com pessoal	-14.956.153,85	-14.909.250,96
	50(-603)	Transferências e subsídios concedidos	0,00	0,00
	603	Prestações sociais	0,00	0,00
7620	622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)	126,63	1.190,00
7621	621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	0,00	-1.847,51
	627	Imparidades em investimentos (perdas/reversões)	-2.082,62	0,00
763	67	Provisões (aumentos/reduções)	26.393,18	26.000,00
7623,7627	653,657	Imparidade de investimentos não depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
77	66	Aumentos / reduções de justo valor	0,00	0,00
78		Outros rendimentos e ganhos	48.340,24	137.821,62
	68	Outros gastos e perdas	-34.063,67	-61.666,29
		Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	919.551,14	825.512,39
764	64	Gastos / reversões de depreciação e amortização	-129.264,55	-139.300,26
7624/6	654/6	Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	0,00
		Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	790.286,59	787.212,13
79		Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00
	69	Juros e gastos similares suportados	-21.779,88	-142,30
		Resultado antes de impostos	764.917,71	786.369,83
	312	Imposto sobre o rendimento	-67.080,72	-62.537,48
		Resultado líquido do período	697.836,99	723.832,35
		Resultado líquido do período atribuível: (*)		
		Detentores do capital da casa mãe		
		Interesses que não controlam		

Contabilidade - (c) Primavera 533

(*) Atribuível apenas no caso de vendas consolidadas

O Orgão de Gestão

O Contabilista Público

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

Contribuinte: 508180457

Moeda: Eur

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 de 2019

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1.168.638,89	1.336.058,19
Recebimentos de contribuintes		0,00	0,00
Recebimentos de utentes		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-3.978.423,69	-3.900.679,55
Pagamentos ao pessoal		-15.391.860,88	-8.332.850,02
Caixa gerada pelas operações		-18.201.645,68	-10.897.471,38
Outros recebimentos/pagamentos		-1.490.885,71	-8.523.441,39
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-19.692.531,39	-19.420.912,77
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		-128.933,94	-32.633,83
<i>Ativos intangíveis</i>		-22.725,82	-43.986,21
<i>Propriedades de investimento</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>		0,00	5.500,00
<i>Ativos intangíveis</i>		0,00	0,00
<i>Propriedades de investimento</i>		0,00	0,00
<i>Investimentos financeiros</i>		0,00	0,00
<i>Outros Ativos</i>		0,00	0,00
<i>Subsídios ao investimento</i>		0,00	0,00
<i>Transferências de capital</i>		0,00	0,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-151.659,76	-71.120,04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital</i>		0,00	0,00
<i>Cobertura de prejuízos</i>		0,00	0,00
<i>Doações</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		19.314.767,39	19.971.405,58
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		0,00	0,00
<i>Juros e gastos similares</i>		0,00	0,00
<i>Dividendos</i>		0,00	0,00
<i>Reduções de capital e outros instrumentos de capital</i>		0,00	0,00
<i>Outras operações de financiamento</i>		0,00	0,00
Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)		19.314.767,39	19.971.405,58
Variação de caixa e seus equivalentes (a + b + c)		-529.423,76	479.372,77
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		750.034,34	270.661,57
Caixa e seus equivalentes no fim do período		220.610,58	750.034,34

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

OPART - Organismo de Produção Artística EPE

(cont)

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 12 de 2019

RUBRICAS	NOTAS	2019	2018
Conciliação entre caixa e seus equivalentes e saldo de gerência			
Caixa e seus equivalentes no início do período		750.034,34	270.661,57
- Equivalentes a caixa no início do período			
- Variações cambiais de caixa no início do período			
Saldo da gerência anterior		750.034,34	270.661,57
De execução orçamental			
De operações de tesouraria			
Caixa e seus equivalentes no fim do período		220.610,58	750.034,34
- Equivalentes a caixa no fim do período			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
Saldo para a gerência seguinte		220.610,58	750.034,34
De execução orçamental			1.066.338,90
De operações de tesouraria			-316.304,56

Contabilidade - (c) Primavera BSS

O Orgão de Gestão

O Contabilista Público

[Handwritten signatures in blue ink]



OPART – Organismo de Produção Artística, EPE
Notas Anexas às Demonstrações Financeiras
Para o período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores em euros)

0. Adoção pela primeira vez do SNC-AP

A adoção deste novo referencial pela primeira vez foi tranquila pois o OPART – Organismo de Produção Artística, EPE como entidade pública empresarial e reclassificada já aplicava o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) desde o ano de 2010. O OPART sempre teve balanço, como tal não houve necessidade de em 2018 criar o primeiro balanço.

1. Identificação da entidade:

O OPART – Organismo de Produção Artística, E.P.E. é uma entidade pública empresarial, que prossegue fins de interesse público e tem por objetivo a prestação de serviço público na área da cultura músico - teatral, compreendendo designadamente a música, a ópera e o bailado. Neste contexto, gere duas entidades artísticas distintas - o Teatro Nacional de São Carlos (TNSC) e a Companhia Nacional de Bailado (CNB). A morada da sua sede é na Rua Serpa Pinto nº 9, Lisboa.

1.2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização contabilística da Administração Pública (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro. De referir que as notas não indicadas neste Anexo não são aplicáveis, ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras em análise.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acrécimo), no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, património, rendimentos e gastos quando satisfaçam as



definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade. Fazem ainda parte das demonstrações financeiras todas os mapas de relato orçamental como o mapa de execução da receita e da despesa, o mapa de desempenho orçamental.

1.3 Caixa e depósitos bancários:

A 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a caixa e seus equivalentes constantes na demonstração dos fluxos de caixa e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes na demonstração da posição financeira naquelas datas foram como segue:

	2019-12-31	2018-12-31
Caixa	5.120,78 €	10.105,09 €
Caixa em trânsito	46.709,60 €	81.732,96 €
Depósitos bancários		
IGCP	160.709,05 €	654.539,98 €
Outros	8.089,54 €	3.656,31 €
Cartão IGCP	- 18,39 €	
Total	220.610,58 €	750.034,34 €

A caixa em trânsito diz respeito a vendas de bilheteira, dos nossos postos de venda e dos postos de venda da BOL (Bilheteira On-line), e da loja do Foyer do Teatro Camões que apenas darão entrada em bancos no exercício seguinte. Os saldos constantes em outras instituições bancárias são resultado dos TPA multibanco não disponíveis pelo IGCP.

2. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros. Foram ainda preparadas no pressuposto da continuidade das operações.



2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações, sendo estas calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o classificador complementar 2 (CC2) anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil aos ativos fixos tangíveis são debitados aos resultados dos exercícios em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção ou implementação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar.

As menos valias resultantes do abate dos ativos fixos tangíveis são registadas em "Outros gastos e perdas".

2.2 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações sendo estas calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas previstas no Classificador complementar 2 anexo ao Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro.

Na propriedade intelectual, a taxa de amortização é determinada em função do período de tempo contratado, ou do período de tempo em que se estimar a sua utilização, caso este seja inferior ao período contratado.

2.3 Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição deduzido das respetivas perdas de imparidade acumuladas.



2.4 Valores a receber correntes

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são contabilizados pelo valor nominal deduzido de perdas por imparidade, necessárias para os apresentar ao seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas quando existe uma evidência objetiva de que não serão recebidos os montantes em dívida conforme as contas originais das contas a receber. É utilizado para o cálculo da imparidade o previsto no art.º 28º-A do Código do IRC relativo às perdas por imparidade de créditos.

2.5 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.6 Reconhecimento de Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber"

2.7 Subsídios ao Investimento

Os subsídios atribuídos ao investimento são contabilizados como componente do Capital Próprio na rubrica "Subsídios" sendo transferidos para resultado do exercício numa base sistemática pelo correspondente valor anual das amortizações dos investimentos a que respeitam.

2.8 Diferimentos – produções artísticas

Os bens e serviços adquiridos especificamente para as produções artísticas são contabilizados na rubrica de "Gastos a reconhecer". O seu reconhecimento em gasto é efetuado em função do período em que se realizam os espetáculos.

2.9 Impostos sobre o Rendimento do Exercício

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento são determinados com base nos resultados tributáveis, ajustados em conformidade com a legislação fiscal aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco anos no caso da Segurança Social.

3 – Ativos intangíveis

As aquisições do exercício dizem respeito a licenças antivírus e outros softwares informáticos

Rubricas	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros Activos Intangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	471.793,65	866.335,38	22.560,00	1.360.689,03
Depreciações acumuladas iniciais	(412.147,71)	(866.335,38)	(22.560,00)	(1.301.043,09)
Quantia escriturada líquida inicial	59.645,94	0,00	0,00	59.645,94
Adições				
Aquisições	18.805,26	0,00	0,00	18.805,26
Total das adições	18.805,26	0,00	0,00	18.805,26
Diminuições				
Amortizações do exercício	(40.617,72)	0,00	0,00	(40.617,72)
Acerdos	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das diminuições	(40.617,72)	0,00	0,00	(40.617,72)
Quantia escriturada líquida final	37.833,48	0,00	0,00	37.833,48

5 – Ativos fixos tangíveis

Rubricas	Edifícios e outras construções	Equip. Básico	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Total
Quantia escriturada bruta inicial	968.493,72	2.473.377,77	947.255,96	141.341,85	4.530.469,30
Depreciações acumuladas iniciais	(625.010,83)	(2.368.351,73)	(925.094,28)	(133.653,09)	(4.052.109,93)
Quantia escriturada líquida inicial	343.482,89	105.026,04	22.161,68	7.688,76	478.359,37
Adições					
Aquisições	0,00	104.927,54	5.835,52	0,00	110.763,06
Anulações	0,00	0,00	(805,36)	0,00	(805,36)
Total das adições	0,00	104.927,54	5.030,16	0,00	109.957,70
Diminuições					
Depreciações do exercício	(44.812,79)	(31.973,58)	(9.352,41)	(3.198,05)	(89.336,83)
Depreciações do exercício (Alienações/Abates)	0,00	0,00	805,36	0,00	805,36
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imparidades	(2.032,52)	0,00	0,00	0,00	(2.032,52)
Total das diminuições	(46.845,31)	(31.973,58)	(8.547,05)	(3.198,05)	(90.563,99)
Quantia escriturada líquida final	296.637,58	177.980,00	18.644,79	4.490,71	497.753,08

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

As principais aquisições do exercício foram essencialmente equipamento informático, equipamento de som e vídeo, mobiliário e material de palco.

10. Inventários

Movimentos	Mercadorias	
	2019	2018
Existências iniciais	103.275,98 €	93.552,42 €
Compras	3.325,56 €	13.651,29 €
Regularização de existências	- 692,85 €	- 2.393,29 €
Existências finais	104.780,70 €	103.275,98 €
Custos no exercício	1.127,99 €	1.534,44 €

Movimentos	Mercadorias	
	2019-12-31	2018-12-31
Existências finais	104.780,70 €	103.275,98 €
Imparidades	33.694,11 €	33.800,74 €
Valor das existências	71.086,59 €	69.475,24 €

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Inventários	33.800,74 €	- €	106,63 €	33.694,11 €
Valor das imparidades	36.205,85 €	- €	106,63 €	33.694,11 €

O valor registado em regularização de existências trata-se de ofertas de merchandising, bem como quebras ou sobras após contagens físicas de inventários.

De acordo com a NCP 10 – Inventários (parágrafo 35 a 39), houve necessidade de avaliar a imparidade de inventários mensurando esses artigos ao valor realizável líquido. Esta imparidade tem o valor de 33.694,11 € e será avaliada em períodos futuros.

Houve um grande aumento nas imparidades pelo facto de em novembro de 2012 a administração ter decidido baixar os preços de venda de diversos artigos à venda nas lojas, em 50%, com o objetivo de escoar stock. Essa decisão acabou por provocar um aumento da imparidade de inventários.



13. Rendimentos de transações com contraprestação

	2019			2018		
	Internas	Externas	Total	Internas	Externas	Total
71 VENDAS	2.000,95 €	- €	2.000,95 €	2.304,36 €	- €	2.304,36 €
Mercadorias	2.000,95 €	- €	2.000,95 €	2.304,36 €	- €	2.304,36 €
TNSC	1.752,20 €	- €	1.752,20 €	1.953,09 €	- €	1.953,09 €
CNB	245,50 €	- €	245,50 €	285,84 €	- €	285,84 €
EVC	3,25 €	- €	3,25 €	65,43 €	- €	65,43 €
72 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	978.369,78 €	- €	978.369,78 €	1.085.636,08 €	- €	1.085.636,08 €
Bilheteira	735.165,00 €	- €	735.165,00 €	862.411,79 €	- €	862.411,79 €
Óperas	417.618,52 €	- €	417.618,52 €	580.635,28 €	- €	580.635,28 €
Concertos	72.339,25 €	- €	72.339,25 €	55.726,46 €	- €	55.726,46 €
Bailados	222.910,79 €	- €	222.910,79 €	184.200,55 €	- €	184.200,55 €
Outros Eventos	22.296,44 €	- €	22.296,44 €	41.849,50 €	- €	41.849,50 €
Venda de Espectáculos em Digressão	25.000,00 €	- €	25.000,00 €	34.465,13 €	- €	34.465,13 €
Serviços Secundários	218.204,78 €	- €	218.204,78 €	188.759,16 €	- €	188.759,16 €
	980.370,73 €	- €	980.370,73 €	1.087.940,44 €	- €	1.087.940,44 €

Os serviços secundários incluem programas, alugueres de salas de espetáculos e de ensaios, publicidade, aluguer permanente do espaço do Restaurante do Teatro Nacional de São Carlos e do espaço para antenas do Teatro Camões. O volume de negócios em 2019 é inferior ao de 2018 devido a greve de trabalhadores no mês de junho de 2019 que obrigou ao cancelamento de vários espetáculos e respetiva devolução de receita ao público.

	2019	2018
75 Subsídios à Exploração	18.289.334,01 €	17.933.354,79 €
Indemnização compensatória	17.709.602,98 €	15.539.672,64 €
Mecenas e outros apoios	209.445,59 €	128.000,00 €
Fundo de Fomento Cultural	200.000,00 €	2.167.100,00 €
Outros apoios do Estado	46.618,97 €	- €
Outros subsídios de terceiros	123.666,47 €	98.582,15 €

Em 2019 houve um ligeiro aumento nos subsídios à exploração (cerca de 2%), fruto do projeto Rota das Catedrais com apoios da Direção Geral do Património Cultural e do Millennium Bcp, e com um apoio extra do fundo de Fomento Cultural no valor de € 200.000, não previsto inicialmente no orçamento, para compensar a quebra de receita própria, nomeadamente de bilheteira, pelos motivos da greve já mencionado acima.

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

15 – Provisões, passivos e passivos contingentes

2019					
Provisões	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Pagamentos	Saldo Final
Impostos	- €				- €
Processos judiciais em curso	234.184,96 €		68.893,15 €	165.291,81 €	- €
Outras provisões	17.500,00 €		17.500,00 €		- €
Total	251.684,96 €	- €	86.393,15 €	165.291,81 €	- €

Durante o ano 2019 foi usada uma provisão para pagamento de uma condenação judicial no montante de € 165.291,81 a antigos administradores. O restante valor não usado foi revertido.

18 – Instrumentos Financeiros

Existem outros ativos e passivos financeiros, os quais passamos a decompor:

	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Ativos Financeiros			
Clientes	128.539,70	-38.955,67	89.584,03
Depósitos bancários	168.780,20	0,00	168.780,20
Total	297.319,90	-38.955,67	258.364,23
Passivos Financeiros			
Fornecedores	54.392,38	0,00	54.392,38
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	935.890,50	0,00	935.890,50
Total	990.282,88	0,00	990.282,88

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Clientes em mora apresentava a seguinte maturidade:

Perdas por imparidade Acumuladas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Anulação	Saldo Final
Republica Filmes Lda	31.164,03 €	- €	- €	- €	31.164,03 €
Diocese de Beja	7.791,64 €	- €	- €	- €	7.791,64 €
Total	38.955,67 €	- €	- €	- €	38.955,67 €

Cientes em Mora	2019-12-31	2018-12-31
<180 dias	- €	- €
180 - 360 dias	- €	- €
360 - 540 dias	- €	- €
540 - 720 dias	- €	- €
> 720 dias	38.955,67 €	38.955,67 €
Total	38.955,67 €	38.955,67 €

Descrição	2019-12-31	2018-12-31
Cientes C/C	89.584,03 €	41.446,54 €
Total	89.584,03 €	41.446,54 €

Os financiamentos obtidos incluem um empréstimo da Direção Geral do Tesouro e Finanças no montante de 900.000,00€. Este empréstimo destinou-se a fazer face ao pagamento do Subsídio de Férias, em novembro de 2013, uma vez que a IC de 2013 não previa este pagamento. O empréstimo, que inicialmente previa-se que seria liquidado até 31 de março de 2015, foi renegociado para ser reembolsado até 30 de setembro de 2016, a uma taxa fixa nominal anual de 1,420%. No entanto foi solicitado que o montante não fosse liquidado pois não haveria forma de o fazer sem um reforço da nossa IC para o efeito, e foi solicitado a passagem do valor em dívida à DGTF para aumento de Capital Social. Tivemos parecer positivo, mas não conseguimos fazer o registo do aumento de capital pois as contas do exercício de 2017 e 2018 ainda aguardam aprovação e sem isso a Conservatória de Registo Comercial não regista o aumento de capital. Ao valor foram incluídos os juros capitalizados do período de dezembro de 2013 a setembro de 2016 no montante de 35.890,50€.

19 – Benefícios dos empregados

No ano findo a 31 de dezembro de 2019 e 2018, o OPART, EPE, incorreu nos seguintes gastos com pessoal:

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019



	2019	2018
Remunerações dos Órgãos Sociais	228.746,85 €	199.090,90 €
Remunerações do Pessoal	11.596.671,42 €	11.524.854,25 €
Benefícios pós-emprego	- €	- €
Encargos com Remunerações	2.708.335,86 €	2.688.252,97 €
Seguro de Acidentes de Trabalho	248.346,96 €	243.168,84 €
Caducidades e indemnizações	40.442,19 €	206.494,64 €
Outros gastos com pessoal	45.610,57 €	47.408,36 €
Total	14.868.153,85 €	14.909.269,96 €

	2019	2018
Número médio de empregados	363	362
Número de empregados no fim do período	364	362

No ano de 2019 pagaram-se indemnizações no montante de cerca de 42.883,35 euros, no entanto foram ajustados cerca de 1.859 euros das caducidades. Os outros gastos com pessoal são essencialmente gastos com formação, medicina e higiene no trabalho e serviços de fisioterapia. Houve uma ligeira diminuição das remunerações e encargos de 2018 para 2019.

A Remuneração mensal dos membros do Conselho de Administração (estabelecida na Resolução de Conselho de Ministros 16/2012 e despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Administração Pública e Secretaria de Estado da Cultura nº14751/2014 de 5 de dezembro) é de 4.578,20€ x 14 meses para o Presidente e de 3.662,56€ x 14 meses para os Vogais. Tiveram ainda a título de despesas de representação o montante de 1074,17€ x 8 meses e de 1326,54 x 4 meses (Presidente) e 994,34€ x 8 meses e de 1151,23 x 4 meses (vogais). Esta variação deve-se a articulação do art. 18º e 134º do Decreto-lei Execução Orçamental de 2018 e a RCM nº 16 /2012 Estas remunerações estão sujeitas á redução remuneratória prevista na Lei 12A-2010 no que concerne á remuneração dos gestores públicos (redução de 5%).

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

	Presidente (1)	Presidente (2)	Presidente (3)	Vogal (4)	Vogal (5)	Vogal (6)	Vogal (7)
Remuneração Base e Subsídios	43.382,16 €	16.962,23 €	- €	37.746,95 €	37.663,10 €	22.320,52 €	22.320,52 €
Outras remunerações	8.240,75 €	5.849,85 €	- €	7.025,82 €	7.025,82 €	7.481,10 €	7.481,10 €
Indemnização	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subsídio de refeição	530,25 €	409,05 €	- €	595,90 €	611,05 €	631,25 €	631,25 €
Ajudas de Custo	1.050,93 €	409,92 €	- €	500,36 €	50,20 €	- €	- €
Total	53.204,09 €	23.631,05 €	- €	45.868,03 €	45.350,17 €	30.432,87 €	30.432,87 €

- (1) Prof. Carlos Manuel Santos Vargas
- (2) Dr. André Moz Caldas
- (3) Dra. Maria da Conceição Alves Amaral
- (4) Dra Sandra Maria Albuquerque e Castro Simões
- (5) Dr. Samuel Lopes Costa do Rego
- (6) Dr. Alexandre Miguel da Costa Mendes da Silva Santos
- (7) Ana de Medeiros Haré Victorino D'Almeida

Durante o ano de 2019 ocorreu a substituição do Conselho de Administração do OPART, EPE, mais precisamente no mês de julho de 2019. Até final do ano ocorreu ainda a substituição do Presidente do Conselho de Administração, pois o anteriormente nomeado em julho foi chamado para integrar o governo formado após as eleições de outubro de 2019.

O Fiscal Único, Dr. António Manuel Castanho Miranda Ribeiro, auferiu a título de honorários a importância de 12.100,00 € correspondentes a um valor mensal de 1.100€. Em novembro o OPART, EPE, teve conhecimento da nomeação de um novo Fiscal Único com efeitos a partir de agosto de 2019, a sociedade João Cipriano e Associado SROC

23 – Detalhe da conta diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o detalhe das rubricas de diferimentos é o seguinte:

Gastos e perdas a reconhecer	2019-12-31	2018-12-31
Seguros a reconhecer	1.348,70 €	477,66 €
Gastos a reconhecer com espectáculo no exercício seguinte	63.614,69 €	28.643,82 €
Outros gastos a reconhecer	408,27 €	851,63 €
Total	65.371,66 €	29.973,11 €

Rendimentos e ganhos a reconhecer	2019-12-31	2018-12-31
Recitas de bilheteira	358.319,33 €	290.132,16 €
Outros ganhos a reconhecer	1.275,00 €	3.714,02 €
Total	359.594,33 €	293.846,18 €

Os gastos e as receitas a reconhecer com os espetáculos prende-se com o facto que os mesmos só são reconhecidos quando o espetáculo é apresentado

24 – Detalhe da conta Estado e Outros Entes Públicos

Rubricas	2019-12-31	2018-12-31
Activo		
Pagamentos especiais por conta	- €	8.436,00 €
Pagamentos por conta	45.981,00 €	11.872,00 €
Retenção na fonte por terceiros	1.300,00 €	1.200,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado	76.717,19 €	- €
Total do activo	123.998,19 €	21.508,00 €
Passivo		
Imposto sobre rendimento a pagar	67.038,72 €	62.537,45 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	- €	220.562,71 €
Imposto sobre o valor acrescentado	- €	296.340,74 €
Contribuições para a segurança social	- €	282.033,00 €
Contribuições para a caixa geral de aposentações	- €	18.384,72 €
Outros	- €	- €
Total do passivo	67.038,72 €	879.858,62 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecido na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2019 foi o seguinte:

Rubricas	2019	2018
Imposto sobre o rendimento corrente	67.038,72 €	62.537,45 €

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019



No quadro que se segue é apresentado a reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício:

Rubricas	2019
Resultado antes de imposto	764.817,70 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	0,01 €
Multas, coimas e juros compensatórios	21.778,89 €
IRC	- €
Encargos não devidamente documentados	47,65 €
Menos valias contabilisticas	- €
	786.644,25 €
Correcções relativas a exercicios anteriores	- €
Diferença negativa entre as mais-valias e menos-valias fiscais	- €
Lucro Tributável	786.644,25 €
Prejuízos fiscais deduzidos	550.650,98 €
Matéria coletável	235.993,28 €
Coleta (21%)	49.558,59 €
Derrama (1,5%)	11.799,66 €
Tributação Autónoma	5.680,47 €
Imposto sobre o rendimento do período	67.038,72 €

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

Tipo de despesa sujeita a TA	2019	%	2018	%
Ajudas de custo	64.848,96 €	5	55.423,62 €	15
Kilometros	1.539,87 €	5	926,06 €	15
Despesas de representação	2.945,79 €	10	604,98 €	20
Despesas com viaturas de passageiros > 35000				
Aluguer de viaturas	- €	35	- €	45
Seguros	- €	35	- €	45
Despesas manutenção	14,99 €	35	- €	45
Combustíveis	3.668,23 €	35	4.444,45 €	45
Imposto circulação	- €	35	- €	45
Outras despesas com viaturas	2.155,60 €	35	1.625,28 €	45
Despesas com viaturas de passageiros < 25000				
Aluguer de viaturas	228,62 €	10	634,61 €	20
Seguros	- €	10	- €	20
Despesas manutenção	- €	10	- €	20
Combustíveis	- €	10	- €	20
Imposto circulação	- €	10	- €	20
Outras despesas com viaturas	- €	10	- €	20
Tributação autónoma apurada	5.680,47 €		5.065,85 €	

25 – Detalhe dos Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos valores incluídos na rubrica Fornecimentos e serviços externos a 31 de dezembro de 2019 e 2018 é o seguinte:

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	2019	2018
SUBCONTRATOS	179.299,98 €	192.548,70 €
TRABALHOS ESPECIALIZADOS	315.200,58 €	228.488,79 €
PUBLICIDADE	83.302,26 €	80.929,90 €
VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	179.499,65 €	180.284,08 €
HONORÁRIOS	998.780,52 €	1.157.460,23 €
COMISSÕES	16.450,14 €	13.937,63 €
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	184.369,12 €	181.570,02 €
FERRAM. E UTENSÍLIOS DESG. RÁPIDO	57.714,58 €	69.952,65 €
LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	20,04 €	- €
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	9.571,10 €	7.440,77 €
ARTIGOS PARA OFERTA	268,00 €	- €
OUTROS BENS	188.345,44 €	74.360,16 €
ELECTRICIDADE	194.508,96 €	179.203,18 €
COMBUSTÍVEIS	3.686,23 €	4.444,45 €
ÁGUA	15.821,17 €	14.577,66 €
OUTROS FLUÍDOS	22.691,47 €	29.674,48 €
DESLOCAÇÕES E ESTADAS	159.299,73 €	106.603,68 €
TRANSPORTE DO PESSOAL	6.084,00 €	3.934,61 €
TRANSPORTES DE MERCADORIAS	48.156,44 €	75.939,15 €
RENDAS E ALUGUERES	311.331,46 €	235.058,83 €
COMUNICAÇÃO	32.324,63 €	31.980,62 €
SEGUROS	23.488,31 €	26.232,42 €
ROYALTIES E PROP. INTELECTUAL	199.721,60 €	151.611,52 €
CONTENCIOSO E NOTARIADO	2.563,00 €	3.412,50 €
DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	2.945,79 €	604,98 €
LIMPEZA HIGIENE E CONFORTO	111.040,03 €	95.864,41 €
OUTROS SERVIÇOS	236.101,16 €	158.160,48 €
	3.582.585,39 €	3.304.275,90 €

Os *Honorários* incluem a contratação de pessoal artístico (cantores, encenadores, reforços de coro e orquestra, figurinistas, bailarinos, coreógrafos), técnico (maquinistas, cortineiros) e de apoio (legendagem, caracterização, cabeleireiros, desenho de luz) para as diferentes produções realizadas.

A conta *Rendas e Alugueres* engloba, para além das rendas dos armazéns do TNSC e da CNB, os custos com o aluguer de equipamentos destinados às produções artísticas (guarda roupa, cenários, adereços, calçado, equipamento de luz, vídeo e som, partituras).

O transporte de instrumentos, cenários, e guarda-roupa para espetáculos realizados no, ou fora, do TNSC e do Teatro Camões (digressões) está incluído na rubrica *Transporte de Mercadorias*.



Os *Trabalhos Especializados* são maioritariamente constituídos por serviços prestados ao Marketing (gráficas, fotografia, traduções, desenvolvimento e manutenção de sites), Informática, Revisor Oficial de Contas e alguns serviços para a produção (cenários e figurinos).

Outros FSE incluem essencialmente serviços de frente de sala e serviços de carregadores e técnicos extras.

No total dos FSE houve um aumento de cerca de 8,4%, cerca de 278 mil euros, fruto do aumento dos gastos com a programação e estrutura, nomeadamente reparações como a pala do Teatro Camões e outras manutenções dos edifícios.

25 – Outros Gastos e Perdas

Nestas rubricas o valor com mais peso são as taxas, nomeadamente a “Taxa de Entidade Contratante” devido ao elevado número de prestadores de serviços (artistas), Com um peso também significativo o valor das quotizações.

26 – Outros Rendimentos e ganhos

Esta rubrica contém essencialmente a imputação do subsídio relativo aos ativos fixos tangíveis e intangíveis históricos “herdados” do TNSC e CNB aquando a criação do OPART, EPE em 2007. Essa imputação é na proporção das depreciações desses mesmos ativos fixos. Contém ainda o estorno de seguro de acidentes de trabalho.

27 – Outras contas a receber e a pagar

A rubrica de contas a receber inclui valores a receber do pessoal no montante de 4.510 €, sendo este valor dos ajustes feitos ao ex-administrador César Viana, cujo montante foi solicitado para reposição. Inclui ainda cauções de rendas e tribunal no montante de 26.797€.

Nas contas a pagar o detalhe apresenta-se da seguinte forma:

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

	31.12.2019	31.12.2018
Créditos a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00
Créditos por acréscimos de gastos	2.178.829,76	2.046.557,81
Outras contas a pagar	104.358,77	79.852,70
Total	2.283.188,53	2.126.410,51

A rubrica de credores por acréscimo de gastos inclui a quantia de € 1.886.223,97 relativa às responsabilidades com o pagamento de férias e subsídio de férias e respetivos encargos a liquidar em 2020. Esta rubrica inclui ainda a especialização do montante do montante de € 225.452,73 relativo à compensação de folgas não gozadas e caducidades de contratos a termo e respetivos encargos sociais.

Estão ainda registados na rubrica de créditos por acréscimo de gastos o montante de € 67.153,06 relativo à especialização de custos de Fornecimentos e Serviços Externos nomeadamente comunicações, água, luz e honorários a pagar a prestadores de serviços no âmbito de produções de 2019.

A rubrica de outros credores inclui essencialmente o valor das indemnizações a pagar resultantes de acordos mútuos de rescisão dos respetivos contratos de trabalho.

28 – Património Líquido

O detalhe do Património líquido em 31 de dezembro de 2019 é o seguinte:

	2019-12-31	2018-12-31
Capital	4.000.000,00	4.000.000,00
Reservas	1.543.800,93	1.543.800,93
Resultados transitados	(8.783.933,15)	(9.334.153,42)
Outras variações no capital próprio	892,11	1.853,69
Total	(3.239.240,11)	(3.788.498,80)



29 – Juros e gastos similares suportados

A despesa com mais expressão nesta rubrica são juros de mora da segurança social por decisões judiciais e comunicações de rescisões e baixas fora do prazo legal.

30 - Eventos subsequentes

Para além dos aspetos divulgados nas restantes notas, e conforme os princípios contabilísticos e critérios de mensuração, os eventos ocorridos após a data das demonstrações financeiras e até à data da sua aprovação, foram os seguintes:

Covid – 19

Nos últimos meses tem vindo a ser reportado, a nível nacional e internacional, um crescente número de casos de infeção da população com o novo coronavírus, designado de Covid – 19, tendo sido decretado pela Organização Mundial de Saúde, já no decurso do ano de 2020, o estado de pandemia mundial. Em Portugal, em resposta a esta situação e tendo em vista o controlo da propagação do vírus, o Governo e as Autoridades de Saúde têm vindo a implementar um conjunto de iniciativas de cariz extraordinário, com implicações diretas e relevantes na população e no tecido económico Português. O órgão de Gestão do OPART está a acompanhar de forma atenta os desenvolvimentos desta situação, a qual, dada a sua natureza, tem um elevado grau de incerteza, quer quanto à duração, quer quanto à magnitude e extensão dos seus efeitos nas demonstrações financeiras e na produção artística do OPART no ano de 2020.

31 – Anexo às demonstrações orçamentais

As presentes demonstrações orçamentais são apresentadas de acordo com a NCP 26 – Contabilidade de Relato Orçamental, estabelecida pela Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (SNC – AP), o que implicou a adoção de um conjunto de novos conceitos aplicáveis à sua preparação e apresentação.

O SNC - AP introduziu o conceito de plano de contas multidimensional (PCM) para que a mesma estrutura de codificação possa promover a comparabilidade da informação financeira e orçamental entre as entidades públicas, fazendo parte dele o quadro de correspondência entre as rubricas orçamentais e as contas PCM. A UniLeo definiu, no manual de implementação do SNC – AP, a

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2019

correspondência entre códigos da classificação económica da receita e da despesa, aprovados pelo Decreto-lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, e as rubricas das demonstrações orçamentais. Da mesma forma, as fontes de financiamento foram associadas em quatro grandes grupos: Receitas gerais, Receitas próprias, União europeia e Empréstimos. No que respeita à receita, o circuito manteve-se o mesmo, isto é, liquidação, anulação e recebimento.

Os reembolsos e restituições deixaram de pertencer ao circuito da despesa passando a ser apenas uma regularização de um recebimento indevido. Passou a existir o reconhecimento do montante a liquidar em anos futuros.

Na despesa, mantiveram-se as fases do cabimento, do compromisso, da obrigação, do pagamento e da reposição abatida ao pagamento, tendo passado a existir o reconhecimento de obrigações em anos futuros.

No que respeita às despesas com o pessoal, de salientar que os descontos e retenções inerentes ao processamento das remunerações (caso da Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Caixa Geral de Aposentação e ADSE, entre outros) deixaram de ser consideradas como operações de tesouraria, passando a ser relevadas como despesa no momento do seu pagamento.

O Anexo às demonstrações orçamentais é composto pelo conjunto de elementos que a seguir se apresentam, de acordo com a numeração sequencial definida no SNC – AP. Os mapas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para leitura das demonstrações orçamentais.

Todos os valores se encontram expressos em Euros.

O Contabilista Certificado

Franco José Beliste Bezado

O Conselho de Administração

Conceição Amaral

Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

Alexandre Santos

Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

Anne Victorino

Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

ANEXOS

Anexos

Demonstrações de Execução Orçamental 2019



ANEXOS

Documentação do Fiscal Único



Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Recitas Liquidadas		Liquidações Anuladas	Recita cobrada bruta	Resembolsos e restituições		Recita cobrada líquida		Por cobrar no final do período		
		Atividade	Programa	Económica				Recitas Liquidadas	Emittidos			Pagos	Período anteriores	Período corrente	Total	Período anterior	Período corrente	
1	313	000	009036		Fundamentação Normal													
					Recitas de Capital													
1	313	000	009036	16	Saldo da gerência anterior	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
1	313	000	009036	1601	Saldo orçamental	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
1	313	000	009036	160101	Na posse do serviço	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
					Total das Recitas de Capital	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
					Total Atividade 000	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
					Total Fonte Fin. 313	450.278,46	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	0,00	0,00	0,00	100,0%
					Recitas Correntes													
1	318	000	009036	06	Transferências correntes	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
1	318	000	009036	0603	Administrações central	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
1	318	000	009036	060301	Estado	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
					Total das Recitas Correntes	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
					Total Atividade 000	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
					Total Fonte Fin. 318	20.011.851,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	99,8%
					Recitas Correntes													
1	319	000	009036	06	Transferências correntes	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
1	319	000	009036	0603	Administrações central	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
1	319	000	009036	060307	Serviços e Fundos Autónomos	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
					Total das Recitas Correntes	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
					Total Atividade 000	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
					Total Fonte Fin. 319	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
					Recitas Correntes													
1	513	000	009036	06	Transferências correntes	420.367,00	3.550,00	319.048,21	6.747,50	6.737,50	342.588,21	6.737,50	3.550,00	332.300,71	0,00	0,00	0,00	79,1%
1	513	000	009036	0601	Sociedades e quas soc. não Financeiras	166.100,00	0,00	155.043,38	6.747,50	6.737,50	155.033,38	6.737,50	0,00	148.295,83	0,00	0,00	0,00	89,3%
1	513	000	009036	060102	Privadas	166.100,00	0,00	155.043,38	6.747,50	6.737,50	155.033,38	6.737,50	0,00	148.295,88	0,00	0,00	0,00	89,3%
1	513	000	009036	0603	Administrações central	54.267,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	0,00	100,0%
1	513	000	009036	060307	Serviços e Fundos Autónomos	54.267,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	54.266,33	0,00	0,00	0,00	100,0%

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Apuramento

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Líquidas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. orç.	
		Atividade	Programa	Económica							Emittidos	Pagos	Período anterior	Período corrente		Período anterior	Período corrente
1	513	000	009036	0605	Administração local	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00%	100,0%	
1	513	000	009036	060501	Comunidade	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00%	100,0%	
1	513	000	009036	0607	Instituições s/ fins lucrativos	197.500,00	3.550,00	127.238,50	0,00	130.788,50	0,00	3.550,00	127.238,50	130.788,50	0,00	1,80%	64,4%
1	513	000	009036	060701	Instituições s/ fins lucrativos	197.500,00	3.550,00	127.238,50	0,00	130.788,50	0,00	3.550,00	127.238,50	130.788,50	0,00	1,80%	64,4%
1	513	000	009036	07	Venda de bens e serviços correntes	1.972.059,00	38.537,74	1.439.831,54	301.655,93	1.452.786,15	276.072,80	37.337,74	1.138.375,61	1.176.713,35	0,00	1,89%	57,8%
1	513	000	009036	0701	Venda de bens	12.000,00	0,00	2.304,51	22,06	2.304,51	22,06	0,00	2.282,45	2.282,45	0,00	0,00%	19,0%
1	513	000	009036	070108	Mercadorias	12.000,00	0,00	2.304,51	22,06	2.304,51	22,06	0,00	2.282,45	2.282,45	0,00	0,00%	19,0%
1	513	000	009036	0702	Serviços	1.960.059,00	38.537,74	1.437.527,03	301.633,87	1.450.481,64	276.050,74	37.337,74	1.137.093,16	1.174.430,90	0,00	1,90%	58,0%
1	513	000	009036	070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.549.120,00	7.294,25	1.130.604,44	273.964,64	1.197.898,65	273.964,64	7.294,25	916.639,80	923.934,05	0,00	0,47%	59,2%
1	513	000	009036	070299	Outros	411.939,00	31.243,49	246.922,59	27.689,23	252.582,95	2.086,10	30.043,49	220.453,36	250.496,85	0,00	7,30%	53,6%
					Total das Receitas Correntes	2.392.826,00	42.087,74	1.778.879,75	308.403,43	1.795.374,36	282.810,30	40.887,74	1.471.676,32	1.512.564,06	0,00	1,71%	61,5%
					Total Atividade 000	2.392.826,00	42.087,74	1.778.879,75	308.403,43	1.795.374,36	282.810,30	40.887,74	1.471.676,32	1.512.564,06	0,00	1,71%	61,5%
					Total Fonte Fin. 513	2.392.826,00	42.087,74	1.778.879,75	308.403,43	1.795.374,36	282.810,30	40.887,74	1.471.676,32	1.512.564,06	0,00	1,71%	61,5%
					Receitas de Capital												
1	522	000	009036	16	Saldo da gestão anterior	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
1	522	000	009036	1601	Saldo organamental	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
1	522	000	009036	160101	Na posse do serviço	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
					Total das Receitas de Capital	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
					Total Atividade 000	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
					Total Fonte Fin. 522	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	616.060,44	0,00	0,00%	100,0%
					Total Orgânica 1	23.471.015,90	42.087,74	21.817.397,83	308.403,43	21.833.892,44	282.810,30	40.887,74	21.510.194,40	21.551.082,14	0,00	0,17%	91,6%

Controlo Orçamental da Receita - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação		Descrição	Previsões Corrigidas	Por cobrar de períodos anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Receita cobrada bruta	Reembolsos e restituições		Receta cobrada líquida		Por cobrar no final do período	Grau exec. org.		
		Atividade	Programa							Económica	Emitidos	Pagos	Períodos anteriores		Período corrente	Total	Período anterior
				Total Geral (Receitas Correntes)	22.404.677,00	42.087,74	20.751.058,99	308.409,43	20.767.559,54	282.810,30	282.810,30	40.887,74	20.443.855,50	0,00	0,13%	0,13%	91,2%
				Total Geral (Rec. de Capital)	1.066.338,90	0,00	1.066.338,90	0,00	1.066.338,90	0,00	0,00	0,00	1.066.338,90	0,00	0,00%	0,00%	100,0%
				Total Geral	23.471.015,90	42.087,74	21.817.397,83	308.409,43	21.833.892,44	282.810,30	282.810,30	40.887,74	21.510.394,49	0,00	0,17%	0,17%	91,6%

O Responsável

Franco José Sebastião Cruzado
 Em 23 de julho de 2020

O Conselho de Administração

[Assinatura]
 Em 23 de julho de 2020

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019

Lançamentos: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Deduções Corrigidas	Cálculos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas líquidas de repetições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente	GRU exp. etc.
									Período anterior	Período corrente					
1	313		Fundamentação normal												
1	313	02	Despesas Correntes	0,00	150.000,00	0,00	134.774,14	130.935,90	0,00	130.935,90	3.838,24	0,00	0,00%	87,29%	
1	313	0201	Aquisição de bens e serviços	0,00	2.658,00	0,00	2.211,28	937,67	0,00	937,67	1.273,61	0,00	0,00%	35,28%	
1	313	020108	Aquisição de bens	0,00	359,00	0,00	358,55	358,55	0,00	358,55	0,00	0,00	0,00%	99,87%	
1	313	02010800	Material de escritório	0,00	359,00	0,00	358,55	358,55	0,00	358,55	0,00	0,00	0,00%	99,87%	
1	313	020117	Material de escritório	0,00	283,00	0,00	282,90	282,90	0,00	282,90	0,00	0,00	0,00%	99,96%	
1	313	020121	Ferramentas e utensílios	0,00	2.016,00	0,00	1.569,83	296,22	0,00	296,22	1.273,61	0,00	0,00%	14,65%	
1	313	0202	Outros bens	0,00	147.342,00	0,00	132.562,86	129.998,23	0,00	129.998,23	2.564,63	0,00	0,00%	86,23%	
1	313	020203	Aquisição de serviços	0,00	19.066,00	0,00	13.413,10	11.607,38	0,00	11.607,38	1.805,72	0,00	0,00%	60,88%	
1	313	020208	Conservação de bens	0,00	40.000,00	0,00	40.000,00	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%	
1	313	020209	Locação de outros bens	0,00	147,00	0,00	146,50	146,50	0,00	146,50	0,00	0,00	0,00%	99,66%	
1	313	02020900	Comunicações	0,00	147,00	0,00	146,50	146,50	0,00	146,50	0,00	0,00	0,00%	99,66%	
1	313	020210	Comunicações	0,00	147,00	0,00	146,50	146,50	0,00	146,50	0,00	0,00	0,00%	99,66%	
1	313	020213	Transportes	0,00	12.415,00	0,00	9.185,00	9.185,00	0,00	9.185,00	0,00	0,00	0,00%	73,98%	
1	313	020217	Deslocações e estadas	0,00	1.241,00	0,00	1.238,76	1.238,76	0,00	1.238,76	0,00	0,00	0,00%	99,82%	
1	313	02021700	Publicidade	0,00	3.752,00	0,00	3.751,50	3.751,50	0,00	3.751,50	0,00	0,00	0,00%	99,99%	
1	313	020218	Publicidade	0,00	67,00	0,00	66,53	66,53	0,00	66,53	0,00	0,00	0,00%	99,30%	
1	313	020220	Vigilância e segurança	0,00	497,00	0,00	496,92	496,92	0,00	496,92	0,00	0,00	0,00%	99,98%	
1	313	02022000	Outros trabalhos especializados	0,00	497,00	0,00	496,92	496,92	0,00	496,92	0,00	0,00	0,00%	99,98%	
1	313	020225	Outros trabalhos especializados	0,00	70.157,00	0,00	64.264,55	63.505,64	0,00	63.505,64	758,91	0,00	0,00%	90,52%	
1	313	06	Outros serviços	0,00	300.278,00	0,00	192.202,20	192.202,20	0,00	192.202,20	0,00	0,00	0,00%	64,01%	
1	313	0602	Outras despesas correntes	0,00	300.278,00	0,00	192.202,20	192.202,20	0,00	192.202,20	0,00	0,00	0,00%	64,01%	
1	313	060203	Diversas	0,00	300.278,00	0,00	192.202,20	192.202,20	0,00	192.202,20	0,00	0,00	0,00%	64,01%	
1	313	06020300	Outras	0,00	300.278,00	0,00	192.202,20	192.202,20	0,00	192.202,20	0,00	0,00	0,00%	64,01%	
1	313	06020300	IIVA	0,00	490.278,00	0,00	326.976,34	323.138,10	0,00	323.138,10	3.838,24	0,00	0,00%	71,76%	
			Total das Despesas Correntes	0,00	450.278,00	0,00	326.976,34	323.138,10	0,00	323.138,10	3.838,24	0,00	0,00%	71,76%	
			Total Fonte Fin. 313	0,00	450.278,00	0,00	326.976,34	323.138,10	0,00	323.138,10	3.838,24	0,00	0,00%	71,76%	
1	318	01	Despesas Correntes												
1	318	0101	Despesas com o pessoal	522.353,85	15.280.892,00	598,00	15.274.329,01	15.260.606,76	508.856,60	14.752.250,16	13.722,25	0,00	3,33%	96,54%	
1	318	010101	Remunerações certas e permanentes	316.901,25	11.642.849,00	0,00	11.640.367,23	11.626.644,98	302.904,00	11.323.740,98	13.722,25	0,00	2,60%	97,26%	
1	318	010102	Cargos sociais	5.340,37	174.862,00	0,00	174.861,97	174.861,97	4.855,37	169.996,60	0,00	0,00	2,78%	97,22%	
1	318	010104	Pessoal dos quadros-regs de contrato individual trabalho	217.159,46	7.401.554,00	0,00	7.400.049,82	7.390.232,74	207.942,38	7.182.890,36	9.817,08	0,00	2,60%	97,05%	
1	318	010105	Pessoal contratado a termo	36.068,61	1.250.135,00	0,00	1.250.134,06	1.250.134,06	36.068,61	1.214.065,45	0,00	0,00	2,89%	97,11%	
1	318	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	1.674,87	109.554,00	0,00	109.553,17	109.553,17	1.674,87	107.878,30	0,00	0,00	1,53%	98,47%	
1	318	010109	Pessoal em qualquer outra situação	5.570,60	77.864,00	0,00	77.149,98	77.149,98	5.570,60	71.579,38	0,00	0,00	7,15%	91,93%	

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019		Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Contingidas	Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Disponibilizações limitadas de recursos		Total	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Gratificações	
Orgânica	Função	Económica	Programática							Período anterior	Período corrente				Período anterior	Período corrente
1	318	010111	010111	Representação	2.098,29	74.128,64	0,00	74.128,64	74.128,64	2.098,29	72.080,35	74.128,64	0,00	0,00	2,79%	97,21%
1	318	010112	010112	Suplementos e prémios	43.941,44	776.244,52	0,00	776.244,52	773.190,02	40.886,94	732.303,08	773.190,02	3.054,50	0,00	5,27%	94,34%
1	318	010113	010113	Subsídio de refeição	3.162,13	373.272,00	0,00	373.012,64	373.012,64	3.162,13	369.850,51	373.012,64	0,00	0,00	0,85%	99,08%
1	318	010114	010114	Subsídio de férias e de Natal	2.115,48	1.405.234,00	0,00	1.405.232,43	1.404.381,76	1.264,81	1.403.116,95	1.404.381,76	850,57	0,00	0,09%	99,85%
1	318	010114SF	010114SF	Subsídio de férias	805,93	717.331,00	0,00	717.330,25	717.330,25	805,93	716.524,32	717.330,25	0,00	0,00	0,11%	99,89%
1	318	010114SN	010114SN	Subsídio de Natal	1.309,55	687.903,00	0,00	687.902,18	687.051,51	458,88	686.592,63	687.051,51	850,57	0,00	0,07%	99,81%
1	318	0102	0102	Abaços variáveis ou eventuais	130,87	466.931,00	598,00	463.672,04	463.672,04	130,87	463.541,17	463.672,04	0,00	0,00	0,03%	99,27%
1	318	010202	010202	Horas extraordinárias	129,95	95.648,00	0,00	95.647,56	95.647,56	129,95	95.517,61	95.647,56	0,00	0,00	0,14%	99,86%
1	318	010204	010204	Ajuda de custo	0,00	71.521,00	0,00	68.956,88	68.956,88	0,00	68.956,88	68.956,88	0,00	0,00	0,00%	96,41%
1	318	010205	010205	Abono por faltas	0,92	4.106,00	0,00	4.010,44	4.010,44	0,92	4.009,52	4.010,44	0,00	0,00	0,02%	97,65%
1	318	010212	010212	Indemnizações por cessação de funções	0,00	295.058,00	0,00	295.057,16	295.057,16	0,00	295.057,16	295.057,16	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	318	010213	010213	Outros suplementos e prémios	0,00	598,00	598,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	318	010213PD	010213PD	Prémios de desempenho	0,00	598,00	598,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	318	0103	0103	Segurança social	205.321,73	3.170.268,74	0,00	3.170.268,74	3.170.268,74	205.321,73	2.964.966,01	3.170.268,74	0,00	0,00	6,48%	93,51%
1	318	010305	010305	Contribuições para a segurança social	205.321,73	2.921.935,00	0,00	2.921.935,78	2.921.935,78	205.321,73	2.716.615,05	2.921.935,78	0,00	0,00	7,03%	92,97%
1	318	010305A0A0	010305A0A0	Caixa Geral de Aposentações	12.585,10	30.644,00	0,00	30.642,86	30.642,86	12.585,10	18.077,76	30.642,86	0,00	0,00	41,00%	58,99%
1	318	010305A0B0	010305A0B0	Segurança Social	192.736,63	2.891.295,00	0,00	2.891.293,92	2.891.293,92	192.736,63	2.698.537,29	2.891.293,92	0,00	0,00	6,67%	93,33%
1	318	010309	010309	Seguros	0,00	248.973,00	0,00	248.352,96	248.352,96	0,00	248.352,96	248.352,96	0,00	0,00	0,00%	99,75%
1	318	02	02	Aquisição de bens e serviços	66.475,14	2.815.928,00	0,00	2.371.480,51	2.342.935,83	64.832,99	2.278.102,84	2.342.935,83	28.544,68	0,00	2,90%	80,90%
1	318	0201	0201	Aquisição de bens	2.159,08	132.702,00	0,00	107.106,44	107.076,77	2.139,89	104.396,88	107.076,77	29,87	0,00	1,61%	79,08%
1	318	020105	020105	Alimentação-Raifeições confeccionadas	0,00	2.205,00	0,00	1.773,20	1.773,20	0,00	1.773,20	1.773,20	0,00	0,00	0,00%	80,42%
1	318	020108	020108	Material de escritório	0,00	3.027,00	0,00	754,95	754,95	0,00	754,95	754,95	0,00	0,00	0,00%	24,94%
1	318	020108C0	020108C0	Material de escritório	0,00	3.027,00	0,00	754,95	754,95	0,00	754,95	754,95	0,00	0,00	0,00%	24,94%
1	318	020117	020117	Ferramentas e utensílios	0,00	19.326,00	0,00	13.832,13	13.832,13	0,00	13.832,13	13.832,13	0,00	0,00	0,00%	71,57%
1	318	020121	020121	Outros bens	2.159,08	108.144,00	0,00	90.746,16	90.716,49	2.139,89	88.576,60	90.716,49	29,87	0,00	1,98%	81,91%
1	318	0202	0202	Aquisição de serviços	64.316,06	2.683.226,00	0,00	2.264.374,07	2.235.859,06	62.693,10	2.173.165,96	2.235.859,06	28.515,01	0,00	2,94%	80,99%
1	318	020201	020201	Encargos das instalações	17.899,62	323.901,00	0,00	212.717,52	208.589,01	17.899,62	190.689,39	208.589,01	4.128,51	0,00	5,53%	58,87%
1	318	020201B0	020201B0	Encargos das instalações	17.899,62	323.901,00	0,00	212.717,52	208.589,01	17.899,62	190.689,39	208.589,01	4.128,51	0,00	5,53%	58,87%
1	318	020202	020202	Limpeza e higiene	187,58	144.961,00	0,00	143.883,80	133.412,87	187,58	133.225,29	133.412,87	10.470,93	0,00	0,13%	91,96%
1	318	020203	020203	Conservação de bens	2.536,06	189.989,00	0,00	135.597,39	134.111,55	913,10	133.198,45	134.111,55	1.485,84	0,00	0,48%	70,11%
1	318	020204	020204	Locação de edifícios	0,00	168.778,00	0,00	168.717,97	168.717,97	0,00	168.717,97	168.717,97	0,00	0,00	0,00%	99,96%
1	318	020204C0	020204C0	Locação de edifícios	0,00	168.778,00	0,00	168.717,97	168.717,97	0,00	168.717,97	168.717,97	0,00	0,00	0,00%	99,96%
1	318	020208	020208	Locação de outros bens	53,48	132.691,00	0,00	116.395,38	105.689,88	53,48	105.636,40	105.689,88	10.705,50	0,00	0,04%	79,61%
1	318	020209	020209	Comunicações	0,00	17.400,00	0,00	16.546,32	15.240,29	0,00	15.240,29	15.240,29	1.306,03	0,00	0,00%	87,59%
1	318	020209C0	020209C0	Comunicações	0,00	17.400,00	0,00	16.546,32	15.240,29	0,00	15.240,29	15.240,29	1.306,03	0,00	0,00%	87,59%
1	318	020210	020210	Transportes	2.795,55	46.301,00	0,00	45.100,33	45.100,33	2.795,55	42.304,78	45.100,33	0,00	0,00	6,04%	91,37%
1	318	020211	020211	Representação dos serviços	0,00	3.810,00	0,00	3.306,35	3.306,35	0,00	3.306,35	3.306,35	0,00	0,00	0,00%	86,78%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cálculos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de recondições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Períodos anteriores	Período corrente	GRAU exp. OT.
									Períodos anteriores	Período corrente					
1	318	020212	Seguros	0,00	22.936,00	0,00	20.559,25	20.559,25	0,00	20.559,25	0,00	0,00	0,00	89,64%	
1	318	02021280	Seguros	0,00	22.936,00	0,00	20.559,25	20.559,25	0,00	20.559,25	0,00	0,00	0,00	89,64%	
1	318	020213	Deslocações e estadas	0,00	53.512,00	0,00	51.089,53	51.089,53	0,00	51.089,53	0,00	0,00	0,00	95,47%	
1	318	020217	Publicidade	753,38	66.607,00	0,00	65.399,87	65.399,87	753,38	64.646,49	0,00	0,00	0,00	97,06%	
1	318	020217CO	Publicidade	753,38	66.607,00	0,00	65.399,87	65.399,87	753,38	64.646,49	0,00	0,00	0,00	97,06%	
1	318	020218	Vigilância e segurança	13.960,50	195.964,00	0,00	195.749,48	195.749,48	13.960,50	181.788,98	0,00	0,00	0,00	92,77%	
1	318	020220	Outros trabalhos especializados	2.384,62	164.620,00	0,00	127.658,05	127.239,85	2.384,62	124.855,23	418,20	0,00	0,00	75,84%	
1	318	020220EO	Outros trabalhos especializados	2.384,62	164.620,00	0,00	127.658,05	127.239,85	2.384,62	124.855,23	418,20	0,00	0,00	75,84%	
1	318	020225	Outros serviços	23.745,27	1.151.756,00	0,00	961.652,83	961.652,83	23.745,27	937.907,56	0,00	0,00	0,00	81,43%	
1	318	06	Outras despesas correntes	684,69	1.875.000,00	0,00	1.059.602,63	1.059.201,50	283,56	1.058.917,94	401,13	0,00	0,00	56,48%	
1	318	0602	Diversas	684,69	1.875.000,00	0,00	1.059.602,63	1.059.201,50	283,56	1.058.917,94	401,13	0,00	0,00	56,48%	
1	318	060201	Impostos e taxas	684,69	109.156,00	0,00	108.069,31	107.662,78	283,56	107.379,22	401,13	0,00	0,00	98,37%	
1	318	060203	Outras	0,00	1.765.844,00	0,00	951.538,72	951.538,72	0,00	951.538,72	0,00	0,00	0,00	53,89%	
1	318	060203IO	IVA	0,00	1.765.844,00	0,00	951.538,72	951.538,72	0,00	951.538,72	0,00	0,00	0,00	53,89%	
			Total das Despesas Correntes	586.513,68	19.971.620,90	598,00	18.706.412,15	18.882.744,08	579.473,15	18.089.270,94	42.668,06	0,00	0,00	2,87%	
1	318	07	Despesa de Capital												
1	318	0701	Aquisição de bens de capital	0,00	40.231,00	0,00	38.800,69	38.800,69	0,00	38.800,69	0,00	0,00	0,00	96,44%	
1	318	070107	Investimentos	0,00	40.231,00	0,00	38.800,69	38.800,69	0,00	38.800,69	0,00	0,00	0,00	96,44%	
1	318	070107BOCO	Equipamento de informática	0,00	5.178,00	0,00	5.177,90	5.177,90	0,00	5.177,90	0,00	0,00	0,00	100,00%	
1	318	070108	Equipamento de informática	0,00	5.178,00	0,00	5.177,90	5.177,90	0,00	5.177,90	0,00	0,00	0,00	100,00%	
1	318	070108BO80	Software Informático	0,00	19.862,00	0,00	19.761,52	19.761,52	0,00	19.761,52	0,00	0,00	0,00	99,49%	
1	318	070109	Software Informático	0,00	19.862,00	0,00	19.761,52	19.761,52	0,00	19.761,52	0,00	0,00	0,00	99,49%	
1	318	070109BO80	Equipamento administrativo	0,00	397,00	0,00	334,84	334,84	0,00	334,84	0,00	0,00	0,00	84,34%	
1	318	070109BO80BO	Equipamento administrativo	0,00	397,00	0,00	334,84	334,84	0,00	334,84	0,00	0,00	0,00	84,34%	
1	318	070110	Equipamento básico	0,00	13.527,00	0,00	13.526,43	13.526,43	0,00	13.526,43	0,00	0,00	0,00	100,00%	
1	318	070110BO80	Equipamento básico	0,00	13.527,00	0,00	13.526,43	13.526,43	0,00	13.526,43	0,00	0,00	0,00	100,00%	
1	318	070115	Outros investimentos	0,00	1.267,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
			Total das Despesas de Capital	0,00	40.231,00	0,00	38.800,69	38.800,69	0,00	38.800,69	0,00	0,00	0,00	96,44%	
			Total Fonte Fin. 318	586.513,68	20.011.851,90	598,00	18.744.212,84	18.701.544,78	579.473,15	18.128.071,63	42.668,06	0,00	0,00	2,87%	
1	319	02	Despesas Correntes												
1	319	0201	Aquisição de bens e serviços	0,00	200.000,00	0,00	197.614,76	196.424,12	0,00	196.424,12	1.180,64	0,00	0,00	96,21%	
1	319	020102	Aquisição de bens	0,00	35.135,00	0,00	35.024,86	35.024,86	0,00	35.024,86	0,00	0,00	0,00	99,63%	
1	319	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	41,00	0,00	40,00	40,00	0,00	40,00	0,00	0,00	0,00	97,56%	
1	319	020121	Outros bens	0,00	35.114,00	0,00	34.984,86	34.984,86	0,00	34.984,86	0,00	0,00	0,00	99,63%	
1	319	0202	Aquisição de serviços	0,00	164.865,00	0,00	162.589,90	161.999,26	0,00	161.999,26	1.190,64	0,00	0,00	97,91%	
1	319	020208	Locação de outros bens	0,00	34.710,00	0,00	34.710,00	34.710,00	0,00	34.710,00	0,00	0,00	0,00	100,00%	

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019		Classificação		Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cálculos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas/liquidadas de reposições		Total	Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grat. exig. anc.	
Limpramento:	<TODOS>	Fonte Fin.	Económica							Períodos anteriores	Período corrente				Períodos anteriores	Período corrente
1	319	020210		Transportes	0,00	7.380,00	0,00	5.175,84	3.985,20	0,00	3.985,20	3.985,20	1.190,64	0,00	0,00%	54,00%
1	319	020213		Deslocações e estadas	0,00	37,00	0,00	36,10	36,10	0,00	36,10	36,10	0,00	0,00	0,00%	97,57%
1	319	020217		Publicidade	0,00	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	319	020217CD		Publicidade	0,00	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	90,00	90,00	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	319	020225		Outros serviços	0,00	122.638,00	0,00	122.577,96	122.577,96	0,00	122.577,96	122.577,96	0,00	0,00	0,00%	99,96%
				Total das Despesas Correntes	0,00	200.000,00	0,00	197.814,76	196.424,12	0,00	196.424,12	196.424,12	1.190,64	0,00	0,00%	96,21%
				Total Fonte Fin. 319	0,00	200.000,00	0,00	197.814,76	196.424,12	0,00	196.424,12	196.424,12	1.190,64	0,00	0,00%	96,21%
1	513	01		Despesas Correntes	0,00	95.000,00	0,00	95.559,88	93.559,88	0,00	93.559,88	93.559,88	0,00	0,00	0,00%	96,48%
1	513	0101		Despesas com o pessoal	0,00	95.000,00	0,00	95.559,88	93.559,88	0,00	93.559,88	93.559,88	0,00	0,00	0,00%	96,48%
1	513	010112		Renovações centas e paramentos	0,00	59.000,00	0,00	58.548,49	58.548,49	0,00	58.548,49	58.548,49	0,00	0,00	0,00%	99,23%
1	513	010113		Subsídio de refeição	0,00	36.000,00	0,00	35.011,39	35.011,39	0,00	35.011,39	35.011,39	0,00	0,00	0,00%	97,25%
1	513	0102		Abonos variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	02		Aquisição de bens e serviços	7.456,96	2.003.180,00	0,00	1.310.611,60	1.290.667,21	7.476,15	1.283.191,06	1.290.667,21	19.944,39	0,00	0,37%	64,06%
1	513	0201		Aquisição de bens	2.688,94	164.845,00	0,00	143.881,57	142.280,04	2.708,13	139.571,91	142.280,04	1.601,53	0,00	1,64%	84,67%
1	513	020102		Combustíveis e lubrificantes	0,00	3.947,00	0,00	3.645,94	3.645,94	0,00	3.645,94	3.645,94	0,00	0,00	0,00%	92,37%
1	513	020104		Limpeza e higiene	639,16	8.390,00	0,00	7.542,49	7.486,94	639,16	6.847,78	7.486,94	55,55	0,00	7,62%	81,62%
1	513	020105		Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	4.645,00	0,00	3.943,90	3.943,90	0,00	3.943,90	3.943,90	0,00	0,00	0,00%	84,91%
1	513	020108		Material de escritório	0,00	10.243,00	0,00	10.193,66	9.004,82	0,00	9.004,82	9.004,82	1.188,84	0,00	0,00%	87,91%
1	513	020108CO		Material de escritório	0,00	10.243,00	0,00	10.193,66	9.004,82	0,00	9.004,82	9.004,82	1.188,84	0,00	0,00%	87,91%
1	513	020117		Material para a venda	0,00	6.600,00	0,00	6.069,74	5.792,07	0,00	5.792,07	5.792,07	277,67	0,00	0,00%	86,07%
1	513	020121		Ferramentas e utensílios	74,94	23.909,00	0,00	21.131,38	21.131,38	74,94	21.056,44	21.131,38	0,00	0,00	0,31%	88,07%
1	513	0202		Outros bens	1.974,84	107.111,00	0,00	91.354,46	91.274,99	1.994,03	89.280,96	91.274,99	79,47	0,00	1,86%	83,35%
1	513	020201		Aquisição de serviços	4.768,02	1.838.335,00	0,00	1.166.730,03	1.148.387,17	4.768,02	1.143.619,15	1.148.387,17	18.342,86	0,00	0,26%	62,21%
1	513	02020180		Encargos das instalações	0,00	130.900,00	0,00	125.719,97	120.237,47	0,00	120.237,47	120.237,47	5.482,50	0,00	0,00%	91,85%
1	513	020203		Encargos das instalações	0,00	130.900,00	0,00	125.719,97	120.237,47	0,00	120.237,47	120.237,47	5.482,50	0,00	0,00%	91,85%
1	513	020204		Conservação de bens	2.056,62	147.704,00	0,00	26.997,91	25.922,77	2.056,62	23.866,15	25.922,77	1.075,14	0,00	1,39%	16,18%
1	513	020204CO		Locação de edifícios	0,00	17.670,00	0,00	17.609,25	17.609,25	0,00	17.609,25	17.609,25	0,00	0,00	0,00%	99,66%
1	513	020206		Locação de material de transporte	0,00	251,00	0,00	250,56	250,56	0,00	250,56	250,56	0,00	0,00	0,00%	99,82%
1	513	020208		Locação de outros bens	0,00	48.376,00	0,00	20.879,36	20.879,36	0,00	20.879,36	20.879,36	0,00	0,00	0,00%	46,01%
1	513	020209		Comunicações	340,96	41.590,00	0,00	27.635,69	22.401,97	340,96	22.061,01	22.401,97	233,72	0,00	0,82%	53,04%
1	513	020209A0		Comunicações	71,98	7.038,00	0,00	6.880,28	6.880,28	71,98	6.808,30	6.880,28	0,00	0,00	1,02%	96,74%
1	513	020209CO		Comunicações	0,00	8.497,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	020209D0		Comunicações	268,98	15.060,00	0,00	14.307,31	14.073,59	268,98	13.804,61	14.073,59	233,72	0,00	1,79%	91,66%
1	513	020209F0		Comunicações	0,00	10.995,00	0,00	1.448,10	1.448,10	0,00	1.448,10	1.448,10	0,00	0,00	0,00%	13,17%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019

Lançamento: eTODOS

(Valores em EUR)

Origem	Fonte Fin.	Classificação Económica	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cálculos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas Liquidas de Liquididades			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Gral. Exec. Orc.	
									Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
1	513	020210	Transportes	608,85	48.443,00	0,00	46.354,55	46.354,55	608,85	48.745,70	46.354,55	0,00	0,00	1,26%	94,43%
1	513	020211	Representação dos serviços	30,00	3.723,00	0,00	3.063,86	3.063,86	30,00	3.033,86	3.063,86	0,00	0,00	0,81%	81,48%
1	513	020212	Seguros	91,35	5.968,00	0,00	4.897,91	4.897,91	91,35	4.806,56	4.897,91	0,00	0,00	1,53%	80,54%
1	513	02021290	Seguros	91,35	5.968,00	0,00	4.897,91	4.897,91	91,35	4.806,56	4.897,91	0,00	0,00	1,53%	80,54%
1	513	020213	Deslocações e estadas	804,94	98.396,00	0,00	93.460,16	92.564,06	804,94	91.759,12	92.564,06	896,10	0,00	0,89%	94,99%
1	513	020215	Formação	0,00	2.594,00	0,00	2.593,50	1.493,50	0,00	1.493,50	1.493,50	1.100,00	0,00	0,00%	57,58%
1	513	020217	Publicidade	0,00	66.377,00	0,00	28.650,98	28.650,98	0,00	28.650,98	28.650,98	0,00	0,00	0,00%	43,16%
1	513	020217CO	Publicidade	0,00	66.377,00	0,00	28.650,98	28.650,98	0,00	28.650,98	28.650,98	0,00	0,00	0,00%	43,16%
1	513	020218	Vigilância e segurança	0,00	44.406,00	0,00	40.552,21	39.002,41	0,00	39.002,41	39.002,41	1.549,80	0,00	0,00%	87,63%
1	513	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	166.782,00	0,00	138.180,79	134.043,68	0,00	134.043,68	134.043,68	4.137,11	0,00	0,00%	80,37%
1	513	020220A0CO	Outros trabalhos especializados	0,00	2.711,00	0,00	906,23	908,23	0,00	908,23	908,23	0,00	0,00	0,00%	33,50%
1	513	020220B0	Outros trabalhos especializados	0,00	164.071,00	0,00	137.274,56	133.135,45	0,00	133.135,45	133.135,45	4.137,11	0,00	0,00%	81,15%
1	513	020222	Outros trabalhos especializados	0,00	23.600,00	0,00	18.795,28	17.228,97	0,00	17.228,97	17.228,97	1.566,31	0,00	0,00%	73,00%
1	513	02022290	Outros trabalhos especializados	0,00	23.600,00	0,00	18.795,28	17.228,97	0,00	17.228,97	17.228,97	1.566,31	0,00	0,00%	73,00%
1	513	020224	Serviços de saúde	0,00	31.365,00	0,00	12.890,69	12.890,69	0,00	12.890,69	12.890,69	0,00	0,00	0,00%	41,10%
1	513	020224	Encargos de cobrança de receitas	835,30	964.990,00	0,00	583.197,36	560.895,18	835,30	560.059,88	560.895,18	2.802,18	0,00	0,09%	58,04%
1	513	06	Outros serviços	0,00	41.646,00	41.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	0602	Outras despesas correntes	0,00	41.646,00	41.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	060203	Diversas	0,00	41.646,00	41.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	060203R0	Outras	0,00	41.646,00	41.646,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
			Total das Despesas Correntes	7.466,86	2.139.826,00	41.646,00	1.404.174,48	1.384.227,09	7.476,15	1.376.750,94	1.384.227,09	19.944,39	0,00	0,35%	64,34%
			Despesas de Capital												
1	513	07	Aquisição de bens de capital	663,09	753.000,00	0,00	119.685,78	118.775,58	663,09	118.112,49	118.775,58	910,20	0,00	0,26%	46,68%
1	513	0701	Investimentos	663,09	753.000,00	0,00	119.685,78	118.775,58	663,09	118.112,49	118.775,58	910,20	0,00	0,26%	46,68%
1	513	070103	Edifícios	0,00	42.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	0701039090	Conservação e reparação	0,00	42.840,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	070107	Equipamento de informática	0,00	80.213,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	070107B0CO	Equipamento de informática	0,00	80.213,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	070108	Software informático	0,00	4.625,00	0,00	3.333,30	3.333,30	0,00	3.333,30	3.333,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	0701089090	Software informático	0,00	4.625,00	0,00	3.333,30	3.333,30	0,00	3.333,30	3.333,30	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	070109	Equipamento administrativo	0,00	3.693,00	0,00	1.009,86	1.009,86	0,00	1.009,86	1.009,86	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	0701099090	Equipamento administrativo	0,00	3.693,00	0,00	1.009,86	1.009,86	0,00	1.009,86	1.009,86	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	513	070110	Equipamento básico	663,09	121.629,00	0,00	115.342,62	114.432,42	663,09	113.769,33	114.432,42	910,20	0,00	0,55%	93,54%
1	513	0701109090	Equipamento básico	663,09	121.629,00	0,00	115.342,62	114.432,42	663,09	113.769,33	114.432,42	910,20	0,00	0,55%	93,54%
			Total das Despesas de Capital	663,09	253.000,00	0,00	119.685,78	118.775,58	663,09	116.112,49	118.775,58	910,20	0,00	0,26%	46,68%
			Total Fonte Fin. 513	8.130,95	2.392.826,00	41.646,00	1.523.857,26	1.503.002,67	8.139,24	1.494.863,43	1.503.002,67	20.854,59	0,00	0,34%	62,47%

Controlo Orçamental da Despesa - de Abertura a Apuramento

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>
 Classificação: Económica

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Descrição	Por pagar per. ant.	Dotações Corrigidas	Cativos / descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas liquidadas e reportadas		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	GRUPO DE ORÇ.	
								Períodos anteriores	Período corrente			Períodos anteriores	Período corrente
		Despesas Correntes											
1	522	Despesas com o pessoal	0,00	606.361,89	0,00	606.361,89	606.361,89	0,00	606.361,89	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	522	Remunerações certas e permanentes	0,00	606.361,89	0,00	606.361,89	606.361,89	0,00	606.361,89	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	522	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	606.361,89	0,00	606.361,89	606.361,89	0,00	606.361,89	0,00	0,00	0,00%	100,00%
1	522	Outras despesas correntes	0,00	9.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	522	Diversas	0,00	9.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	522	Outras	0,00	9.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
1	522	IVA	0,00	9.671,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
		Total das Despesas Correntes	0,00	616.060,00	0,00	606.361,89	606.361,89	0,00	606.361,89	0,00	0,00	0,00%	96,43%
		Total Fonte Fin. 522	0,00	616.060,00	0,00	606.361,89	606.361,89	0,00	606.361,89	0,00	0,00	0,00%	96,43%
		Total Orgânica 1	597.633,75	23.671.015,00	42.244,00	21.399.023,09	21.330.471,56	581.612,39	20.768.899,17	68.551,53	0,00	2,46%	87,66%
		Total Geral (Despesas Correntes)	596.970,64	23.377.764,00	42.244,00	21.240.336,62	21.172.895,29	580.949,30	20.591.945,99	67.641,33	0,00	86,08%	96,09%
		Total Geral (Despesas Capital)	663,09	293.231,00	0,00	158.486,47	157.576,27	663,09	156.915,18	910,20	0,00	53,51%	93,51%
		Total Geral	597.633,75	23.671.015,00	42.244,00	21.399.023,09	21.330.471,56	581.612,39	20.748.899,17	68.551,53	0,00	2,46%	87,66%

O Responsável

Em 23 de julho de 2020

Paulo José Bekisz Ruzado

O Conselho de Administração

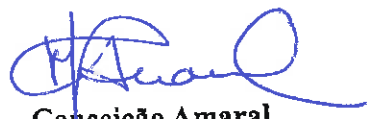
Em 23 de julho de 2020


Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

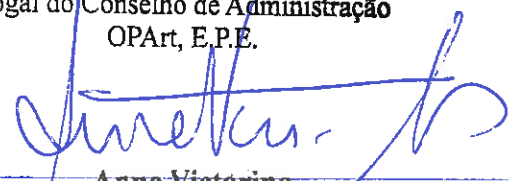
Exercício: 2019
Lançamento: 000

RUBRICA	RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS AUÍCIOS		
	Saldo de gestão anterior							
	Operações orçamentais [1]	616.060,44	450.278,48	0,00	0,00	0,00	1.066.338,90	270.061,57
	Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Operações de tesouraria [A]					0,00	0,00	0,00
	Receta corrente							
R1	Receta Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5	Transferências e subsídios correntes	335.850,71	18.972.179,18	0,00	0,00	0,00	19.308.029,89	19.967.480,04
R5.1	Transferências correntes	335.850,71	18.972.179,18	0,00	0,00	0,00	19.308.029,89	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	56.766,33	18.972.179,18	0,00	0,00	0,00	19.028.945,51	18.726.480,04
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	18.772.179,18	0,00	0,00	0,00	18.772.179,18	17.559.890,04
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	54.266,33	200.000,00	0,00	0,00	0,00	254.266,33	2.167.100,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00
R5.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	279.084,38	0,00	0,00	0,00	0,00	279.084,38	240.500,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1.176.713,35	0,00	0,00	0,00	0,00	1.176.713,35	1.371.766,47
R7	Outras Receltas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receta de Capital							
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central - outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receltas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receta efetiva [2]	1.512.564,06	18.972.179,18	0,00	0,00	0,00	20.484.743,24	21.399.196,51
	Receta não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R12	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	1.512.564,06	18.972.179,18	0,00	0,00	0,00	21.551.082,14	21.609.898,08
	Recebimentos de operações de tesouraria [8]					0,00	0,00	316.304,56

Comitê Público
Fanco José Belizê Puzos


Conceição Amaral
Presidente do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.


Alexandre Santos
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

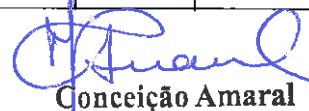

Anne Victorino
Vogal do Conselho de Administração
OPArt, E.P.E.

Demonstração Desempenho Orçamental (Abertura até Dezembro)

Exercício: 2019
 Lançamento: 000

RUBRICA	PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (R)					TOTAL	N-1
		RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS		
Despesa corrente								
D1	Despesas com o pessoal	699.921,77	15.260.606,76	0,00	0,00	0,00	15.960.528,53	14.795.367,89
D1.1	Remunerações certas e permanentes	699.921,77	11.626.644,98	0,00	0,00	0,00	12.326.566,75	11.372.898,71
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,00	463.672,04	0,00	0,00	0,00	463.672,04	422.722,37
D1.3	Segurança social	0,00	3.170.289,74	0,00	0,00	0,00	3.170.289,74	2.999.708,81
D2	Aquisição de bens e serviços	1.290.667,21	2.670.295,85	0,00	0,00	0,00	3.960.963,06	3.720.852,87
D3	Juros e outros encargos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537,78
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	1.251.403,70	0,00	0,00	0,00	1.251.403,70	1.900.205,62
D6	Aquisição de bens de capital	118.775,58	38.800,68	0,00	0,00	0,00	157.576,27	186.635,02
Despesa de Capital								
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]		2.109.364,56	19.221.107,00	0,00	0,00	0,00	21.330.471,56	
Despesa não efetiva [6]		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
D9	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D10	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Soma [7]=[5]+[6]		2.109.364,56	19.221.107,00	0,00	0,00	0,00	21.330.471,56	
Pagamentos de operações de tesouraria [C]						0,00	0,00	
Saldos para gerência seguinte								
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]		19.259,94	201.350,64	0,00	0,00	0,00	220.610,58	1.066.338,90
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]							0,00	316.304,56
Saldo global [2]-[5]		-596.800,50	-248.927,82	0,00	0,00	0,00	-845.728,32	795.677,83
Despesa primária		2.109.364,56	19.221.107,00	0,00	0,00	0,00	21.330.471,56	20.542.983,40
Saldo corrente		-596.800,50	-248.927,82	0,00	0,00	0,00	-845.728,32	982.332,95
Saldo de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-186.635,02
Saldo primário		-596.800,50	-248.927,82	0,00	0,00	0,00	-845.728,32	796.215,11
Receita total [1]+[2]+[3]		2.128.624,50	19.422.457,64	0,00	0,00	0,00	21.551.082,14	21.609.838,08
Despesa total [5]+[6]		2.109.364,56	19.221.107,00	0,00	0,00	0,00	21.330.471,56	20.543.539,18

Contabilista Público
 Faizco José Belista Ruza


 Conceição Amaral

Presidente do Conselho de Administração

OPArt, E.P.E.


 Alexandre Santos

Vogal do Conselho de Administração
 OPArt, E.P.E.


 Anne Victorino

Vogal do Conselho de Administração
 OPArt, E.P.E.

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019
Lançamentos: <TODOS>

(Valores em EUR)

Origem	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Previsões Iniciais	Receita			Previsões Corrigidas	Observações
		Atividade	Programa	Económica			Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	313	000	009036		Funcionamento normal	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
1	313	000	009036	16	Saldo da gerência anterior	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
1	313	000	009036	1601	Saldo orçamental	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
1	313	000	009036	160101	Na posse do serviço	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
					Total das Receitas de Capital	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
					Total Atividade 000	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
					Total Fonte Fin. 313	0,00	450.278,46	0,00	0,00	450.278,46	
1	318	000	009036	06	Transferências correntes	20.011.851,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
1	318	000	009036	0603	Administrações central	20.011.851,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
1	318	000	009036	060301	Estado	20.011.851,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
					Total das Receitas Correntes	20.011.851,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
					Total Atividade 000	60.035.593,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
					Total Fonte Fin. 318	20.011.851,00	0,00	0,00	0,00	20.011.851,00	
1	319	000	009036	06	Transferências correntes	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
1	319	000	009036	0603	Administrações central	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
1	319	000	009036	060307	Serviços e Fundos Autónomos	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
					Total das Receitas Correntes	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
					Total Atividade 000	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
					Total Fonte Fin. 319	0,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	
1	513	000	009036	06	Transferências correntes	250.000,00	222.867,00	52.500,00	0,00	420.367,00	
1	513	000	009036	0601	Sociedades e quase soc. não financeiras	0,00	166.100,00	0,00	0,00	166.100,00	
1	513	000	009036	060102	Privadas	0,00	166.100,00	0,00	0,00	166.100,00	
1	513	000	009036	0603	Administrações central	0,00	54.267,00	0,00	0,00	54.267,00	
1	513	000	009036	060307	Serviços e Fundos Autónomos	0,00	54.267,00	0,00	0,00	54.267,00	
1	513	000	009036	0605	Administração local	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	
1	513	000	009036	060501	Contínua	0,00	2.500,00	0,00	0,00	2.500,00	

Alterações Orçamentais da Receita - de Abertura a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>
 Classificação

(Valores em EUR)

Orgânica	Fonte Fin.	Atividade	Programa	Económica	Descrição	Recursos				Previsões Corrigidas	Observações
						Previsões Iniciais	Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais/ Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	513	000	009036	0607	Instituições s/ fins lucrativos	250.000,00	0,00	52.500,00	0,00	197.500,00	
1	513	000	009036	060701	Instituições s/ fins lucrativos	250.000,00	0,00	52.500,00	0,00	197.500,00	
1	513	000	009036	07	Venda de bens e serviços correntes	2.142.826,00	0,00	170.867,00	0,00	1.972.459,00	
1	513	000	009036	0701	Venda de bens	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
1	513	000	009036	070108	Mercadorias	12.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00	
1	513	000	009036	0702	Serviços	2.130.826,00	0,00	170.867,00	0,00	1.960.459,00	
1	513	000	009036	070208	Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	1.549.120,00	0,00	0,00	0,00	1.549.120,00	
1	513	000	009036	070299	Outros	581.706,00	0,00	170.867,00	0,00	411.339,00	
					Total das Receitas Correntes	2.392.826,00	222.867,00	222.867,00	0,00	2.392.826,00	
					Total Atividade 000	7.178.478,00	222.867,00	222.867,00	0,00	2.392.826,00	
					Total Fonte Fin. 513	2.392.826,00	222.867,00	222.867,00	0,00	2.392.826,00	
					Receitas de Capital						
1	522	000	009036	16	Saldo de gestão anterior	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
1	522	000	009036	1601	Saldo orçamental	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
1	522	000	009036	160101	Na posse do serviço	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
					Total das Receitas de Capital	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
					Total Atividade 000	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
					Total Fonte Fin. 522	0,00	616.060,44	0,00	0,00	616.060,44	
					Total Orgânica 1	22.404.677,00	1.489.205,90	222.867,00	0,00	23.671.015,90	
					Total Geral (Receitas Correntes)	22.404.677,00	422.867,00	222.867,00	0,00	22.604.677,00	
					Total Geral (Receitas Capitais)	0,00	1.066.338,90	0,00	0,00	1.066.338,90	
					Total Geral	22.404.677,00	1.489.205,90	222.867,00	0,00	23.671.015,90	

O Responsável
 Em 23 de Julho de 2020

O Conselho de Administração

Em 23 de Julho de 2020

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>
 (Valores: €)

Orgânica	Fonte Fm.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Despesa				Dotações Corrigidas	Observações	
		Atividade	Programa	Económica			Alterações Orçamentais						
							Inscrições/ Retiradas	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais				
1	313	106	009036		Funcionamento normal								
					Despesas Correntes								
1	313	106	009036	02	Aquisição de bens e serviços	0,00	251.390,00	111.390,00	0,00	150.000,00			
1	313	106	009036	0201	Aquisição de bens	0,00	2.675,00	17,00	0,00	2.658,00			
1	313	106	009036	020108	Material de escritório	0,00	359,00	0,00	0,00	359,00			
1	313	106	009036	020108CO	Material de escritório	0,00	359,00	0,00	0,00	359,00			
1	313	106	009036	020117	Ferramentas e utensílios	0,00	300,00	17,00	0,00	283,00			
1	313	106	009036	020121	Outros bens	0,00	2.016,00	0,00	0,00	2.016,00			
1	313	106	009036	0202	Aquisição de serviços	0,00	258.715,00	111.373,00	0,00	147.342,00			
1	313	106	009036	020203	Conservação de bens	0,00	19.134,00	68,00	0,00	19.066,00			
1	313	106	009036	020208	Locação de outros bens	0,00	55.000,00	15.000,00	0,00	40.000,00			
1	313	106	009036	020209	Comunicações	0,00	147,00	0,00	0,00	147,00			
1	313	106	009036	020209FO	Comunicações	0,00	147,00	0,00	0,00	147,00			
1	313	106	009036	020210	Transportes	0,00	12.415,00	0,00	0,00	12.415,00			
1	313	106	009036	020213	Deslocações e estadas	0,00	2.490,00	1.249,00	0,00	1.241,00			
1	313	106	009036	020217	Publicidade	0,00	3.752,00	0,00	0,00	3.752,00			
1	313	106	009036	020217CO	Publicidade	0,00	3.752,00	0,00	0,00	3.752,00			
1	313	106	009036	020218	Vigilância e segurança	0,00	67,00	0,00	0,00	67,00			
1	313	106	009036	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	497,00	0,00	0,00	497,00			
1	313	106	009036	020220	Outros trabalhos especializados	0,00	497,00	0,00	0,00	497,00			
1	313	106	009036	020220EO	Outros serviços	0,00	165.213,00	95.056,00	0,00	70.157,00			
1	313	106	009036	020225	Outras despesas correntes	0,00	300.278,00	0,00	0,00	300.278,00			
1	313	106	009036	06	Diversas	0,00	300.278,00	0,00	0,00	300.278,00			
1	313	106	009036	0602	Outros	0,00	300.278,00	0,00	0,00	300.278,00			
1	313	106	009036	060205	IVA	0,00	300.278,00	0,00	0,00	300.278,00			
					Total das Despesas Correntes	0,00	561.668,00	111.390,00	0,00	450.278,00			
					Total Atividade 106	0,00	561.668,00	111.390,00	0,00	450.278,00			
					Total Fonte Fm. 313	0,00	561.668,00	111.390,00	0,00	450.278,00			
1	318	106	009036	01	Despesas Correntes								
1	318	106	009036	0101	Despesas com o pessoal	15.536.692,00	853.251,00	1.109.251,00	0,00	15.280.692,00			
1	318	106	009036	0101	Remunerações certas e permanentes	12.120.383,00	497.986,00	983.820,00	0,00	11.642.849,00			
1	318	106	009036	010102	Órgãos sociais	159.076,00	21.828,00	6.042,00	0,00	174.862,00			
1	318	106	009036	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	7.299.412,00	371.425,00	299.283,00	0,00	7.401.554,00			

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
		Atividade	Programa	Económica			Inscrições/ Retornos	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	318	106	009036	010106	Pessoal contratado a termo	1.441.884,00	69.000,00	280.749,00	0,00	1.250.135,00	
1	318	106	009036	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	128.723,00	0,00	19.169,00	0,00	109.554,00	
1	318	106	009036	010109	Pessoal em qualquer outra situação	128.635,00	4.500,00	55.271,00	0,00	77.864,00	
1	318	106	009036	010111	Representação	87.966,00	0,00	13.837,00	0,00	74.129,00	
1	318	106	009036	010112	Suplementos e prémios	847.994,00	28.785,00	100.514,00	0,00	776.245,00	
1	318	106	009036	010118	Subsídio de refeição	464.350,00	0,00	91.079,00	0,00	373.272,00	
1	318	106	009036	010114	Subsídio de férias e de Natal	1.571.343,00	1.768,00	167.877,00	0,00	1.405.234,00	
1	318	106	009036	010114SF	Subsídio de férias	786.184,00	0,00	68.853,00	0,00	717.331,00	
1	318	106	009036	010114SN	Subsídio de Natal	785.159,00	1.768,00	99.024,00	0,00	687.903,00	
1	318	106	009036	0102	Abonos variáveis ou eventuais	377.535,00	163.470,00	74.074,00	0,00	466.931,00	
1	318	106	009036	010202	Horas extraordinárias	130.000,00	0,00	34.352,00	0,00	95.648,00	
1	318	106	009036	010204	Ajudas de custo	46.135,00	25.386,00	0,00	0,00	71.521,00	
1	318	106	009036	010205	Abono pª faltas	4.106,00	0,00	0,00	0,00	4.106,00	
1	318	106	009036	010212	Indemnizações por cessação de funções	156.974,00	138.084,00	0,00	0,00	285.058,00	
1	318	106	009036	010213	Outros suplementos e prémios	40.320,00	0,00	39.722,00	0,00	598,00	
1	318	106	009036	010219PD	Prémios de desemprego	40.320,00	0,00	39.722,00	0,00	598,00	
1	318	106	009036	0103	Segurança social	3.029.774,00	197.485,00	51.357,00	0,00	3.170.912,00	
1	318	106	009036	010305	Contribuições pª a segurança social	2.766.398,00	179.768,00	24.227,00	0,00	2.921.989,00	
1	318	106	009036	010305A000	Caixa Geral de Aposentações	16.369,00	14.275,00	0,00	0,00	30.644,00	
1	318	106	009036	010305A000	Segurança Social	2.750.029,00	165.493,00	24.227,00	0,00	2.891.295,00	
1	318	106	009036	010309	Seguros	269.376,00	12.727,00	27.130,00	0,00	248.973,00	
1	318	106	009036	02	Aquisição de bens e serviços	2.567.159,00	650.723,00	402.954,00	0,00	2.815.928,00	
1	318	106	009036	0201	Aquisição de bens	67.652,00	69.695,00	4.645,00	0,00	132.702,00	
1	318	106	009036	020105	Alimentação-Refeições contacionadas	0,00	2.205,00	0,00	0,00	2.205,00	
1	318	106	009036	020108	Material de escritório	5.467,00	0,00	2.440,00	0,00	3.027,00	
1	318	106	009036	020108C0	Material de escritório	5.467,00	0,00	2.440,00	0,00	3.027,00	
1	318	106	009036	020117	Ferramentas e utensílios	19.526,00	0,00	200,00	0,00	19.326,00	
1	318	106	009036	020121	Outros bens	42.659,00	67.490,00	2.005,00	0,00	108.144,00	
1	318	106	009036	0202	Aquisição de serviços	2.500.507,00	581.028,00	398.309,00	0,00	2.683.226,00	
1	318	106	009036	020201	Encargos das instalações	377.506,00	8,00	53.613,00	0,00	323.901,00	
1	318	106	009036	020201B0	Encargos das instalações	377.506,00	8,00	53.613,00	0,00	323.901,00	
1	318	106	009036	020202	Limpeza e higiene	123.461,00	21.500,00	0,00	0,00	144.961,00	
1	318	106	009036	020203	Conservação de bens	172.597,00	36.900,00	19.508,00	0,00	189.989,00	
1	318	106	009036	020204	Locação de edifícios	168.264,00	34.336,00	33.822,00	0,00	168.778,00	
1	318	106	009036	020204C0	Locação de edifícios	168.264,00	34.336,00	33.822,00	0,00	168.778,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

Orgânica	Fonte Fín.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
		Atividade	Programa	Económica			Alterações Orçamentais				
							Inscrições/ Retiros	Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	318	106	009036	020208	Locação de outros bens	137.877,00	80.000,00	84.981,00	0,00	132.691,00	
1	318	106	009036	020209	Comunicações	0,00	17.400,00	0,00	0,00	17.400,00	
1	318	106	009036	020209CO	Comunicações	0,00	17.400,00	0,00	0,00	17.400,00	
1	318	106	009036	020210	Transportes	29.301,00	17.000,00	0,00	0,00	46.301,00	
1	318	106	009036	020211	Representação dos serviços	3.810,00	0,00	0,00	0,00	3.810,00	
1	318	106	009036	020212	Seguros	28.807,00	0,00	5.871,00	0,00	22.936,00	
1	318	106	009036	02021280	Seguros	28.807,00	0,00	5.871,00	0,00	22.936,00	
1	318	106	009036	020213	Deslocações e estadas	33.992,00	19.520,00	0,00	0,00	53.512,00	
1	318	106	009036	020217	Publicidade	93.107,00	0,00	26.500,00	0,00	66.607,00	
1	318	106	009036	020217CO	Publicidade	93.107,00	0,00	26.500,00	0,00	66.607,00	
1	318	106	009036	020218	Vigilância e segurança	176.964,00	59.000,00	40.000,00	0,00	195.964,00	
1	318	106	009036	020220	Outros trabalhos especializados	110.220,00	135.800,00	81.400,00	0,00	164.620,00	
1	318	106	009036	020220CO	Outros trabalhos especializados	110.220,00	135.800,00	81.400,00	0,00	164.620,00	
1	318	106	009036	020224	Encargos de cobrança de receitas	0,00	2.564,00	2.564,00	0,00	0,00	
1	318	106	009036	020225	Outros serviços	1.044.805,00	157.000,00	50.050,00	0,00	1.151.755,00	
1	318	106	009036	06	Outras despesas correntes	1.885.000,00	264.123,00	274.123,00	0,00	1.875.000,00	
1	318	106	009036	0602	Diversas	1.885.000,00	264.123,00	274.123,00	0,00	1.875.000,00	
1	318	106	009036	062001	Impostos e taxas	0,00	109.156,00	0,00	0,00	109.156,00	
1	318	106	009036	062003	Outras	1.885.000,00	154.967,00	274.123,00	0,00	1.765.844,00	
1	318	106	009036	062030	IVA	1.885.000,00	154.967,00	274.123,00	0,00	1.765.844,00	
1	318	106	012036	01	Despesas com o pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	318	106	012036	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	318	106	012036	010114	Subsídio de férias e de Natal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	318	106	012036	06	Outras despesas correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1	318	106	012036	0602	Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
					Total das Despesas Correntes	19.989.851,00	1.768.087,00	1.786.332,00	0,00	19.971.620,00	
					Despesas de Capital						
1	318	106	009036	07	Aquisição de bens de capital	22.000,00	21.149,00	2.918,00	0,00	40.231,00	
1	318	106	009036	0701	Investimentos	22.000,00	21.149,00	2.918,00	0,00	40.231,00	
1	318	106	009036	070107	Equipamento de informática	5.000,00	178,00	0,00	0,00	5.178,00	
1	318	106	009036	07010700CO	Equipamento de informática	5.000,00	178,00	0,00	0,00	5.178,00	
1	318	106	009036	070108	Software informático	1.000,00	19.704,00	842,00	0,00	19.862,00	
1	318	106	009036	07010800	Software informático	1.000,00	19.704,00	842,00	0,00	19.862,00	
1	318	106	009036	070109	Equipamento administrativo	1.000,00	0,00	603,00	0,00	397,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Orgânica	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Compiladas	Observações
		Atividade	Programa	Económica			Inscrições/ Reforços	Alterações Orçamentais Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	318	106	009036	0702098680	Equipamento administrativo	1.000,00	0,00	603,00	0,00	397,00	
1	318	106	009036	070210	Equipamento básico	15.000,00	0,00	1.475,00	0,00	13.527,00	
1	318	106	009036	0702100080	Equipamento básico	15.000,00	0,00	1.475,00	0,00	13.527,00	
1	318	106	009036	070215	Outros investimentos	0,00	1.267,00	0,00	0,00	1.267,00	
					Total das Despesas de Capital	22.000,00	21.267,00	2.080,00	0,00	40.347,00	
					Total Atividade 106	20.011.851,00	1.789.246,00	1.789.246,00	0,00	20.011.851,00	
					Total Fonte Fin. 318	20.011.851,00	1.789.246,00	1.789.246,00	0,00	20.011.851,00	
					Despesas Correntes						
1	319	106	009036	02	Aquisição de bens e serviços	0,00	38.099,00	38.099,00	200.000,00	200.000,00	
1	319	106	009036	0201	Aquisição de bens	0,00	155,00	5.000,00	40.000,00	35.155,00	
1	319	106	009036	020102	Combustíveis e lubrificantes	0,00	41,00	0,00	0,00	41,00	
1	319	106	009036	020121	Outros bens	0,00	114,00	5.000,00	40.000,00	35.114,00	
1	319	106	009036	0202	Aquisição de serviços	0,00	37.944,00	33.099,00	160.000,00	164.845,00	
1	319	106	009036	020206	Locação de outros bens	0,00	0,00	25.290,00	60.000,00	34.710,00	
1	319	106	009036	020210	Transportes	0,00	7.380,00	0,00	0,00	7.380,00	
1	319	106	009036	020213	Deslocações e estadas	0,00	184,00	147,00	0,00	37,00	
1	319	106	009036	020217	Publicidade	0,00	90,00	0,00	0,00	90,00	
1	319	106	009036	020217C0	Publicidade	0,00	90,00	0,00	0,00	90,00	
1	319	106	009036	020225	Outros serviços	0,00	30.290,00	7.662,00	100.000,00	132.628,00	
					Total das Despesas Correntes	0,00	38.099,00	38.099,00	200.000,00	200.000,00	
					Total Atividade 106	0,00	38.099,00	38.099,00	200.000,00	200.000,00	
					Total Fonte Fin. 319	0,00	38.099,00	38.099,00	200.000,00	200.000,00	
					Despesas Correntes						
1	513	106	009036	01	Despesas com o pessoal	95.000,00	95.000,00	95.000,00	0,00	95.000,00	
1	513	106	009036	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	95.000,00	0,00	0,00	95.000,00	
1	513	106	009036	010112	Suplementos e prémios	0,00	59.000,00	0,00	0,00	59.000,00	
1	513	106	009036	010113	Subsídio de refeição	0,00	36.000,00	0,00	0,00	36.000,00	
1	513	106	009036	0102	Abonos variáveis ou eventuais	95.000,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	
1	513	106	009036	010212	Indemnizações por cessação de funções	95.000,00	0,00	95.000,00	0,00	0,00	
1	513	106	009036	02	Aquisição de bens e serviços	2.003.180,00	321.153,00	321.153,00	0,00	2.003.180,00	
1	513	106	009036	0201	Aquisição de bens	108.474,00	74.091,00	17.720,00	0,00	164.845,00	
1	513	106	009036	0202	Combustíveis e lubrificantes	6.132,00	0,00	2.185,00	0,00	3.947,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Origem	Fonte Fin.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Dotações			Observações
		Atividade	Programa	Económica			Alterações Orçamentais			
							Inscritas/ Retropos	Diminuídas/ Anulações	Créditos Especiais	
1	513	106	009036	020304	Limpeza e higiene	9.840,00	0,00	1.450,00	0,00	8.390,00
1	513	106	009036	020305	Alimentação-Refeições confeccionadas	0,00	4.845,00	0,00	0,00	4.845,00
1	513	106	009036	020308	Material de escritório	9.293,00	950,00	0,00	0,00	10.243,00
1	513	106	009036	020308CO	Material de escritório	9.293,00	950,00	0,00	0,00	10.243,00
1	513	106	009036	020316	Mercadorias para a venda	20.000,00	0,00	13.400,00	0,00	6.600,00
1	513	106	009036	020317	Ferramentas e utensílios	11.224,00	12.685,00	0,00	0,00	23.909,00
1	513	106	009036	020318	Livros e documentação técnica	185,00	0,00	185,00	0,00	0,00
1	513	106	009036	020321	Outros bens	51.800,00	55.811,00	500,00	0,00	107.111,00
1	513	106	009036	020322	Aquisição de serviços	1.894.705,00	247.062,00	303.433,00	0,00	1.898.335,00
1	513	106	009036	020301	Encargos das instalações	15.900,00	115.000,00	0,00	0,00	130.900,00
1	513	106	009036	020301B0	Encargos das instalações	15.900,00	115.000,00	0,00	0,00	130.900,00
1	513	106	009036	020303	Conservação de bens	150.004,00	1.700,00	4.000,00	0,00	147.704,00
1	513	106	009036	020304	Locação de edifícios	6.600,00	11.070,00	0,00	0,00	17.670,00
1	513	106	009036	020304CO	Locação de edifícios	6.600,00	11.070,00	0,00	0,00	17.670,00
1	513	106	009036	020306	Locação de material de transporte	7.800,00	0,00	7.549,00	0,00	251,00
1	513	106	009036	020308	Locação de outros bens	166.333,00	0,00	120.957,00	0,00	45.376,00
1	513	106	009036	020309	Comunicações	44.465,00	5.093,00	8.368,00	0,00	41.590,00
1	513	106	009036	020309A0	Comunicações	1.845,00	5.193,00	0,00	0,00	7.038,00
1	513	106	009036	020308CO	Comunicações	15.990,00	0,00	7.499,00	0,00	8.497,00
1	513	106	009036	020309B0	Comunicações	14.760,00	300,00	0,00	0,00	15.060,00
1	513	106	009036	020309FO	Comunicações	11.870,00	0,00	875,00	0,00	10.995,00
1	513	106	009036	020310	Transportes	38.443,00	10.000,00	0,00	0,00	48.443,00
1	513	106	009036	020311	Representação dos serviços	2.190,00	1.533,00	0,00	0,00	3.723,00
1	513	106	009036	020312	Seguros	6.320,00	672,00	1.024,00	0,00	5.968,00
1	513	106	009036	020317B0	Seguros	6.320,00	672,00	1.024,00	0,00	5.968,00
1	513	106	009036	020313	Deslocações e estadas	26.596,00	70.000,00	0,00	0,00	96.596,00
1	513	106	009036	020315	Formação	0,00	2.594,00	0,00	0,00	2.594,00
1	513	106	009036	020317	Publicidade	76.497,00	0,00	10.120,00	0,00	66.377,00
1	513	106	009036	020317CO	Publicidade	76.497,00	0,00	10.120,00	0,00	66.377,00
1	513	106	009036	020318	Vigilância e segurança	18.406,00	26.000,00	0,00	0,00	44.406,00
1	513	106	009036	020320	Outros trabalhos especializados	183.282,00	3.000,00	19.500,00	0,00	166.782,00
1	513	106	009036	020320A0CO	Outros trabalhos especializados	19.711,00	0,00	17.000,00	0,00	2.711,00
1	513	106	009036	020320B0	Outros trabalhos especializados	163.571,00	3.000,00	2.500,00	0,00	169.071,00
1	513	106	009036	020322	Serviços de saúde	26.600,00	0,00	3.000,00	0,00	23.600,00
1	513	106	009036	020322A0	Outros	26.600,00	0,00	3.000,00	0,00	23.600,00

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2019

Lançamento: <TODOS>

(Valores em R\$)

Origem	Fonte Fín.	Classificação			Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
		Atividade	Programa	Económica			Inscritos/ Reversos	Alterações Organismat. Diminuições/ Anulações	Créditos Especiais		
1	513	106	090936	020224	Encargos de cobrança de receitas	31.365,00	0,00	0,00	0,00	31.365,00	
1	513	106	090936	020225	Outros serviços	1.093.905,00	0,00	128.915,00	0,00	964.990,00	
1	513	106	090936	06	Outras despesas correntes	41.646,00	0,00	0,00	0,00	41.646,00	
1	513	106	090936	0602	Diversas	41.646,00	0,00	0,00	0,00	41.646,00	
1	513	106	090936	060203	Outras	41.646,00	0,00	0,00	0,00	41.646,00	
1	513	106	090936	06020310	Outras	41.646,00	0,00	0,00	0,00	41.646,00	
					Total das Despesas Correntes	2.139.826,00	416.153,00	416.153,00	0,00	2.139.826,00	
					Despesas de Capital						
1	513	106	090936	07	Aquisição de bens de capital	253.000,00	158.254,00	158.254,00	0,00	253.000,00	
1	513	106	090936	0701	Investimentos	253.000,00	158.254,00	158.254,00	0,00	253.000,00	
1	513	106	090936	070105	Edifícios	200.000,00	0,00	157.160,00	0,00	42.840,00	
1	513	106	090936	070105000	Conservação e reparação	200.000,00	0,00	157.160,00	0,00	42.840,00	
1	513	106	090936	070107	Equipamento de informática	10.000,00	71.000,00	787,00	0,00	80.213,00	
1	513	106	090936	070107000	Equipamento de informática	10.000,00	71.000,00	787,00	0,00	80.213,00	
1	513	106	090936	070108	Software Informático	4.000,00	625,00	0,00	0,00	4.625,00	
1	513	106	090936	070108000	Software Informático	4.000,00	625,00	0,00	0,00	4.625,00	
1	513	106	090936	070109	Equipamento administrativo	4.000,00	0,00	307,00	0,00	3.693,00	
1	513	106	090936	070109000	Equipamento administrativo	4.000,00	0,00	307,00	0,00	3.693,00	
1	513	106	090936	070110	Equipamento básico	35.000,00	86.629,00	0,00	0,00	121.629,00	
1	513	106	090936	070109000	Equipamento básico	35.000,00	86.629,00	0,00	0,00	121.629,00	
					Total das Despesas de Capital	253.000,00	158.254,00	158.254,00	0,00	253.000,00	
					Total Atividade 106	2.392.826,00	574.407,00	574.407,00	0,00	2.392.826,00	
					Total Fonte Fín. 513	2.392.826,00	574.407,00	574.407,00	0,00	2.392.826,00	
					Despesas Correntes						
1	522	106	090936	01	Despesas com o pessoal	0,00	606.389,00	0,00	0,00	606.389,00	
1	522	106	090936	0101	Remunerações certas e permanentes	0,00	606.389,00	0,00	0,00	606.389,00	
1	522	106	090936	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trabalho	0,00	606.389,00	0,00	0,00	606.389,00	
1	522	106	090936	06	Outras despesas correntes	0,00	616.060,00	606.389,00	0,00	9.671,00	
1	522	106	090936	0602	Diversas	0,00	616.060,00	606.389,00	0,00	9.671,00	
1	522	106	090936	060203	Outras	0,00	616.060,00	606.389,00	0,00	9.671,00	
1	522	106	090936	06020310	IVA	0,00	616.060,00	606.389,00	0,00	9.671,00	
					Total das Despesas Correntes	0,00	1.222.449,00	606.389,00	0,00	616.060,00	
					Total Atividade 106	0,00	1.222.449,00	606.389,00	0,00	616.060,00	

Alterações Orçamentais da Despesa - de Janeiro a Dezembro

Exercício: 2019
 Lançamento: <TODOS>

(Valores em €)

Orgânica	Classificação		Descrição	Dotações Iniciais	Despesa			Dotações Corrigidas	Observações
	Fonte Fin.	Atividade			Programa	Ezendónica	Inscrições/ Reforços		
			Total Fonte Fin. 522	0,00	1.223.449,00	606.389,00	0,00	616.060,00	
			Total Orgânica 1	22.404.677,00	4.185.869,00	3.119.531,00	200.000,00	23.671.015,00	
			Total Geral (Despesas Correntes)	22.129.677,00	4.006.466,00	2.958.359,00	200.000,00	23.377.784,00	
			Total Geral (Despesas Capitul)	275.000,00	179.403,00	161.172,00	0,00	293.231,00	
			Total Geral	22.404.677,00	4.185.869,00	3.119.531,00	200.000,00	23.671.015,00	

O Responsável

Paulo José Belksh Soares
 Em 28 de julho de 2020

O Conselho de Administração

Paulo José Belksh Soares
 Em 23 de julho de 2020



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 dezembro de 2019 (que evidencia um total de 1.158.643 euros e um total de património líquido negativo de 2.541.461 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 697.779 euros), a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção "Base para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

O **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, não dispõe de um cadastro atualizado de todos os bens do ativo fixo tangível, pelo que não temos condições que nos permitam concluir com segurança elevada sobre a razoabilidade das respetivas quantias registadas no Ativo, por força de erros ou distorções geradas por eventuais divergências entre a existência física e o registo contabilístico. Ainda assim, convém ter presente que os serviços dispõem de suportes documentais para todas as aquisições ocorridas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Incerteza material relacionada com a continuidade

Tal como referido nas notas anexas às demonstrações financeiras, o **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE** prepara as demonstrações financeiras no pressuposto da continuidade. O pressuposto da continuidade implica que a Entidade dispõe de recursos adequados para manter as atividades e que o órgão de gestão não tem intenção de cessar as atividades no curto prazo.

Com base no nosso trabalho, apesar de o património líquido em 31 de dezembro de 2019 ser negativo, a circunstância de estarmos perante uma unidade do Estado, tutelada pelo Ministério da Cultura e pelo Ministério das Finanças, determina que, por definição, se assuma estar assegurado o financiamento público das atividades, razão pela qual não temos conhecimento de que, por motivo de falta de financiamento ou outro, exista qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades.

Adicionalmente, tal como referido na nota 18 do anexo às demonstrações financeiras, considerando a situação de subfinanciamento crónico com que a Entidade se tem deparado, os membros do governo responsáveis pela área das finanças e da cultura, decidiram em 2016 converter em Património/Capital um empréstimo concedido pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no valor de 900.000 euros, acrescido dos juros vencidos, no valor global de 935.891 euros, operação que ainda não foi concretizada, devido ao seu registo na conservatório comercial estar dependente da aprovação por parte da tutela das contas do **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, referentes aos exercícios de 2017 e seguintes.

Com a concretização desta operação, o património líquido em 31 de dezembro de 2019 terá a expressão negativa de 1.605.571 euros.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 30 do anexo, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia designada por COVID-19, provocada pelo novo coronavírus SARS-CoV-2. É de admitir que a continuação da evolução desfavorável no ambiente económico traga no futuro próximo um agravamento de fatores que influenciem diretamente a atividade desenvolvida pelo **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, com reflexos na sua situação económica e financeira, não sendo neste momento possível fazer uma quantificação rigorosa desses impactos potenciais.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O conselho de administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP);
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho Diretivo;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Diretivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Entidade que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 21.551.082 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 21.330.471 euros).

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre o relatório de boas práticas de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 54.º, n.º 2, do Decreto-lei n.º 133/2013, somos de parecer que o Relatório de Boas Práticas de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade, nos termos previstos no capítulo II daquele diploma legal, não tendo sido identificadas incorreções materiais divulgadas no mesmo.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Sobre o princípio da unidade de tesouraria do Estado

Conforme divulgado no balanço e na nota 1 do Anexo às Demonstrações financeiras dos Fluxos de Caixa, em termos de cumprimento das obrigações legais do Relato, a Entidade apresenta, em 31 de dezembro de 2019, um total de 220.611 euros de caixa e depósitos, das quais 160.691 euros (72,8%), no IGCP, 8.090 euros (3,7%) de depósitos à ordem em bancos, e 51.830 euros (23,4%) na sua tesouraria/ caixa.

Lisboa, em 24 de julho de 2020

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC e registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC e registo n.º 20160277 na CMVM)



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ex.ma Senhora Ministra da Cultura

Ex.mo Senhor Ministro das Finanças

No cumprimento do mandato que V.Ex.^{as} nos conferiram e no desempenho das nossas funções, acompanhamos no exercício de 2019 a atividade da **OPART – Organismo de Produção Artística, EPE**, em consequência do que vimos emitir o nosso relatório e parecer respeitante aos documentos de prestação de contas respetivos apresentados pelo Conselho de Administração, os quais compreendem, além do Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A atividade por nós desenvolvida relativamente ao exercício de 2019, envolveu a aplicação dos procedimentos técnicos de fiscalização, dos quais destacamos:

- a) A apreciação, numa base de amostragem, dos registos, movimentos e saldos da contabilidade, aplicando testes de auditoria apropriados;
- b) A verificação do cumprimento dado às obrigações de carácter legal, especialmente no que respeita às exigências em matéria fiscal e parafiscal;
- c) A tomada de conhecimento dos aspetos fundamentais dos negócios sociais, através de contactos com o Conselho de Administração e serviços do OPART;
- d) Observância dos normativos legais e estatutários, designadamente nas orientações legais em vigor para o setor empresarial do Estado, nomeadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2019, e assim como o cumprimento das exigências constantes no n.º 1 do artigo 54.º do Decreto-lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, acerca da apresentação do relatório de boas práticas do governo societário;
- e) A revisão dos Documentos de Prestação de Contas, incluindo o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração de fluxos de caixa, e o correspondente Anexo;
- f) A revisão da informação financeira orçamental, incluindo a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita, a demonstração da execução orçamental da despesa e o correspondente informação anexa.

Contou-se, da parte do Conselho de Administração e dos serviços contactados, com a maior abertura e disponibilidade, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos solicitados e, designadamente, todos os que dependem da atuação e conhecimento direto do Conselho de Administração.



JOÃO CIPRIANO & ASSOCIADO, SROC, LDA.

Inscrita na OROC sob o n.º 119

Inscrita na CMVM sob o n.º 20161438

João Amaro Santos Cipriano - ROC n.º 631 – Inscrição na CMVM n.º 20160277

Andreia Sofia Sena Barreira - ROC n.º 1739 – Inscrição na CMVM n.º 20161349

Para além do acompanhamento da atividade do Conselho de Administração, aplicámos, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, um conjunto de procedimentos de verificação visando analisar e ajuizar sobre as políticas e procedimentos de incidência contabilística e de controlo interno e patrimonial.

Temos a salientar que ainda não existe evidência de aprovação formal pela Tutela do relatório e contas de 2017 e de 2018, nos termos do estabelecido n.º 5 do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais.

PARECER

Tendo presentes as considerações anteriores, e atento o conteúdo da Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 2019, positivos em 697.778,98 euros, apresentada pela Administração no seu relatório, no sentido da sua manutenção em Resultados Transitados.

NOTA FINAL

Apresenta-se aqui uma palavra de reconhecimento ao Conselho de Administração, bem como à Direção Financeira e Administrativa, pela atitude cooperante com que foi possível contar.

Lisboa, em 24 de julho de 2020

“João Cipriano & Associado, SROC, Lda”

(Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 119 na OROC e registo n.º 20161438 na CMVM)

Representada por

João Amaro Santos Cipriano

(Revisor Oficial de Contas n.º 631 na OROC e registo n.º 20160277 na CMVM)



ANEXOS

